

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**A questão sindical a partir da perspectiva da experiência político-
cultural**
Os Metalúrgicos em São Carlos

REGINA HELENA GRANJA

São Carlos
Abril de 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A QUESTÃO SINDICAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA POLÍTICO-CULTURAL
– OS METALÚRGICOS EM SÃO CARLOS

Regina Helena Granja

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, área de concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura.

Orientadora:
Profa. Dra. Marly de Almeida Gomes Vianna

Submetida à defesa em sessão pública realizada às 14h no dia 18/04/2005.

Banca Examinadora:

Dr. Marly de Almeida Gomes Vianna

Dr. Ramón Peña Castro

Dr. Wolfgang Leo Maar

Dr. Marcos Tadeu Del Roio

Dr. Armando Boito Jr.

Homologado pela CPG-PPGCSO na 105ª. reunião no dia 27/04/2005.

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
Coordenador do PPGCSO

São Carlos, SP

2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

G759qs

Granja, Regina Helena.

A questão sindical a partir da perspectiva da experiência político-cultural – os metalúrgicos em São Carlos / Regina Helena Granja. -- São Carlos : UFSCar, 2006.

243 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2005.

1. Sindicalismo. 2. Classe operária. 3. Crise sindical. I. Título.

CDD: 306.347 (20^a)



BANCA EXAMINADORA DA TESE DE

Regina Helena Granja

Marly de Almeida Gomes Vianna

Dra. Marly de Almeida Gomes Vianna
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Dr. Ramón Peña Castro
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Wolfgang Leo Maar

Dr. Wolfgang Leo Maar
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Marcos Tadeu Del Roio

Dr. Marcos Tadeu Del Roio
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Armando Boito Jr.

Dr. Armando Boito Jr.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Dedicatória

Ao Professor José Albertino Rodrigues
In memória

Agradecimentos

A elaboração de uma tese de doutorado, quase sempre nos coloca diante de várias preocupações acadêmicas e caminhos teóricos que nos trazem vários momentos de angústia que parecem ser vividos na mais completa solidão. No entanto, ao terminar este trabalho vejo o quanto ele resulta da atenção, da paciência, da ajuda de várias pessoas amigas que estiveram presentes em minha vida desde o dia que resolvi fazer curso de Ciências Sociais.

Assim, fica impossível chegar ao final desta etapa e não deixar registrada minha gratidão a pessoas queridas e instituições que direta ou indiretamente contribuíram ao longo desta trajetória.

À CAPES que deu o suporte financeiro necessário a pesquisa, sem o qual o trabalho se tornaria praticamente impossível.

À professora Marly de Almeida Gomes Vianna pela orientação com opiniões bastante sinceras e críticas, sem as quais o trabalho não poderia ter avançado. Ao professor Ramón Peña Castro pela paciência de ler minhas primeiras elaborações intelectuais ainda na graduação e durante o mestrado. E a vocês dois juntos pela generosidade, pela coerência de vida e pela seriedade que enfrentam o trabalho intelectual.

Às professoras Ms. Elza Andrada de Oliveira e Dra. Maria Inês Rauter Mancuso sempre dispostas a ajudar no esclarecimento de questões de pesquisa.

Aos professores Dr. Wolfgang Leo Maar, Dr. Armando Boito Jr., Dr. Marcos Tadeu Del Roio que participaram da banca de doutorado.

Às amigas Ana e a Claire sempre dispostas a ajudar e esclarecer as questões administrativas.

Aos trabalhadores entrevistados pelo tempo a mim doado e pelas lembranças e experiências compartilhadas.

À Vânia Lofredo, Érika Saidel e Thais Rosa que entre entrevistas, tabelas e fotos doaram um pouco de seu tempo e conhecimento.

Aos amigos Regina Laisner, Antonio Pedroso, Márcio M. Aguiar, Terezinha, Zildinha, Fátima e Fernando pelo apoio constante e amigo ao meu trabalho.

Em particular a dois amigos queridos: Kelen C. Leite e Germano van der Meer.

Aos meus pais, Benedito e Guiomar, e aos meus irmãos, Ana, Fernando, Lê, Nivaldo e Cláudia, sem o apoio e o carinho de vocês não teria chegado ao final deste trabalho.

E enfim, aos meus sobrinhos Bárbara e Lorenzo quando o estudo ficou duro foi na alegria de vocês que eu me inspirei.

Resumo

A presente tese de doutorado versa sobre a questão sindical na atualidade e, por meio do estudo da experiência sindical brasileira, exemplificada nos metalúrgicos em São Carlos SP, procura encontrar subsídios para começar a responder a uma série de interrogações colocadas no debate teórico atual.

Profundas transformações no campo da economia, da política, do social e da cultura marcam o mundo contemporâneo. Esta gama enorme de mudanças atinge o cotidiano das pessoas, modificando suas vidas, objetiva e subjetivamente.

Diante deste processo de intensas mudanças, é comum ouvir dizer que o Estado, a Política, os Partidos Políticos, o Capitalismo estejam em crise, ou seja, enfrentam sérios obstáculos para sua reprodução. É neste cenário que se tentou entender e explicar o que vem sendo tratado pela literatura especializada, principalmente no campo da Ciência Política, da Sociologia e da Economia como crise do sindicalismo: seus significados e suas conseqüências.

Os sindicatos, considerados ao longo de sua história como uma organização de representação e defesa social e política da classe operária, estariam, hoje, perdendo sua razão de existência e sua função no sistema do capitalismo mundializado?

Para esta questão vital, buscando ir para além das interpretações que carregam suas análises apenas nas transformações econômicas, este trabalho contempla as mudanças culturais da classe operária, utilizando para tal tarefa o conceito de *experiência*, assim como E.P.Thompson a entende: ao longo do tempo, as demandas cada vez mais privatizadas e setorializadas perderam do horizonte o sentido político, emancipatório e coletivo.

Abstract

The present doctorate essay is related to the syndical issue of our living days, and searches for subsidiaries in order to begin answering the set of interrogations placed on the theoretical debate nowadays through the Brazilian syndical experience study, exemplified by the metallurgist in São Carlos - SP.

Deep transformations in the economical, political, social and cultural spheres mark the contemporary world. This huge set of changes reaches the people's daily routine, modifying their lives, objective and subjectively.

In face of this process of intense changes, it is common to hear that the State, Politics, the Political Parties, Capitalism are in crisis, that is, they are facing severe obstacles in order to follow ahead. In this context there has been an attempt for a better understanding of what has been defined in the specialized literature, specially in the Political Science, Sociology and Economy as the syndicalism crises: its meanings and consequences.

Would the syndicate, considered throughout history as a social and political representation and defense organization of the labor class, be today, losing their reason of existence and their function in the globalized capitalist system?

For this vital issue, searching to go beyond the interpretations which carry out their analysis only towards the economic impacts, this work covers the cultural of the labor class, using the *experience* concept for that purpose as well as how E. P. Thompson understands it: throughout the time, the demands each time more privatized and sectorial lost of sight the political, emancipatory and collective sense.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I A CRISE SINDICAL EM UMA PERSPECTIVA POLÍTICO CULTURAL	20
A questão sindical	22
a- Sindicalismo Pluralista, suas origens funcionalistas e suas críticas	23
b- Sindicalismo na perspectiva marxista e suas crítica	26
Reestruturação capitalista e crise sindical	40
Rumo a uma outra dimensão da crise sindical	51
Conceito de experiência: outra chave de leitura da crise sindical	63
II A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA	72
III A AÇÃO SINDICAL EM SÃO CARLOS	111
Constituição histórica do município de São Carlos	114
A indústria e a classe operária	129
Ação metalúrgica nascida nos porões da Catedral	145
IV AS LUTAS SINDICAIS EM SÃO CARLOS NA ERA NEOLIBERAL	181
Perfil sócio econômico da cidade de São Carlos e a indústrias metalúrgica, mecânica e de material elétrico	185
Com a palavra os metalúrgicos	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
BIBLIOGRAFIA	232

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estabelecimento Classificado como Industria em São Carlos	119
Tabela 2 : Evolução Urbana em São Carlos. 1881 -1926	119
Tabela 3: Principais Municípios de São Paulo em relação à Produção Industrial 1934	125
Tabela 4: Número de estabelecimentos industriais, comerciais, serviços e outros em São Carlos cadastrados no Ministério do Trabalho	186
Tabela 5: Evolução dos postos de trabalho na metalúrgica, mecânica e de material elétrico	188
Tabela 6: Distribuição dos postos de trabalho nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico em São Carlos no período de 1985 -2003, segundo sexo.	189
Tabela 7: Evolução da Participação das indústrias metalúrgica, mecânica e de material elétrico em São Carlos: 1985-2003	190
Tabela 8: Nível de Escolaridade dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico em São Carlos. 1985-2003	191
Tabela 9: Faixa etária do trabalhador das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico em São Carlos. 1985-2003	192
Tabela 10: rendimento médio mensal em salários mínimos dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico em São Carlos. 1985-2003	193

LISTA DE QUADROS**Quadro 1:** Perfil dos trabalhadores Metalúrgicos entrevistados**197**

LISTA DAS FOTOS

01-	Fundação do Sindicato dos Metalúrgicos 1962	173
02-	Fundação do Sindicato dos Metalúrgicos em 1962	173
03-	Fundação do sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos em 1962	174
04-	Fundação do sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicas em 1962	174
05-	Primeira diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Carlos	175
06-	Primeira sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos em 1962	175
07-	Primeira Sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos em 1962	176
08-	Manfredo Formigoni, Cabeça Filho e Aldo Milaneto	176
09-	Assembléia do sindicato dos trabalhadores Metalúrgicos na sede do Sindicato dos Ferroviários em 1963	177
10-	Assembléia do sindicato dos trabalhadores Metalúrgicos na sede do Sindicato dos Ferroviários em 1963	177
11-	Indústria Pereira Lopes S/A em 1970	178
12-	Fábrica de Geladeiras Clímax em 1960	178
13-	Frigorífico São Carlos do Pinhal em 1968	179
14-	Greve dos Trabalhadores do Frigorífico São Carlos do Pinhal em 1968	179
15-	Greve dos trabalhadores do Frigorífico São Carlos do Pinhal em 1968	180
16-	Greve dos trabalhadores do Frigorífico São Carlos do Pinhal	180

INTRODUÇÃO

O meu interesse pelas questões contemporâneas relativas ao sindicato e o sindicalismo nasceram no início da graduação, quando ainda dava os “primeiros passos” a caminho do conhecimento sociológico. Isso ocorreu no começo dos anos noventa. Esta época foi marcada por profundos e decisivos acontecimentos que, considerados pontos de inflexão, aprofundaram processos em curso, ao mesmo tempo em que, foram capazes de inaugurar uma série de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais capazes de mudar o rumo dos acontecimentos. Falo do desmoronamento da URSS em 1991 mas lembro da queda do Muro de Berlim em 1989.

Antes disso, André Gorz (1980) já havia dado *Adeus ao Proletariado* e Claus Offe (1983) em seu famoso ensaio já se questionava o “Trabalho: Categoria chave?” No final da década de 80, Francis Fukuyama decretava o “fim da história”. E no contexto político da época, início dos 90, George Bush, o pai, anunciava uma nova ordem econômica mundial: era o “triunfo” das idéias liberais, ou melhor, das neoliberais e do capitalismo como o modelo hegemônico de organização social. Um contexto, portanto, marcado pelo contra fluxo de estudos sobre a classe trabalhadora, contradições entre trabalho e capital. Marx mais uma vez devia ser enterrado, e a crítica social tomava ares de produto intelectual, vencido.

A partir do chamado “fim da sociedade do trabalho”, o esforço intelectual para colocar questões ligadas ao tema, de pensar e repensar o mundo, de desmistificar o discurso dominante, e acima de tudo justificar a importância de se ter como tema um objeto de estudo como o sindicato e o sindicalismo, foi um desafio constante. Primeiro, porque junto com o trabalho e a classe trabalhadora, suas organizações sociais e entre elas o sindicato, ou mais precisamente, o movimento sindical, que sempre esteve ligado à conquista de direitos históricos para classe trabalhadora, também entravam em crise, e uma espécie de contagem regressiva para seu término se abatia sobre temas como este. Segundo, para o debate acadêmico, entre a apatia de uns e o deslumbramento de outros, veio à dificuldade na elaboração científica social, de se achar o equilíbrio necessário para reconhecer a permanência do velho, no sentido no qual adverte Merton: “(...) nós sociólogos, ficamos tão fascinados pela mudança que deixamos de perceber o que não muda – e a compreensão do que não muda talvez seja o primeiro e melhor passo para compreender o processo de transformação que é inerente à vida social”. (Apud Rodrigues, 1987; 2). Sem deixar de perceber o novo e as transformações que este traz para a realidade social. Pensar e repensar a sociedade e na medida do possível construir categorias que dêem conta destas mudanças.

Num segundo nível de preocupações, para além daquelas diretamente relacionadas ao sindicato, estão às questões que tangenciam o presente trabalho e que dizem respeito às tendências contemporâneas: a exacerbação do individualismo, a intensificação de processos de exclusão e marginalidade social que deixam um número cada vez maior indivíduos vulneráveis social e economicamente, a despolitização das questões onde os problemas que afetam a vida das pessoas são reduzidos a problemas individuais. As sociedades do *cada um com seus problemas* as pessoas tornam-se cada vez mais apáticas.

A certeza de que um tema como sindicato, sindicalismo, movimento sindical e organização dos trabalhadores tem relevância na atualidade, apoiada nas convicções de que é necessário estudar a *nova realidade social* para conhecê-la e que esta

realidade nunca é tão óbvia a ponto de não poder colocar outros e novos elementos que possam contribuir com o debate, é que este trabalho pretende dar continuidade as reflexões iniciadas nas fases de iniciação científica, na elaboração da dissertação de mestrado e aprofundadas no decorrer do doutorado, e versa sobre o tema que vem sendo tratado pela literatura especializada, principalmente no campo da Sociologia e da Ciência Política como “crise do sindicato”.

Este trabalho coloca como primeiro objeto de reflexão a questão da crise do trabalho. Esta discussão, por sua vez, se articula com outra que aponta para o significado político, social e cultural das mudanças estruturais da classe trabalhadora ao longo do século XX. Os novos fenômenos, cuja origem social e significado devem ser investigados são: o sindicato estará perdendo importância no seio da classe trabalhadora? Quais são os indicadores visíveis desta perda de influência tanto em nível nacional como internacional? Será apenas a queda acentuada do número de trabalhadores sindicalizados? A estratégia defensiva dos sindicatos e seu caráter estreitamente corporativo os torna, em grande número de casos, quase que agências neo-governamentais a serviço de trabalhadores passivos e lidando com demandas focalizadas e despolitizadas?

Neste sentido, a análise da crise sindical estaria intimamente vinculada a um momento de grandes mudanças internas dentro do sistema capitalista. Esta reestruturação, considerada por alguns como uma contra-reforma neoliberal, uma nova ofensiva do capital sobre o trabalho, combinou mudanças na regulação econômica; na perspectiva política com um novo redirecionamento do papel do Estado, da sociedade e do mercado, envolvendo as formas de produção e a gestão da força de trabalho, isto é, novas formas de relação entre o capital e o trabalho.

Os processos inseridos nesta grande reestruturação capitalista, que se tornaram visíveis a partir dos anos 1970, estariam acentuando a diminuição do número de trabalhadores industriais que compunham o núcleo mais avançado da classe trabalhadora. Exemplos desses processos são: o crescimento do setor terciário; a heterogeneidade das camadas assalariadas; o aumento da proporção de

mulheres na composição da força de trabalho; a expansão crescente das novas formas de contratação e subcontratação como a terceirização, o contrato por tempo parcial, responsáveis pela generalização dos trabalhadores com contratos precários de trabalho; e por último o aumento do número de desempregados, em escala mundial que criou uma multidão de trabalhadores (homens e não apenas força de trabalho) descartáveis vivendo nas franjas mais marginais da sociedade capitalista e de suas *benesses*.

De fato, todas essas transformações alteraram a composição e a estrutura da classe operária trazendo mudanças profundas no seu status social e político, em decorrência de sua fragmentação interna que, ao se ampliar, muitas vezes, foi capaz de desarticular a ação de seus órgãos representativos, no caso, os sindicatos.

No entanto, aceitando a hipótese de que o sindicato de fato vive um momento de crise, gostaríamos de colocar uma outra questão: a crise sindical não é apenas decorrente das mudanças na estrutura de empregos, na forma salarial, nos efeitos da atual reestruturação produtiva. Mas, a crise da organização sindical pode ser pensada também a partir de uma de uma deterioração da relação de cultura política existente nesta forma de organização, em que estariam em jogo outros elementos que não apenas aqueles ligados às econômicas da reestruturação capitalista.

Ou seja: o sindicato, assim como se formou, não representou apenas um órgão de defesa dos trabalhadores no que diz respeito a busca de melhores condições de venda da força de trabalho no mercado, estabelecendo, portanto, uma relação puramente econômica, mas este sindicato representa (ou representou) também - em medida relevante - uma relação cultural vivida por meio da experiência concreta de suas vidas, e a partir da qual os trabalhadores viam no sindicato uma organização que lhes proporcionava uma identidade, uma referência comunitária, a qual foi sendo deteriorada ao longo do tempo.

Ao considerar a questão acima como relevante para o entendimento da 'crise sindical', uma série de questões surgem para auxiliar a análise. Não apenas as

transformações das condições objetivas são relevantes para explicar a realidade, há que se considerar neste processo de crise temas, como aqueles envolvidos na subjetividade - no sentido da formação de um sujeito coletivo - de movimentos sociais, identidade, experiências vividas, referências culturais e significados que devem ser abordados, para que uma nova dimensão seja vislumbrada, e permita uma compreensão da totalidade.

Se o ponto crucial da crise do sindicalismo, de toda a crise do movimento operário é a percepção de que os vínculos unitivos e a construção da solidariedade no interior da classe trabalhadora estão sofrendo uma erosão contínua, uma análise em que elementos acima citados sejam incluídos, torna-se extremamente relevante.

Tendo como pano de fundo as transformações objetivas e subjetivas da classe trabalhadora e da crise sindical, e a proposta teórica descrita acima, a presente pesquisa será exemplificada na trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos.

A escolha do sindicalismo da cidade São Carlo foi motivada por vários fatores. Um primeiro fator é que São Carlos é um município de médio porte (192.998 habitantes)¹ com um setor industrial bastante considerável, desde a década de 30, em relação aos demais municípios do Estado de São Paulo. No entanto, a formação do sindicato dos metalúrgicos na cidade de São Carlos foi bastante tardia, mais precisamente em 1961. Foi bastante tardia e não menos problemática.

Os trabalhadores tiveram grandes dificuldades para se organizar. A primeira tentativa que data de 1958, foi sufocada pela classe patronal local. O que mais impressiona é que nessa época a atividade sindical no Brasil estava em plena efervescência e mesmo assim os trabalhadores metalúrgicos de São Carlos encontraram grandes dificuldades para se organizar.

A dificuldade de organização dos trabalhadores pode estar ligada ao perfil político autoritário e conservador da cidade de São Carlos, o que, por sua vez,

¹ IBGE - www.ibge.gov.br - censo de 2000.

favoreceu a formação de um Sindicato dos Metalúrgicos nos moldes corporativistas, principalmente, no que diz respeito à liderança que comandava de costas para as bases, freando a participação dos trabalhadores ou solicitando-a apenas pontualmente, e despolitizando suas questões cotidianas. Em outras palavras, renunciavam-se as experiências significativas de lutas políticas que favorecessem a criação de uma identidade e de laços de solidariedade e pertença no interior da organização. O sindicalismo em São Carlos não se reconhecia como integrante do movimento operário, mas sendo mais uma agência de um sindicalismo institucionalizado, de resultados imediatos.

A pergunta a ser feita neste caso é: em que medida resultam relevantes as lutas políticas para a formação de uma identidade própria do sindicato? Por que a repressão gerou em algumas situações, resistência e em outras a apatia? Que tipos de resistência podemos encontrar entre os metalúrgicos de São Carlos ao longo de sua história? E como esta história peculiar acaba por refletir nas posições dos trabalhadores frente à atual reestruturação capitalista?

Um segundo fator da escolha da cidade de São Carlos, é que este estudo se coloca na seqüência de uma das linhas de interesse do Núcleo de Pesquisas e Documentação "*José Albertino Rodrigues*" do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, que sob o título de *Sociedade e Modo de Vida Interiorano*, estuda as condições e modo de vida de sete cidades médias do interior, entre elas São Carlos, compreendidas em um quadrilátero que tem, como pontas, quatro cidades maiores e consideradas capitais regionais: Bauru, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Campinas.

O estudo enfocando as cidades de porte médio é de relevância porque a tendência dominante é de associar a questão urbana às metrópoles. Nelas o urbano avulta, a tal ponto que os problemas sociais ocupam a atenção dos movimentos sociais que empolgam o meio acadêmico. O metropolitano não é porém o todo urbano. Segundo Rodrigues (1982: 1-5), "as cidades vistas regionalmente formam um elo de urbanização integrada, cuja consolidação esteve associada ao

desenvolvimento rural que chegou a ser, em certos momentos o motor do sistema econômico e social profundamente enraizado. No caso da região onde se implantou o complexo cafeeiro paulista, avultou a questão do poder, que não decorria das funções político-administrativo próprias de uma capital. Além do poder local com seus mecanismos peculiares, montou-se uma oligarquia que estendeu seus tentáculos a capital provincial/estadual/(...) federal(...)”. Estas questões marcaram o delineamento dos movimentos sociais, entre eles o movimento sindical, na cidade de São Carlos.

A compreensão da problemática sindical passa pela compreensão dos processos econômicos, políticos e sociais que nestas três últimas décadas reconfiguraram o chamado “mundo do trabalho” e por perceber nestes elementos a *crise do sindicato*. Esta análise não dispensará a reflexão em torno do entendimento do conceito de sindicato, da crise e da *natureza* da crise atual além de definir os conceitos relevantes para a análise proposta. Minha intenção é realizar esta discussão no primeiro capítulo.

No segundo capítulo faço uma reflexão da realidade e da experiência sindical brasileira. Quais são no Brasil os sintomas e as causas desta crise e, em decorrência disto, quais são os desafios enfrentados pela realidade sindical brasileira. Estas questões devem ser tratadas tendo em vista a especificidade do processo de desenvolvimento do capitalismo que aqui se delineou e do processo da formação da classe operária brasileira e seus órgãos de defesa, entre eles os sindicatos.

Nesta análise buscar-se-á apreender os processos históricos de formação do sindicato dos Metalúrgicos na cidade de São Carlos. Como este sindicato se formou, como atuou, como resistiu, como se encontra, como essa trajetória influência hoje a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos e como este se comporta frente às novas dificuldades. Esta discussão será realizada no terceiro capítulo.

O quarto e último capítulo tentará realizar uma síntese do papel e perspectivas previsíveis da organização sindical, considerando aspectos econômicos,

políticos e culturais. Quais as mudanças perceptíveis na forma da ação política dos sindicatos hoje? Há espaço para o sindicato na atualidade? Se não há, por quê não há? Se há, quais as tendências da nova forma de atuação, o que as pessoas buscariam hoje ao vincular-se ao um sindicato? Quais as mudanças perceptíveis na forma da ação política dos sindicatos hoje?

O presente estudo iniciou-se com uma ampla e profunda revisão bibliográfica que visou dar suporte ao trabalho explorando contextos e trabalhando conceitos

A pesquisa empírica centrou-se em fontes primárias: em documentos do sindicato de São Carlos; entrevistas semi-estruturadas com militantes e trabalhadores filiados de diferentes épocas; com simples operários do setor metalúrgico. E com fontes secundárias: pesquisa em jornais, entrevistas do acervo da Fundação Pró-Memória, entrevistas realizadas em outras pesquisas.

Em relação às entrevistas ao todo foram utilizadas 25, sendo que as realizadas por esta pesquisa foram 18 entrevistas. As demais foram cedidas pelo acervo de história oral da Fundação Pró-Memória (3 entrevistas) e pela pesquisadora Vânia Loffredo (6 entrevistas).

Para as entrevistas realizadas por esta pesquisa foram utilizados dois roteiros. O primeiro buscou explorar os acontecimentos registrados na memória dos primeiros sindicalistas metalúrgicos em São Carlos, para perceber como surgiu a organização dos trabalhadores; e quais as motivações e condições que levaram a estes homens se unir para fundar o sindicato, nesta categoria foram realizadas 6 entrevistas. O segundo roteiro foi preparado para entrevistar os trabalhadores na ativa e abordar a questão do sindicato hoje entre esses trabalhadores, nesta categoria foram realizadas doze (12) entrevistas.

Também foi consultado o arquivo de recortes de jornal do sr. Antonio Cabeça Filho, um dos pioneiros a participar da organização do sindicato em São Carlos que ficou na presidência do sindicato por quase três décadas e nos anos de 1970 se elegeu como vereador por dois mandatos. Neste arquivo há um farto acervo de

recortes de jornal que relatam as primeiras notícias que se tem sobre a formação da Associação dos Metalúrgicos e depois o Sindicato dos Metalúrgicos em São Carlos. Os recortes cobrem as notícias desde os anos 60 até os dias atuais, além de um rico acervo de fotos.

Para além das reportagens do acervo citado acima foi realizada pesquisa no acervo de jornais da cidade presentes na Fundação Pró-Memória de São Carlos. São desta instituição as fotos presentes na seção de fotos deste texto.

CAPÍTULO I

A crise sindical em uma perspectiva político cultural

Nas palavras de Santos (2000:17) "vivemos num mundo confuso e confusamente percebido". Profundas transformações no campo da economia, da política, do social e da cultura marcam o mundo contemporâneo. Esta gama enorme de mudanças atinge o cotidiano das pessoas, modificando suas vidas objetiva e subjetivamente.

Diante deste processo de intensas mudanças, é comum ouvir dizer que o Estado, os partidos políticos, a economia o próprio capitalismo estejam em crise, ou seja, enfrentam sérios obstáculos para a reprodução de um modelo ou de uma estrutura dada. É neste cenário que tentaremos perceber e compreender o que vem sendo tratado pela literatura especializada, principalmente no campo da Ciência Política, da Sociologia e da Economia como crise do sindicato, enquanto instrumento de luta dos trabalhadores e do sindicalismo enquanto a ação realizada pelo sindicato, seus significados e suas conseqüências. Considerado ao longo de sua formação histórica como uma organização tipicamente operária, a questão que se coloca é: os sindicatos estariam perdendo sua força política e a capacidade de serem representantes legítimos dos interesses da classe trabalhadora, e assim, seu papel neste momento histórico estaria esgotado?

Um dos aspectos amplamente ressaltado pelos diagnósticos sociológicos é o fato de que tais mudanças em curso estariam potencializando processos de fragmentação e de pulverização social, em que saídas individuais são escolhidas em

detrimento das coletivas, colocando a solidariedade social em questão. Isso atingiria em cheio toda a articulação presente nos movimentos sociais, entre eles, o que aqui nos interessa, o movimento operário e o movimento sindical.

Neste capítulo, o que se pretende fazer é uma reflexão em torno do entendimento da crise, sua origem e natureza, e para isso precisaremos definir um conceito de sindicato. A partir daí trataremos a crise sindical colocando em pauta temas relevantes que, muitas vezes, não se aprofundam, ou até mesmo estão ausentes da discussão mais geral da crise sindical, como as questões de cultura e identidade.

Esta primeira formulação se faz relevante para analisar o sindicalismo no Brasil e, de modo particular, a trajetória do sindicato dos metalúrgicos em São Carlos, temas de que trataremos nos capítulos subseqüentes desta pesquisa.

1- A questão sindical

O entendimento da 'questão sindical' passa pela necessidade de definição de alguns conceitos chaves. Definir, principalmente, o que entendemos por sindicato, reestruturação capitalista, crise sindical, torna-se tarefa de maior importância. A não precisão dos conceitos a serem utilizados muitas vezes confunde as análises e as interpretações daí advindas. Qualquer reflexão sobre o sindicato, seu papel, sua atualidade e sua crise não pode prescindir de esforço de compreensão não só do que se entende pelo conceito como do entendimento do surgimento dos sindicatos, o que significam e como se institucionalizam.

O sindicato e o movimento sindical expressam formas organizacionais, institucionais e ideológicas do movimento operário, ou seja, o movimento operário se configura e se caracteriza ao mesmo tempo por formas organizacionais, institucionais e ideológicas constituídas historicamente, e entre estas formas podemos citar os partidos e os sindicatos.

Teoricamente podemos estudar o sindicato por meio de duas perspectivas básicas e suas variações, são elas: a perspectiva funcionalista ou das relações industriais; a perspectiva histórica-materialista ou marxista.

No estudo que Serôdio Rosa (1998:119-151) realiza sobre relações de trabalho e sindicalismo na cidade de Setúbal, em Portugal, a autora diz que a análise do sindicalismo tem ocorrido entre dois grandes marcos divergentes: os que o analisam como uma instituição que, no interior das "relações industriais", revela capacidade para negociar regras para o governo das condições de emprego (salários, ambiente, decisão, etc.); e os que consideram uma expressão organizada de uma classe em luta contra a dominação capitalista (exercida por uma classe que imprime determinadas orientações ao modo de produção).

A primeira perspectiva sugere a negociação entre os atores (trabalho, capital e Estado). O conflito e a negociação tendem a se equilibrar na resolução dos problemas que surgem, já que existem divergências de interesses nas condições objetivas de emprego e na forma como se tomam decisões no local de trabalho; está-se diante do que a autora chama de concepção pluralista. Na segunda perspectiva, a concepção marxista do sindicalismo, a análise enfoca a luta de classes e neste marco o conflito assume um caráter fundamental na relação entre duas classes antagônicas. Estes dois marcos polarizam a análise do sindicalismo.

a)- Sindicalismo pluralista, suas origens funcionalistas e suas críticas

A visão pluralista do sindicato reconhece que existem interesses divergentes no interior da indústria e que é legítima a expressão coletiva destes interesses, tornando-se deste modo necessária a existência de uma ordem negociada, conciliadora dos interesses competitivos.

O conflito, entendido como diferença e não como antagonismo, existe e exerce efeitos perniciosos para todos os envolvidos, e por isso há que se estabelecer estruturas e procedimentos legítimos que, institucionalizando o conflito, evitem suas conseqüências destruidoras ao sistema. É necessário que ambas as partes, patrões e empregados, reconheçam a legitimidade da existência de interesses conflitantes; a flexibilidade nos objetivos e a direção política central; um clima propício à realização de interesses particulares; a aparência de que o poder é equivalente para as duas partes; a possibilidade de recurso a um sistema mediador e arbitral.

Desta forma, os sindicatos são considerados como meios para atingir fins limitados, num duplo sentido: primeiro, a sua função se enquadraria nos limites restritos da defesa dos operários a ação do mercado; segundo, tal atividade deve ser compatível com a funcionalidade do sistema, isto é, com os objetivos de

produtividade empresarial e de desenvolvimento econômico (Brémond/Gélédan, 1988:368-372).

A legitimidade dos sindicatos é julgada não pela sua utilidade para a classe operária, mas pela sua comprovada compatibilidade com as exigências empresariais e pela sua contribuição para a consecução de uma sociedade mais auto-satisfeita.

A análise pluralista dos tempos atuais é uma análise que se assenta no paradigma da troca². Os sindicatos são considerados agentes de mercado e variáveis exógenas do paradigma da troca, com efeitos no fator de preços. Pode-se enquadrar dentro desta concepção o chamado *sindicalismo de resultados*, cuja atuação está voltada para amenizar as condições de trabalho e consumo dos trabalhadores, na lógica capitalista.

A teoria pluralista, segundo Serôdio Rosa (1998:119-151), foi muito influente por se apresentar como uma teoria capaz de estabelecer a convergência dos sistemas de relações industriais num mundo que tendia mais para um pluralismo entre classes do que para uma solidariedade no interior da classe, como tinha sido preconizada pelos marxistas. O pluralismo surge como alternativa ao marxismo e a forma como este reagia ao sistema capitalista.

Para os chamados pluralistas os sindicatos são vistos como representantes legítimos dos interesses dos trabalhadores no trabalho e têm o direito de desafiar e gerir os interesses da classe trabalhadora. É por intermédio dos sindicatos que se podem regular os interesses com base nas semelhanças entre concessões e compromissos de ambas as partes. Os sindicatos são, enfim, um meio institucional de regulação. O conflito existe mas é totalmente gerenciável, ou seja, o conflito não é a expressão de antagonismos e assimetrias irreconciliáveis ao sistema.

² O paradigma da troca é assim definido pela autora: "(...) diz a respeito troca mútua de dinheiro e serviços entre patrões e trabalhadores (...). Nesta perspectiva as empresas e os indivíduos são tratados como maximizadores racionais, envolvidos em otimizações compelidas pelos lucros e pelas utilidades. Neste processo de troca está contida a idéia de que o processo consiste numa escolha teórica na análise final, fenômenos e comportamentos explicam-se pelas escolhas dos agentes individuais ou das instituições que refletem as obrigações e as preferências dos indivíduos por elas compreendidos". Serôdio Rosa, p.123

Para Serôdio Rosa (1998), o desenvolvimento da teoria sindical pluralista acompanha uma determinada história do sindicalismo: a que vai da sua passagem de uma organização fraca e de um movimento essencialmente contestatório e conflitante, cimentado por uma ideologia socialista, para a de uma organização que se vai fortalecendo e que vai enquadrando o conflito industrial, canalizando os interesses e a ação coletiva no sentido da defesa econômica dos trabalhadores.

Os que defendem que a negociação não se refere somente aos salários, mas compreende igualmente a problemática do poder, criticam o pluralismo por: primeiro, seu caráter simplista e reducionista da teoria que atribui ao sindicato, enquanto agente de negociação coletiva, a capacidade para introduzir uma regra de lei *autônoma e afinada* com a gestão, no sentido de dar uma contribuição para a democratização da gestão; segundo, é sob o pluralismo que se obtêm menores trocas substantivas de soma positiva (através de negociação); terceiro, a teoria das trocas utilizada no pluralismo ignora o grau de informações sobre os vários aspectos da realidade que pode invalidar as avaliações feitas, por exemplo, as relativas ao valor do lucro, cuja percepção só é validada quando se tem acesso ao poder, isto é, quando as relações, que são políticas, deixarem de ser tratadas como meramente econômicas.

A crítica mais intensa ao pluralismo é realizada por autores marxistas (Hyman, 1979) e comporta três postulados: primeiro, o da concepção naturalizante dos interesses, em que atores primários do sistema são a multiplicidade dos indivíduos e de grupos que podem vir a estabelecer alianças para a constituição de um sistema de organização coletiva desses atores primários; segundo, da concepção empirista do poder, em que determinantes significativas da ação social para a mobilização são as sanções que pesam sobre as decisões tomadas; terceiro, uma visão etnocêntrica da natureza e das finalidades do sindicato, que restringe os interesses legítimos dos trabalhadores e confere aos sindicatos um papel reduzido ao economicismo, à acomodação e ao respeito à hierarquia. A unidade que resulta desses postulados é a de se conceberem as relações industriais como uma série de instituições estáveis,

através das quais os *inputs* das finalidades e dos interesses divergentes se transformam em *redes de regras* que contribuem, sem desvios, para a progressão da produção capitalista.

Nesta perspectiva o sindicato não enfrenta uma crise evidente. Ainda que o desemprego tenha crescido, ainda que a utilização de novas tecnologias capazes de viabilizarem um aumento significativo da produtividade (ao mesmo tempo em que poupam mão de obra) tenha provocado o aumento do desemprego e com isso reduzido consideravelmente o número de trabalhadores representados pelos sindicatos, a força do sindicato é medida pela sua capacidade estratégica de negociação, de proposição de alternativas frente às dificuldades em cenários adversos, enfim, pela sua capacidade de obter ganhos para seus representados, mesmo que isso não represente, de uma maneira mais ampla, conquistas gerais para toda a classe trabalhadora.

Temos então a expressão do *neocorporativismo setorial* que, em uma perspectiva crítica ao pluralismo sindical, é denunciada como a maior expressão da crise sindical. O neocorporativismo setorial, como define Alves (2000), é considerado neste contexto um produto da “nova ofensiva”, do capital e revela a incapacidade dos sindicatos de manterem uma posição de confronto de classe ou de se contraporem à lógica do capital.

Na perspectiva pluralista a representação, a regulamentação social e a organização da solidariedade estão vinculadas essencialmente à criação de um consenso social, a uma harmonia capaz de garantir a produção e a reprodução do capital.

B- Sindicalismo na perspectiva marxista e suas críticas

A análise marxista abre uma outra perspectiva de interpretação dos sindicatos. Na teoria marxista os sindicatos são vistos como órgãos de defesa da classe e devem

ser analisados a partir da dinâmica das relações sociais de produção, reprodução e acumulação capitalista. No sistema capitalista, a divisão entre os proprietários e os não proprietários de capital gera desigualdade social, define o poder econômico e político das classes sociais e é incessante fonte de conflito antagônico entre patrões e empregados.

O debate sobre o sindicalismo e a definição exata do papel político do sindicato na luta da classe trabalhadora para a superação da ordem burguesa, deve ser considerado um ponto polêmico dentro da perspectiva marxista.

Para Marx (1996), as duas tarefas básicas desempenhadas pelos sindicatos são: a luta para a redução da jornada de trabalho e a luta por salários mais elevados. Os sindicatos têm como função servir de meios de defesa contra os ataques constantes do capital. A luta sindical no interior no sistema se faz defensiva.

Sobre a luta pela redução da jornada de trabalho Marx escreveu:

“(...) Pelo que concerne à limitação da jornada de trabalho, tanto na Inglaterra como em todos os outros países, nunca foi ela regulamentada senão por intervenções legislativas. E, sem a constante pressão dos operários agindo por fora, nunca essa intervenção dar-se-ia. Em todo o caso, esse resultado não teria sido alcançado por meio de convênios privados entre operários e os capitalistas. E essa necessidade mesma de uma ação política geral é precisamente o que demonstra que, na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte” (Marx, 1996:116)

O Estado burguês é a instância política que representa os interesses do capital e só toma medidas que contrariam a classe capitalista quando forçada pelas ações políticas da classe operária organizada. Assim, a luta sindical nesta perspectiva pode ser também uma luta política.

Sobre aumentos de salários, Marx vê que esta luta sindical resulta em uma diminuição da taxa de lucro do capitalista. O máximo lucro só se acha limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho. O grau real da taxa de lucro é fixado pela luta incessante do capital e do trabalho: o capitalista tenta constantemente reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário. A questão é saber qual a força respectiva de cada um dos combatentes.(Marx, 1996: 115)

Diz ainda Marx que há dois aspectos que caracterizam a luta dos sindicatos como uma luta defensiva. Em primeiro lugar, a luta por aumentos salariais não ataca a relação entre capital e trabalho propriamente dita. Esta luta não constitui um desafio às relações sociais entre os trabalhadores assalariados e os capitalistas e nessa medida não é revolucionária na medida que não propicia a transformação do modo de produção. Em segundo lugar, a acumulação de capital estabelece estreitos limites aos simples aumentos salariais. Não se pode impedir o contínuo decréscimo da participação relativa dos trabalhadores na riqueza social criada de novo.

Nas últimas páginas do texto de *Salário, Preço e Lucro*, Marx afirma que, o desenvolvimento da indústria moderna contribui para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista contra o operário. Diante das tendências do sistema, a classe operária não deve renunciar a se defender dos abusos do capital, pois se assim o fizer ver-se-á degradada a uma massa uniforme de miseráveis destroçados e sem salvação. A classe operária, porém, não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final dessas lutas diárias. Não se deve esquecer que esta luta é contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos; assim tais lutas aplicam paliativos, mas não curam a enfermidade.

Completa Marx:

“(...) os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Eles falham em alguns casos, por

usarem pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de, ao mesmo tempo, se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, i. é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado.” (1996; 119)

No final do século passado a teoria marxista enfrentou uma tentativa de revisão e de reformulação diante das grandes mudanças ocorridas na totalidade do sistema capitalista. O conhecido *Bernstein-debatte* provocou um momento muito rico em discussões teóricas dentro do pensamento Marxista.

Para Bernstein (Del Roio, 2000:85), a reforma social deveria ser o meio e o fim da ação política do movimento operário. A realização do socialismo dar-se-ia por meio da instrumentalização de instituições presentes no próprio seio da ordem do capital, particularmente o sindicato e a cooperativa. O sindicato deveria ser o instrumento de realização da democracia econômica, de distribuição eqüitativa da riqueza social, e a cooperativa a forma de limitar a exploração do capital mercantil.

Rosa Luxemburgo, por sua vez, aponta para insustentabilidade da crítica revisiva de Bernstein. Para ela, na ordem capitalista o sindicato é o meio que a classe trabalhadora tem para realizar a lei capitalista do salário, negociando, quando pode, a venda da força de trabalho no mercado. O sindicato, assim, não pode interferir na necessidade que o capitalista tem de força de trabalho e nem na oferta existente em decorrência da proletarização das camadas intermediárias. Sendo assim, o sindicato “no melhor dos casos pode manter a exploração capitalista nos limites considerados ‘normais’ por um determinado período, mas de maneira alguma pode eliminar gradualmente a exploração”. Se a atividade sindical se limita à luta por melhores salários e pela redução da jornada de trabalho, não pode ele próprio interferir no processo de produção.

Segundo Del Roio (2000:86), Rosa Luxemburgo afirmava que, em vez de os sindicatos tenderem ao fortalecimento dentro da ordem, em defesa dos interesses da classe operária, as dificuldades de valorização do capital no mercado mundial de trabalho tenderão a colocar o movimento sindical em crescente dificuldade já que:

“(...) antes de tudo piora para a mão-de-obra a conjuntura objetiva do mercado, pois a procura aumenta mais lentamente e a oferta mais rapidamente do que ocorre agora, e, em segundo lugar, o próprio capital, para indenizar-se das perdas sofridas no mercado mundial, se recomporá obstinadamente sobre a porção do produto referente ao trabalhador”. LUXEMBURGO, R. “Riforma sociale o rivoluzione?”, em *Scritti politici*, org. por Lelio Basso (Roma: Editori Riniti, 1976),p. 161 apud DEL ROYO, 2000.

Para Rosa Luxemburgo, a função do sindicato é valorizar a mercadoria força de trabalho e melhorar suas condições de vida – luta por melhores salários e pela redução da jornada de trabalho – aumentando sua participação na riqueza social. A atuação do sindicato é apenas defensiva, porque o processo de proletarização aumenta sempre mais a oferta de força de trabalho no mercado, e assim provoca o aumento da produtividade do trabalho social.

Analisada a partir das colocações de Marx, assim como pelas observações de Rosa Luxemburgo, a chamada crise sindical deve ser bastante relativizada. Em uma perspectiva histórica, muitas vezes os sindicatos estiveram à frente de conquistas para classe trabalhadora, enquanto que em outras serviram como freio ao avanço da luta operária. Assim, há implícito na própria condição do sindicato que estando no meio do conflito, pode realizar, por vezes, uma ação essencialmente defensiva. Assim, as análises que acusam os sindicatos de desenvolverem ações meramente corporativas, ou, neocorporativas, colocam em suas expectativas, respostas ideais

que os sindicatos são incapazes de dar e deixam de analisar as repostas que foram dadas.

A crítica é válida se pensarmos que a ação sindical centrada em si mesma, apenas em ganhos imediatos para a classe trabalhadora pode esvaziar o sentido e o papel do conteúdo do sindicato e do movimento sindical, que pode também ser visto um movimento social e que pode estar inserido em lutas mais gerais que representem avanços efetivos para toda a classe trabalhadora.

Para a presente análise, o sindicato é entendido como uma forma histórica específica de representação e organização social que, tradicionalmente, organiza e representa homens e mulheres pertencentes à uma classe, também constituída historicamente no processo de desenvolvimento do capitalismo, classe esta que, para existir material e socialmente, não tem outra opção senão vender sua força de trabalho. Para analisar seu momento atual, diagnosticado como um momento de crise, vislumbrar seus avanços e limites, seus maiores desafios, faz-se necessário vê-lo a partir desta perspectiva histórica.

É comum ouvir hoje que o Estado, os partidos políticos, a economia e o próprio capitalismo estejam em crise. Muitas vezes a utilização demasiada de uma expressão, usada para tudo e a todo o momento faz com que ela se esvazie em seu conteúdo, assim, em primeiro lugar, para análise da chamada *crise sindical*, é relevante que se defina o que se entende por crise.

O termo crise foi cunhado dentro das ciências biológicas e foi importado e muito utilizado pela ciência econômica. Na perspectiva econômica o conceito de crise adquire um significado de perturbação do funcionamento normal, um momento de ruptura, quando se torna impossível a repetição do processo reprodutivo nas mesmas bases que vinha sendo desenvolvido. Tal ruptura não é acidental nem tem conseqüência fatalista. Há um jogo lógico de leis e mecanismos que representam os interesses entre as classes. Um primeiro sintoma de crise é a ruptura do equilíbrio. Ainda que a idéia de equilíbrio seja por si só muito frágil, podendo estar a todo

tempo oscilando, em um momento de crise o que varia é a amplitude do fenômeno.³

Neste sentido, a crise sindical é aqui entendida como um momento de ruptura de um padrão de ação sindical e a conseqüente dificuldade de repetição desta ação que chamamos de "padrão".

Muito do que se discute hoje sobre a crise do sindicato está vinculado a sua dificuldade de desempenhar o papel de porta voz genuíno de representação e defesa da classe trabalhadora, ou seja, de formular e defender reivindicações da classe tais com redução da jornada de trabalho, aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho.

Para os estudiosos do assunto, a crise sindical contemporânea deve ser apreendida sob dois aspectos: primeiro, em seu aspecto sócio-institucional, com o declínio da representação sindical; segundo, em seu aspecto político-ideológico com o surgimento de estratégias neocorporativas de colaboração com o capital (Alves, 2000:83).

O primeiro aspecto a ser considerado, o declínio da representação social, estaria ocasionando uma visível perda de poder e influência do sindicato sobre a classe trabalhadora. Neste sentido, a conseqüência mais visível, tida como um fenômeno internacional, seria a acentuada queda do número de trabalhadores sindicalizados e, esta queda acentuada estaria provocando uma crise de representação sindical, uma vez que a subsistência e ação dos sindicatos estavam apoiadas na filiação de uma grande massa de operários.

Como podemos perceber pelas estatísticas, países que tradicionalmente possuíam altas taxas de sindicalização (taxas que indicam a proporção de ativos - PEA- sindicalizados), sofreram uma baixa significativa na massa de trabalhadores sindicalizados: a França de um total de 22,3% em 1970, passa para 17,5% em 1980 e 9,8% em 1990; a Inglaterra em 1970 registrou uma taxa de 44,8%, em 1980 sobe

³Notas de aula do Prof. Dr. Ramón Peña Castro.

para 50,4% caindo em 1990 para 32,9%. O único país que conseguiu manter e até elevou a taxa de sindicalização foi a Suécia: em 1970 apresentava uma taxa de 67,7%, em 1980 79,7% e em 1990 82,5%. (Jelle Visser, 1994: 201).

O segundo aspecto a ser considerado como um outro componente da crise do sindicalismo é o caráter político e ideológico que caracteriza a crise, não somente pelo declínio dos índices de sindicalização, mas também pela intensificação das estratégias sindicais neocorporativas, de caráter setorial, em que a dimensão classista é abandonada em prol de práticas sindicais voltadas para a mera preservação de interesses de segmentos organizados do proletariado industrial ou de serviços, o chamado neocorporativismo. (Alves,2000:88-89).

Os trabalhos que analisam a crise do sindicato convergem suas reflexões para um fluxo comum de explicações, relacionando a *crise* sindical com um momento de reestruturação no interior do sistema capitalista. Este processo estaria inaugurando um novo modelo de relações de trabalho mais restritas e precárias, acentuando os processos de exclusão econômica e social que estariam abalando, por sua vez, as bases sociais nos quais estão assentados os sindicatos.

Para Antunes (1999:187-188) o mundo do trabalho vivenciou nas últimas décadas, particularmente a partir de meados dos anos 70, uma situação fortemente crítica. O autor ressalta que talvez seja esta a situação mais crítica desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário. O entendimento dos elementos constitutivos desta crise é de grande complexidade, uma vez que as intensas modificações que ocorrem são de diferentes ordens e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar conseqüências fortes no âmbito do movimento operário e sindical.

O entendimento desse cenário supõe uma análise da totalidade de seus elementos constitutivos. A crise vem afetando tanto a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto a sua esfera mais propriamente subjetiva,

política e ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas.

Ainda segundo Antunes, tal crise está ligada a três elementos: primeiro, a crise estrutural do capital e o seu vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do seu ciclo de reprodução; segundo, o desmoronamento do Leste Europeu – desmoronamento da esquerda tradicional, a crise que se abateu sobre os partidos comunistas tradicionais e o sindicalismo a eles vinculados, causando um verdadeiro refluxo do movimento operário; terceiro, um agudo processo político ideológico de social-democratização da esquerda e a sua conseqüente atuação subordinada à ordem capitalista, o que fez com que o sindicalismo de esquerda passasse a recorrer com frequência cada vez maior à institucionalidade e à burocratização, o quê também caracterizam a social-democracia sindical. (1999: 188-189).

Para Alves (2000), foi a partir da mundialização do capital, na década de 70, que se desenvolveu uma complexa reestruturação produtiva, com impactos estruturais no mundo do trabalho. Ela surge como uma ofensiva do capital na produção, uma vez que debilita a classe, no aspecto objetivo - com a constituição de um “novo (e precário) mundo do trabalho” - e no seu aspecto subjetivo.

Para o autor, o “momento predominante” deste novo complexo de reestruturação produtiva é o toyotismo, que pode ser tomado como a mais radical e interessante experiência de organização social da produção de mercadorias sob a era da mundialização do capital. Ela é adequada às necessidades da acumulação do capital na época da crise de superprodução, assim como se ajusta à nova base técnica da produção capitalista, sendo capaz de desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária (2000: 32).

Este “novo complexo social do mundo do trabalho”, permeado pela fragmentação de classe – objetiva e subjetivamente – é cada vez mais recalcitrante à

intervenção organizacional e política do sindicalismo de massas. (2000: 82). Esta incapacidade, ou limitação estrutural, de preservar o seu poder de resistência de classe à sanha da valorização decorrente da ofensiva do capital na produção, é o cerne essencial da crise do sindicalismo. Esta crise se revela sob os dois aspectos já mencionados acima: sócio institucional e político ideológico (2000; 85).

Diferentemente das análises acima que relacionam a crise sindical como um fenômeno geral e centram sua força analítica nas mudanças que ocorrem a partir dos fatores econômicos da reestruturação capitalista, outros autores, relativizam os efeitos da crise e vêem nela algo que deva ser analisado nas diferentes regiões, nos diferentes países e também nos diferentes setores.

Na análise de Boito (2003), por exemplo, o movimento sindical sofreu um recuo em escala internacional, mas não que tenha recuado em todas as partes e em todos os setores. O problema foi que o sindicalismo recuou nas regiões em que era mais forte, e por isso, a resultante dessas tendências oposta foi, no conjunto, desfavorável para o sindicalismo. Para o autor, o recuo internacional, desigual e contraditório do sindicalismo configura-se, ao que tudo indica, como um fenômeno conjuntural. Ele é real quando comparamos o volume e a taxa de sindicalização e de greve dos anos 1980 e do início dos anos de 1990 com os números da década de 1960. Porém, observando uma curva de longo prazo, podemos verificar que o sindicalismo mantém-se num nível de organização e de atividade igual ou superior ao dos anos 1960 para a maioria dos países. No que diz respeito a conjuntura curta presente parece que o sindicalismo já superou, na segunda metade da década de 1990, o ponto mais baixo de seu recuo.

Assim para Boito:

“(...) o recuo internacional do sindicalismo não é uma decadência histórica que adviria de uma mudança econômica irreversível das sociedades atuais.

Ele é uma crise, oriunda de causas reversíveis, e que, pode por isso ser superada. Essa crise aponta para um ponto de mutação do movimento sindical. Na Europa ocidental e na América, declinou o sindicalismo de antigos setores operários, tanto da indústria (siderurgia e metalurgia) quanto dos serviços (porto e ferrovias). Parte desse movimento poderá readquirir a importância que teve no passado, parte dele parece definitivamente condenado a desempenhar um papel de importância menor. Está crescendo o sindicalismo do novo proletariado de serviços. Parece consolidado o sindicalismo de classe média, principalmente no setor público. Ampliando o horizonte da análise cabe acrescentar que inúmeros países da Europa Oriental e da Ásia, graças ao processo de democratização e ao vertiginoso processo de industrialização dos últimos anos só agora o sindicalismo de indústria vem dando seus primeiros passos. Ele deverá ter uma importância crescente nestes países nos próximos anos.” (Boito,2003: 332)

O autor tem razão quando observa a variação que ocorreu no sindicalismo se considerarmos os diferentes países e dentro deles diferentes setores da atividade econômica. No entanto, não concordamos quando o autor diz ser a crise conjuntural. Algo rompeu irremediavelmente no modelo de sindicalismo conhecido, no que ligava operários às suas organizações sindicais, a dinâmica da vida social mudou e não considerar isto é antes de tudo não abrir o horizonte para perceber que novas formas reais de organização social possam emergir e novas análises e categorias teóricas devem ser criadas.

Para Bihl (1999), a crise do sindicato é uma das expressões de uma crise maior: a do movimento operário que, para o autor, não vive seu momento mais brilhante. Do ponto de vista estratégico, o movimento operário ocidental encontra-se, hoje, nu. As estratégias revolucionárias (de tipo anarco-sindicalista ou de tipo leninista), elaboradas no final do século XIX ou no início do século XX, não resistiram a prova do compromisso fordista que serviu de fundamento ao modelo de

desenvolvimento do capitalismo ocidental do período pós-guerra. Mas a estratégia reformista (de inspiração social-democrata), adotada pelo movimento operário no curso desse mesmo período dentro dos limites desse compromisso, também caducou com a entrada em crise desse modelo de desenvolvimento. A ausência de qualquer estratégia eficaz condena-o à impotência e provoca a debandada do "salve-se quem puder" em suas próprias fileiras.

Nessas condições, não é de espantar que as organizações – políticas, sindicais, associativas – do movimento operário experimentem uma grave crise de representatividade, marcada pela diminuição de interesse por elas: a queda dos efetivos, a fraqueza da militância, a incapacidade de mobilizar os trabalhadores, não cessaram de agravar no curso desses últimos anos.

A análise de Bihr recai sobre a sociedade francesa e sobre esta última o autor diz que, há uns quinze anos, desde a abertura oficial da "crise", vive-se uma contra-revolução "moderada", que levou a uma inversão completa da relação de forças que prevalecia no início dos anos 1970. Nestes anos a ordem social desenvolvida pelo modelo ocidental do capitalismo se debatia contra a revolta de uma parte do proletariado, constituída, sobretudo, por jovens e imigrantes não mais dispostos a perder a vida na rotina das fábricas, e contra outros movimentos sociais – ecológicos, antinucleares, regionalistas, urbanos, feministas – que contestavam o conjunto da organização do modo de vida capitalista. Foi esse conjunto de movimentos que a crise econômica freou e definitivamente rompeu.

Para o autor esta crise teve um papel disciplinador, com seus coletivos de trabalho e de vida dispersos ao sabor das reestruturações econômicas, com seu fluxo crescente de desempregados, de trabalhadores perdendo a estabilidade, de "novos pobres", sobretudo com suas seqüelas psicopolíticas: o medo do amanhã, o isolamento, a exacerbação da luta concorrencial entre os indivíduos, a intensificação dos processos de exclusão que atingem certas categorias da população, a tentativa de soluções autoritárias, tudo para maior benefício do capital.

No entanto, o triunfo desta contra-revolução pode ser explicado pelo papel de integração do proletariado, desempenhado por essas organizações (sindicais e políticas) durante todo o período pós-guerra. Este papel marcou profundamente as formas de organização destas últimas e, é justamente este papel que as torna hoje incapazes de enfrentar os novos dados da situação.

E foi esta integração também que alienou uma boa parte das camadas proletárias (as menos favorecidas pelos "benefícios" do compromisso fordista – mulheres, jovens, imigrantes), antes mesmo das "vítimas da crise" (desempregados, instáveis, "novos pobres").

Enfim, essa crise de representatividade das organizações do movimento operário depende de um certo número de transformações mais gerais que afetaram a sociedade em seu conjunto, sob a influência crescente das relações sociais capitalistas: dissolução de identidades coletivas, ascensão do individualismo, perda generalizada de direção, etc.

À ausência de qualquer estratégia e à crise de representatividade de suas organizações, soma-se o declínio de todas as referências ideológicas tradicionais do movimento operário. Assim, todos os modelos sociopolíticos com os quais esse movimento se identificou no curso de sua história encontram-se hoje esquecidos (modelo de autonomia proletária encarnado pelo anarquismo, pelo sindicalismo revolucionário, pelo comunismo de conselhos), rejeitados (socialismo de estado) ou caducos (reformismo social-democrata). (Bihr, 1999: 10-12)

Para Rosanvallon (1988: 13-14) a crise do sindicalismo, baixa de trabalhadores sindicalizados e a diminuição da potência da força sindical, não é mais que um sintoma de outros que representam uma mutação mais vasta da sociedade. A reestruturação econômica que se traduz por uma modificação na estrutura do emprego, declinando com o número de empregos em lugares o sindicato era tradicionalmente forte e, conseqüentemente, reduzindo a influência do sindicalismo, não faz mais do que exacerbar os limites anteriores do sindicato.

Segundo o autor, as transformações econômicas podem dar conta das evoluções da geografia da presença sindical, mas não permitem explicar a importância do declínio quantitativo que se operou. Não se pode reduzir os problemas atuais do sindicalismo apenas a baixa nas taxas de sindicalização, este declínio deve ser compreendido dentro de uma visão longa de ciclos de implicação social .

O sindicalismo não está em situação difícil momentaneamente em decorrência de mudanças tecnológicas ou da evolução das mentalidades. É a essência profunda do fenômeno sindical que está colocada em causa atualmente. Qualquer que seja o grau de adaptação do sindicato ou das centrais sindicais, mesmo assim, estas se encontram interrogadas.

Para Rosanvallon (1988; 22), a essência da *forma sindical* , esta última entendida enquanto uma modalidade histórica específica de representação e de regulação do social, repousa sobre uma tríplice função: primeiro, representar grupos sociais, por meio de procedimentos formais de negociação ou simplesmente expressando aspirações ou reivindicações; segundo, contribuir para a regulamentação social, unificando interesses e, assim, tornando os conflitos gerenciáveis pela negociação coletiva; terceiro, organizar a solidariedade no interior do grupo representado e lutar por maior justiça social , ou seja, reduzir as disparidades, instaurar regras de direito na gestão social, desenvolver formas de participação. Cada uma destas funções está hoje seriamente abalada.

Desta forma, os problemas que o sindicalismo atualmente enfrenta estão ligados a um fato central – a transformação da condição salarial. O sindicalismo desenvolveu-se e legitimou-se historicamente como uma força contra a exclusão, material e política, de uma classe marginalizada. Como pensar seu futuro à base de uma nova análise da sociedade industrial e contemporânea? Falar em declínio do sindicalismo é ao mesmo tempo compreender seu processo de institucionalização crescente, do recuo de seus aderentes, do enfraquecimento de sua legitimidade e do

reforço de seu papel de agente social (funções sindicais ligadas a um papel institucional).

Assim, para Rosanvallon (1988: 23), analisar a evolução da forma sindical é, neste sentido, indissociável de uma reflexão mais ampla sobre as transformações sociais das sociedades contemporâneas: a evolução do individual e do coletivo, as modificações no imaginário político e as visões de progresso social.

3- Reestruturação capitalista e crise sindical

Para melhor compreensão das mudanças acima citadas faz-se necessário contextualizar e precisar melhor este movimento de reestruturação capitalista que tem como marco inicial à chamada crise dos anos 70.

Esta crise, que marca a década de 70, possui uma natureza bastante complexa, mas pode-se dizer que em sua essência deve ser considerada como uma crise de rentabilidade do capital. Pela primeira vez, desde Segunda Guerra, os países capitalistas avançados caíram em uma longa e profunda recessão, que combinou baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação (Anderson, 1994:10).

Como salienta Leite (1998:23), aliado a fatores de queda na produtividade somam-se também transformações internacionais como o choque do petróleo e a elevação das taxas de juros na primeira metade dos anos 70, aprofundando ainda mais a tendência à queda da taxa de lucro das empresas. Com a diminuição da rentabilidade, decrescem também os investimentos com conseqüências inevitáveis no emprego e na renda.

A partir de então, ficaram expostos os limites estruturais do modo de regulação econômica e social assentados em bases fordistas/keynesianas, que propiciaram o crescimento no II pós-guerra. Tal como uma bola de neve, a crise nasceu no interior do sistema de produção de mercadorias e acabou por se expandir para todas as outras dimensões da sociedade.

O fordismo/keynesianismo que emergiu com vigor após a Segunda Guerra Mundial, principalmente nos países centrais, foi responsável pela criação de um amplo consenso social entre capital e trabalho. Através de uma conjunção de mecanismos, essas economias centrais apresentaram altas taxas de crescimento articulado com uma forte distribuição de renda, o que levou este período a ficar conhecido como *os anos dourados* do capitalismo.

Como chama atenção Arrighi (1994:02), para que esse período ocorresse, foram necessárias uma política e uma ação governamental adequadas, bem como instituições sociais, normas e hábitos comportamentais apropriados.

A partir da visão acima podemos analisar pelo menos três dos principais elementos que compuseram e caracterizaram este período. Primeiro, a possibilidade potencial de uma produção em massa. Neste sentido, o período caracterizou-se por investimentos em capital fixo combinados com processos de trabalho tayloristas (fracionamento do processo de trabalho; separação entre concepção e execução; desqualificação do trabalho) e fordistas (introdução da linha de montagem baseada em tempos impostos pelas esteiras mecânicas) que diminuíram os tempos mortos e intensificaram o ritmo do trabalho. Esta divisão do trabalho, segundo os moldes fordistas/tayloristas, resultou em importantes acréscimos de produtividade.

Para além dos ganhos de produtividade, o taylorismo e o fordismo significaram a apropriação do aspecto intelectual do trabalho operário. O saber e a habilidade dos operários foram transferidos e de certa forma monopolizados pelo *staff* administrativo ou mesmo incorporados pelas máquinas. Do ponto de vista do processo de trabalho a divisão entre o trabalho mental e o trabalho manual foi e é sem dúvida o elemento mais pernicioso destas escolas, ao separar cérebro e mão acabaram por desumanizarem o trabalho potencializando um elemento constante desde início da formação do capitalismo: a expropriação do saber do trabalhador. (sobre o assunto ver Braverman, H:1987)

Segundo, a criação de consumidores em massa, o que foi possível na medida em que o fordismo, baseado na produção de produtos estandarizados e fabricados em grandes séries, garantiu um crescimento da produção possibilitando, simultaneamente, um acréscimo dos lucros, uma baixa dos preços de venda em termos reais e um aumento dos salários. Esses três fatores acima mencionados favoreceram o aumento da demanda, o que foi condição indispensável para o funcionamento do referido sistema. A sua rentabilidade só foi assegurada porque os mercados eram suficientes para justificar uma produção em massa.

Terceiro, a configuração de um modo de regulação política e social adequado a esse modelo de acumulação, o conhecido "Estado do bem-estar" ou *Welfare State* que, instrumentalizava um compromisso entre o capital e o trabalho. Tal compromisso, estabelecido em decorrência direta da pressão exercida pela classe trabalhadora, tinha como base a inserção de amplos segmentos populares no mercado e na vida social, por meio de uma regulação do mercado de trabalho que garantia níveis aceitáveis de emprego e salário, assim como, a ampliação dos direitos sociais (políticas sociais destinadas a garantir educação, saúde, moradia) e políticos.

Esta nova configuração do capitalismo superou os problemas intrínsecos a segunda década do século XX. Nos anos de 1920 com base em uma primeira onda de taylorização e de mecanização fordista, a produtividade do trabalho cresceu em ritmo extraordinário (6% a.a.) nas economias ocidentais (principalmente dos Estados Unidos), superando a média de 2%. Os salários, no entanto, continuaram a crescer 2%. Nessas condições os lucros atingiram picos históricos (da ordem de 30% a 35%). (Bihr; 1999: 41).

O *boom especulativo* entre os anos de 1926 e 1929 levou ao crash de 1929-30, expressão direta no plano financeiro da crescente distorção entre as capacidades de produção acumuladas e a demanda solvente, ou seja, o resultado de que a anterior recuperação da economia capitalista havia se baseado num notável incremento da exploração do trabalho. Os fatos que tornaram possível a recuperação

capitalista são fatos que conspiram contra o nível salarial e o consumo da classe trabalhadora.

O Estado, em sua nova forma de gestão, tomou a seu cargo parte importante da reprodução da força de trabalho e adquiriu assim um crescente protagonismo e indiscutível centralidade, tanto para garantir a continuidade da acumulação capitalista como para reforçar a hegemonia burguesa. Desta forma, foi possível assegurar as margens de lucro do capital e expandir a rede de "direitos sociais" para as classes trabalhadoras.

Foi Gramsci, ainda no começo do século, 1937, um dos primeiros a vislumbrar na ascensão do fordismo, quando este ainda estava restrito ao território dos Estados Unidos, o caráter de uma proposta que envolvia um novo modo de vida histórico do trabalhador e um novo modo de dominação hegemônica do capitalismo sobre o trabalho e, portanto, algo que ultrapassava a esfera da organização do processo de trabalho e da produção industrial.

O fordismo, segundo Gramsci (1988:375-382), assinalava a passagem do velho individualismo econômico à imanente necessidade de organizar uma economia planejada. Como a racionalização da produção e do trabalho determina a necessidade de elaborar um novo tipo humano, o fordismo instaurava, também, um novo estilo de vida.

O americanismo e o fordismo, observa Gramsci (id.ibid.:396), equivaliam ao:

“(...)maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência de propósito sem igual na História, um tipo novo de trabalhador e de homem(...)”. Para Gramsci questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado estavam vinculadas ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo. Os novos métodos de trabalho seriam inseparáveis de um modo específico de viver, de pensar e sentir a vida. (id.ibid.:376)

A superação da crise dos anos de 1930 em termos gerais significou a falência do mito do mercado auto-regulador e a redefinição das relações do Estado com as classes subalternas.

Para Castel (1998:419-436) a relação salarial que é inaugurada a partir da regulação fordista pressupõe que no seio de uma mesma formação social, o capitalismo, a relação salarial pode assumir diferentes configurações, assim, a relação salarial "fordista" substituiu a relação salarial que prevalecia no começo da industrialização, e para esta nova configuração foi necessária reunião de cinco condições.

Primeiro, uma nítida separação entre os que trabalhavam efetiva e regularmente, os inativos ou semi-ativos e os que deveriam ser excluídos do mercado de trabalho ou integrados sob formas regulamentadas. Segundo, a fixação do trabalhador em seu posto de trabalho e a racionalização do processo de trabalho no quadro de uma gestão de tempo exata, recortada, regulamentada. Terceiro, o acesso por intermédio do trabalho a "novas normas de consumo", por meio dos quais o próprio operário se torna usuário da produção de massa. Quarto, acesso à propriedade social e aos serviços públicos. Quinto, a inscrição em um direito do trabalho que reconhece o trabalhador como membro de um coletivo dotado de um estatuto social além da dimensão puramente individual do contrato de trabalho.

Os limites desse modelo desencadearam processos que levaram à crise e à articulação da reestruturação capitalista a partir dos anos 70. Assim, o compromisso fordista teve seu rompimento a partir do esgotamento do regime de acumulação capitalista que serviu de base para sua ascensão. A crise é em primeiro lugar a crise da reprodução desta relação social que é o capital.

Entre os vários fatores do esgotamento do regime de acumulação podemos citar alguns: diminuição dos ganhos de produtividade; elevação da composição orgânica do capital; saturação do consumo em massa, uma vez que as classes sociais com disponibilidade a consumir já estavam cobertas pelo padrão de consumo

criado , fazendo com que a grande questão fosse como criar novas demandas no interior destas classes e fazerem com que repusessem seus produtos; resistência da classe operária (absenteísmo, sabotagem da cadeia de montagem) ao tipo de trabalho alienado imposto pela esteira mecânica, pela rotinização do trabalho, que moldou o trabalho industrial no período em questão; desenvolvimento do trabalho improdutivo, crescimento do setor terciário.

No que diz respeito a dimensão política, a longa e profunda recessão dos países centrais proporcionou terreno fértil para a ascensão das idéias neoliberais. Nascidas logo após a II Guerra Mundial, nos Estados Unidos e na Europa, como uma reação teórica e política veemente contra o estado intervencionista e de "bem-estar", tendo como texto de origem *O Caminho da Servidão*, de Hayek escrito em 1944, estas idéias permanecem latentes até a década de 70 quando renascem com força total.(Anderson,1994:9)

As idéias neoliberais colocaram na agenda política uma série de reformas que romperam com acordos estabelecidos entre o capital e o trabalho, principalmente no que tange aos direitos sociais dos trabalhadores, direitos estes conquistados durante os "anos dourados" do capitalismo.

Um dos primeiros alvos da crítica neoliberal foi exatamente o sindicato. Como afirma Anderson (1994:10), para os neoliberais as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Na prática, os governos neoliberais tomaram as seguintes medidas: contração da emissão monetária; elevação das taxas de juros; queda drástica dos impostos sobre os altos rendimentos; abolição do controle sobre fluxos financeiros; criação de um alto índice de desemprego; desarticulação de greves; imposição de uma nova legislação sindical; corte nos gastos sociais; e amplo programa de privatizações.

Em sua dimensão produtiva a reestruturação capitalista provoca uma série de mudanças técnicas e organizacionais que inauguram um novo tipo de acumulação capitalista. Esta nova prática produtiva que vem sendo chamada pelos estudiosos de *acumulação flexível* coloca-se como um modelo de produção alternativo ao modelo fordista, caracterizado por sua alta rigidez.

Se durante o compromisso fordista a imagem que retratava o proletariado ocidental era de grande massa de operários concentrados em grandes espaços fabris, com contratos de trabalho formais, na chamada acumulação flexível pouco a pouco as condições que deram base ao compromisso fordista foram rompidas tornando as condições da classe trabalhadora cada vez mais precárias em um cenário bastante adverso.

O primeiro aspecto a se observar é a diminuição do número de operários manuais, fabris e concentrados em um mesmo lugar, típicos do fordismo e da fase de expansão daquilo que se chamou de regulação social-democrática e que compunha originalmente a classe trabalhadora. Esta diminuição está ligada a vários fatores: ao o crescimento do setor de serviços ou setor terciário; ao emprego de novas tecnologias poupadoras de mão de obra eliminando postos de trabalho, e de certa forma, ao desemprego.

Entre a “elite operária”, formada pelos os trabalhadores estáveis e com garantias, e os totalmente excluídos de trabalho (e neste segmento temos de trabalhadores idosos aos pouco qualificados, passando ainda por jovens que não conseguem inserir-se na vida ativa) existe uma massa de trabalhadores instáveis em diferentes categorias: trabalhadores por tempo parcial; trabalhadores temporários; trabalhadores subcontratados ou terceirizados.

Este tipo de contrato precário tem se intensificado em escala mundial, tanto nos países considerados do terceiro mundo como também nos países considerados de primeiro mundo. Estas novas formas de contratação ou subcontratação significam novas formas de subproletarização e precarização do trabalho. Esta massa de

trabalhadores cada vez maior vive sob a pressão da instabilidade de emprego e, portanto de renda, não possuem garantias jurídicas de emprego e trabalho o que muitas vezes significa a exclusão das conquistas e direitos sociais do trabalho, ausência de qualquer proteção sindical. Enfim, sofrem um processo extremo de individualização da relação salarial.

Estes fatores acima citados, aliados a outros como o aumento expressivo da proporção de mulheres na composição da força de trabalho, a intensificação e superexploração do trabalho (trabalho dos imigrantes, trabalho infantil) e processo de desemprego estrutural que, junto com o trabalho precarizado, atinge cerca de 1 bilhão de trabalhadores:1/3 da força de trabalho mundial que trabalha estaria promovendo uma queda acentuada nas taxas de sindicalização e um desinteresse dos trabalhadores por uma ação política através da atividade sindical (Rodrigues, 1992; Alves, 1996; Antunes, 1999). Melhor dizendo, combinados, tais processos estariam promovendo a erosão da solidariedade no interior da classe trabalhadora. Todas essas transformações alteram a composição e a estrutura da classe operária, trazendo mudanças profundas, principalmente, no que diz respeito, à sua fragmentação interna que, ao se potencializar, desarticula a ação de seus órgãos representativos na maioria dos casos.

Para Antunes (2000:191) a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Essas mutações criaram uma classe trabalhadora mais diferenciada entre qualificados/desqualificados, mercado formal/mercado informal, homens/mulheres, jovens/velhos, estáveis/precários, imigrantes/nacionais. (Antunes, 2000:191).

Para o autor esta forma de produção flexibilizada busca a adesão de parte dos trabalhadores, que devem assumir o projeto do capital (idem;190). Com isso, busca-se "envolvimento manipulatório" levado ao limite, em que o capital procura o consentimento e a adesão dos trabalhadores, no interior das empresas, para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo seus fundamentos.

Ainda para Antunes (idem: 192), ao contrário dos que propugnaram pelo “fim do papel central da classe trabalhadora” no mundo atual (Habermas,1989; Gorz, 1990 e Offe,1989), o desafio maior da *classe-que-vive-do-trabalho*, nesta virada do século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem papel central no processo de criação de valores de troca até aqueles segmentos que estão mais a margem do processo produtivo mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (des)socialização.

Na análise de Alves (1996; 2000) esta *nova ofensiva do capital na produção* estaria originando no sindicalismo uma resposta que o autor chama de um *defensivismo de novo tipo*, uma resposta com um pronunciado viés neocorporativo, de caráter setorial⁴. Por detrás desta resposta oculta-se a incapacidade estratégica do sindicalismo brasileiro para adotar posturas de confronto diante da ofensiva capitalista, resposta que seria a própria expressão da crise.

As entidades sindicais tendem a promover apenas articulações verticais de categorias assalariadas, bem organizadas, fortes e ativas em vez de articularem interesses gerais da classe. As ações sindicais – greve – mantêm-se nos limites da reivindicação profissional, incorporando a lógica do capitalismo organizado, reproduzindo e intensificando a fragmentação da classe trabalhadora. (Alves, 2000: 89).

Para Alves, (2000) a estratégia do neocorporativismo de ‘cariz’ setorial tende a se ampliar no período de crise do capitalismo, privilegiando a fragmentação da classe trabalhadora por empresa, o fracionamento horizontal da sociedade do trabalho, a

⁴ Alves (2000; 332) em sua análise, diferencia o corporativismo societal do corporativismo setorial: “(...) se no corporativismo societal, impulsionado pela social-democracia clássica, a ‘influência propositiva’ era posta como colaboração de classe (já que se inseria num projeto político mais amplo, não restrito, a dimensão sindical), sob o corporativismo setorial, de certo modo, ela é posta meramente como a própria negação das classes, surgindo como ‘defensivismo de novo tipo’.

debilitação da solidariedade de classe. Procura cultivar o espírito de parceria com o capital desenvolvendo estratégias sindicais propositivas, pró-ativas. Abandona-se, em maior ou menor proporção, o sindicalismo de classe, de massa, de indústria.

Assim, muitas análises focam a crise do sindicalismo ou até mesmo o declínio do sindicalismo enfatizando as mudanças internas a partir da reestruturação capitalista que se configurou mediante processos que levaram a saturação do regime de acumulação fordista evidenciada nos anos de 1970. Muitas vezes estas análises caem em um *economicismo linear* que simplificam problemas sérios e relegam para segundo plano questões importantes.

Ainda que estas análises se refiram ao um momento posterior da reestruturação, ou seja a toda mudança que ocorreu no período pós-Segunda Guerra Mundial, pela ascensão do compromisso fordista entre capital e trabalho, onde as análises focam o ponto de inflexão das reivindicações operárias e conseqüente renúncia do papel revolucionário da classe operária na construção de uma sociedade socialista por ganhos de seguridade social de caráter reformista de dentro do capitalismo.

Em uma outra análise, Bihl (1999:67-68) diz que a crise que o mundo capitalista atravessa é uma crise estrutural. A crise é antes de tudo uma crise da reprodução dessa relação social que é o capital. Visto que o capital é uma relação social contraditória, uma crise como essa só pode ser simultaneamente crise desse pólo antagonista ao capital, que é o proletariado e, portanto, crise do movimento operário. O autor propõe fazer uma inversão da perspectiva partir da crise do capital, mas não mais focando os problemas que esta crise impõem ao capital, e sim centrar a análise sobre os desafios esta que crise lança ao movimento operário ocidental.

O autor sugere que os desafios são de dois tipos. Os primeiros ligam-se diretamente à crise do fordismo e às reestruturações conduzidas pelo capitalismo central para tentar superá-la. Essa crise trata ao mesmo tempo da ruptura do compromisso social do período pós-guerra, da fragmentação do proletariado, que

resulta das transformações em curso da relação salarial e da transnacionalização do capital que parece constituir a única saída capitalista possível para a crise atual da acumulação em nível mundial.

Os desafios de segundo tipo parecem, para o autor, comparativamente mais radicais que os anteriores: crise ecológica, crise de sociabilidade, crise cultural. Eles não derivam somente da crise de uma forma historicamente denominada do modo de produção capitalista como é encarado o fordismo, mas colocam fundamentalmente em questão esse próprio modo de produção, em sua essência e não mais somente em uma de suas formas históricas: na maneira como ele se organiza, em qualquer tempo e lugar, tanto nas relações dos homens com a natureza como as relações dos homens entre si. Assim, esses desafios não dizem respeito somente ao proletariado, mas à sociedade (a humanidade) como um todo. (idem;68)

Do ponto de vista da crise do fordismo, entendemos que a crise apenas desnudou problemas sérios criados muito antes de sua manifestação e, sendo assim, a crise apenas exacerba os limites anteriores do movimento operário e de nosso objeto de estudo, o sindicato. E aí propomos focar a análise no esgotamento de uma cultura política da ação sindical realizada a partir da experiência dos trabalhadores.

Do ponto de vista ontológico, entendemos que a crise do sindicalismo é um sintoma entre outros de uma transformação mais vasta da sociedade. As questões ligadas a ela ultrapassam e se derramam para além do futuro das formas históricas da organização sindical ou mesmo do nível de renovação ou adaptação das respostas das centrais sindicais ou de sindicatos isolados.

Dizer que os sindicatos caminham cada vez mais para uma ação corporativa, ligando-se apenas a defesa dos interesses de setores isolados, elites constituídas no interior da classe operária, é uma crítica um tanto quanto vazia, acadêmica e muito questionável. Primeiro por que se deve refletir e muito sobre o papel que cabe aos sindicatos. Segundo, os sindicatos, seguem sozinhos, não há no horizonte uma

proposta política concreta articulada ou um movimento social concreto que caminhe para além do capitalismo.

4- Rumo a uma outra dimensão da crise sindical

Se aceitarmos a hipótese de que o sindicato vive de fato um momento de crise, a pergunta que devemos fazer é se esta crise é decorrente somente das mudanças na estrutura de empregos, da relação salarial, dos efeitos da atual reestruturação produtiva, ou se se pode pensar também em uma deterioração da relação de cultura política existente nesta forma de organização em que estariam em jogo outros elementos que não apenas aqueles ligados às questões da reestruturação produtiva. Ou, em que medida a reestruturação apenas desnudou um problema existente, mesmo que de certa forma latente, em relação às formas e as escolhas que os sindicatos historicamente fizeram ao longo destas últimas décadas.

E ainda, pode-se perguntar: o sindicato, quando se formou, representou apenas um órgão de defesa dos trabalhadores no que diz respeito a busca de melhores condições de venda da força de trabalho no mercado, estabelecendo, portanto, uma relação puramente econômica, ou o sindicato representou também – e, em medida relevante – uma relação cultural, a partir da qual os trabalhadores reconheciam uma organização que lhes proporcionava uma identidade e uma referência comunitária, identidade e referência estas que se foram deteriorando ao longo do tempo? Tal consideração é fundamental para se abrir uma nova perspectiva de reflexão sobre o sindicalismo e sua crise atual, pois permite visualizar, não uma recusa dos trabalhadores ao coletivismo, mas uma procura por novas formas de inserção no coletivo.

Devemos assim recuperar a reflexão feita por Rosanvallon (1988:15-17), para o qual a crise decorre das transformações radicais que remodelam a economia e a sociedade depois dos chamados *anos gloriosos* do capitalismo (1945-1970). Os

problemas que o sindicalismo está atualmente confrontando estão ligados a um fato central: a transformação do mundo salarial e, este não pode ser entendido como um bloco homogêneo, minoritário e dominado.

Para o autor, não são as formas ou os estilos do sindicalismo, mas é sua essência que é colocada radicalmente em causa. As razões disso devem ser buscadas dentro da identidade coletiva. Desta forma, a crise do sindicalismo deve ser compreendida como sintoma de uma mudança mais vasta da sociedade. O sindicalismo não está em situação difícil momentaneamente em decorrência de aceleração de mudanças tecnológicas ou da evolução das mentalidades, o que está em causa é a essência profunda do fenômeno sindical.

O sindicalismo se desenvolveu e se legitimou historicamente como uma força de reação contra a exclusão social (material e política) de uma classe marginalizada, assim Rosanvallon indaga: como se pode pensar seu futuro à base da sociedade industrial contemporânea?

Esta colocação pode ser compreendida melhor se pensarmos que a organização sindical, como estava estruturada nos países desenvolvidos, teve suas origens no proletariado que se formou a partir da II Revolução Industrial, quando a grande indústria e sua peculiar divisão do trabalho proporcionaram o ambiente favorável para a organização do sindicato, tradicionalmente conhecido.

Sobre a classe operária francesa diz Castel (1998:450):

“(...) a classe operária não foi vencida na ocasião de uma luta frontal, como foram, por exemplo, os operários parisienses em junho de 1848. Haveria muito a se dizer das peripécias do período de Ocupação e sobre a participação de uma parte da classe operária na Resistência sobre o contexto de libertação, das greves quase insurrecionais de 1947(...): são tantos outros episódios de um enfrentamento social cristalizado nos anos 1930 e que permaneceram

vivos até 1960. Mas esta postura de oposição radical se corrói progressivamente, porque aquém destas vicissitudes políticas, está minada por uma transformação de natureza sociológica. A classe operária foi destituída da posição de ponta de lança de que ocupava pela promoção de assalariado. Esquemmatizando a transformação que se realizou durante cerca de 40 anos (dos anos 30 aos anos 70) O salariado operário foi literalmente esvaziado das potencialidades históricas que o movimento operário lhe emprestava. A condição operária não deu a luz uma outra forma de sociedade, apenas se inscreveu num lugar subordinado na sociedade salarial.”

Ao comentar as rápidas transformações sociais que marcaram o século XX, Hobsbawm (1995:298-300) faz uma análise importante sobre as mudanças ocorridas no interior da classe operária industrial. O autor inicia sua análise dizendo que a classe trabalhadora industrial começa a declinar visivelmente a partir dos anos 80. A impressão generalizada anterior a esta data, de que de alguma forma a velha classe operária industrial estava morrendo é estatisticamente errada pelo menos em escala mundial. Nos anos 80, porém, começa a declinar visivelmente.

A ilusão de uma classe operária (industrial) em colapso se deve, segundo Hobsbawm, mais a mudanças dentro dela e dentro do processo de produção do que a uma hemorragia demográfica.

A imensa fábrica de produção em massa construída em torno da correia de transmissão, a cidade ou região dominada por uma só indústria a classe operária unida pela segregação residencial e o local de trabalho numa unidade de muitas cabeças pareciam ter sido características da era industrial clássica. Esse *tipo* de classe operária (industrial) acabou de maneira muito clara após a década de 1990, vítima das novas tecnologias e das crises econômicas do início da década de 80 que recriaram o desemprego em massa, pelo menos no que diz respeito à Europa, em seus últimos quarenta anos. Os trabalhadores não qualificados das linhas de

produção em massa que podiam ser facilmente substituídos por maquinário automatizado foram os mais atingidos.

Como ressalta Hobsbawm, as populações heterogêneas que ganhavam a vida nos países desenvolvidos vendendo seu trabalho braçal por salários aprenderam a ver-se como uma única classe trabalhadora e a encarar esse fato como a coisa mais importante em sua situação como seres sociais. Pelo menos chega a essa conclusão um número de operários suficiente para transformar partidos políticos e movimentos sociais, que os atraíam essencialmente como trabalhadores, em consideráveis forças políticas no período de poucos anos.

Estas massas não estavam unidas só por salários e por sujarem as mãos no trabalho. Houve outros elementos que união esses trabalhadores e que na análise do autor foram o fato de serem esmagadoramente pobres e economicamente inseguros, de estarem unidos também por maciça segregação social, por estilos de vida (inclusive pelo modo de vestir-se) diferenciados e pela limitação de oportunidade de vida que os separava da camada de trabalhadores de escritórios, socialmente mais móveis, se bem que economicamente também mal remunerados. E, por fim:

"Eram unidos pelo elemento central de suas vidas, a coletividade: o domínio do "nós" sobre o "eu". O que dava aos partidos e movimentos operários sua força original era a justificada convicção dos trabalhadores de que pessoas como eles não podiam melhorar sua sorte pela ação individual, mas só pela ação coletiva, de preferência através de organizações, fosse pela ajuda mútua, a greve ou o voto. E, por outro lado, que os números e a situação peculiar dos trabalhadores braçais punha ao seu alcance a ação coletiva. A consciência de classe era definidora de sua identidade. O "nós" dominava o "eu" não apenas por motivos instrumentais, e sim porque (...) a vida operária tinha de ser em grande parte pública, por ser o espaço privado tão inadequado. Até surgir o rádio, todas as formas de diversão, além da festa particular, tinham de ser públicas, e nos países

mais pobres mesmo a televisão foi, em seus primeiros anos, vista em locais públicos. Da partida de futebol ao comício ou passeio no feriado, a vida era experimentada, naquilo que visava o prazer, em massa. Na maioria dos aspectos, essa consciente coesão operária atingiu o auge (países desenvolvidos) no fim da II GM. Durante as décadas de ouro quase todos os seus elementos foram minados.”(1995: 300)

Na análise de Souza Santos (1999:244) sobre a passagem da cidadania cívica e política para o que foi designado de *cidadania social*, no contexto das *décadas de ouro* ou do *capitalismo organizado*, ressaltando a análise de Marshall sobre a articulação que opera entre cidadania e classe social, e nas conseqüências que dela retira para caracterizar as tensões entre cidadania e capitalismo, o autor diz que, essa articulação significa que no período do capitalismo liberal a cidadania civil e política, enquanto parte integrante do princípio do Estado, não só colidiu com o princípio do mercado como possibilitou o desenvolvimento hipertrofiado deste.

No período do capitalismo organizado, ao contrário, a cidadania social, porque ancorada socialmente nos interesses da classe trabalhadora e porque serviu estes em grande medida por meio de transferências de pagamentos, colidiu significativamente com o princípio do mercado, conduzindo a uma relação mais equilibrada entre o princípio do Estado e o princípio do mercado e, com ela uma nova estrutura da exploração capitalista.

Diz Souza Santos:

“(...)o maior equilíbrio entre o Estado e mercado foi obtido por pressão do princípio da comunidade enquanto lógica das lutas sociais de classe que estiveram na base da conquista dos direitos sociais. A comunidade assenta na obrigação política horizontal entre os indivíduos ou grupos sociais e na solidariedade que dela decorre, uma solidariedade participativa e concreta, isto é, socialmente

contextualizada. (...) a classe operária foi precisamente o motor e o conteúdo desse contexto social e a articuladora da obrigação política que se traduziu nas múltiplas formas organizadas da solidariedade operária, dos partidos operários e dos sindicatos às cooperativas, aos clubes operários, à cultura operária.”(idem; 244)

E Souza Santos (idem; 244/245) completa que mesmo que ainda hoje seja questionável em que medida a cidadania social é uma conquista do movimento operário ou uma concessão do Estado capitalista, não resta dúvida que sem as lutas do movimento operário tais concessões não seriam feitas. Se a classe operária não foi o sujeito monumental da emancipação *pós-capitalista*, ela foi, sem dúvida, o agente das transformações progressistas e, neste sentido, emancipatórias, no interior do capitalismo.

No entanto, as lutas operárias pela cidadania social tiveram lugar no marco da democracia liberal. Politicamente, esse processo significou a integração política das classes trabalhadoras no estado capitalista e, portanto, o aprofundamento da regulação em detrimento da emancipação. Ao fim e ao cabo, as lutas pela cidadania social culminaram com a maior legitimação do Estado capitalista, e no "fim" do processo de sua transformação, o capitalismo tornou-se mais hegemônico do que nunca.

É neste período também que, segundo Souza Santos (1999; 245), agrava-se a tensão entre a subjetividade e a cidadania. Diz ele:

"A segurança da existência cotidiana propiciada pelos direitos sociais tornou possíveis vivências de autonomia e de liberdade, de promoção educacional e de programação das trajetórias familiares que até então tinham estado vedadas às classes trabalhadoras. Mas por outro lado, os direitos sociais e as instituições estatais a que eles deram azo foram parte integrante de um desenvolvimento societal que

aumentou o peso burocrático e a vigilância controladora sobre os indivíduos;

Neste contexto social a classe trabalhadora foi submetida às rotinas de produção e consumo, criou-se um espaço urbano desagregador e atomizante, destruidor das solidariedades das redes sociais de interconhecimento e de entreaajuda, promoveu-se uma cultura mediática e uma indústria de tempos livres que transformou o lazer num gozo programado, passivo e heterônomo, muito semelhante ao trabalho. Enfim, um modelo de desenvolvimento que transformou a subjetividade num processo de individuação e numeração burocráticas. (Souza Santos, 1999:245)

Como ressalta Souza Santos (1999;248), a classe trabalhadora, através dos seus sindicatos e partidos operários, teve um papel central na configuração deste compromisso *social-democrático*. As transformações socializantes (*explicar em nota*) do capitalismo foram obtidas em detrimento da transformação socialista da sociedade, reivindicada pelo movimento operário no início do período do *capitalismo organizado*. A integração social e política do operariado no capitalismo deveram-se a um processo lento de desradicalização das reivindicações operárias obtido em grande medida através da crescente participação das organizações operárias no "ajuste" social, nas políticas de rendimento e preços e mesmo na gestão das empresas, um processo cuja dimensão política é hoje conhecida por neocorporativismo.

Sobre esta incorporação da classe trabalhadora e seus ganhos materiais, Hobsbawm (1995:301) diz que o pleno emprego e uma sociedade de consumo orientados para um verdadeiro mercado de massa transformou totalmente a vida dos operários nos países desenvolvidos, colocando-os, majoritariamente, pelo menos durante parte de suas vidas, bem acima do patamar em que seus pais, ou eles próprios, tinham vivido outrora, quando se gastava a renda sobretudo com necessidades básicas.

No entanto, foi neste período que se alargaram as fendas entre diferentes setores da classe operária, embora isso só se tornasse evidente após o fim do pleno emprego, durante a crise econômica das décadas de 1970/1980, depois da pressão do neoliberalismo sobre as políticas assistenciais e sistemas "corporativistas" de relações industriais, que tinham dado substancial proteção aos setores mais fracos dos trabalhadores.

A crise a que Hobsbawm se reporta é o marco das transformações contemporâneas ocorridas dentro do sistema capitalista como já nos referimos anteriormente.

A crise econômica dos anos de 1970 e suas conseqüentes transformações atingem em cheio a classe trabalhadora. Primeiro, porque desnuda os limites cruciais para a organização da solidariedade no seio desta classe, o que pode ser considerado como uma conseqüência da opção política de integração ao projeto capitalista; segundo, criaram e acirraram processos de heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe que acabaram por isolar politicamente os trabalhadores. Como ressalta Souza Santos (1999:254), "isolados os trabalhadores não são classe operária, são força de trabalho". Ou como chama atenção Hobsbawm (1995:299), "era uma crise não de classe, mas de sua consciência".

Se a idéia de que a classe trabalhadora foi de alguma forma um bloco genuinamente homogêneo é falsa, também não se pode perder a noção de que o atual nível de sua fragmentação é sem precedentes na história. A reestruturação capitalista dos anos 70 aprofunda e radicaliza as transformações e as diferenças já abertas muito antes, no interior da classe trabalhadora.

É o que podemos observar nos governos de Thatcher que, para obter sucesso, dependia do rompimento dos trabalhadores qualificados com o Partido Trabalhista. Isto foi possível pelo fato dos trabalhadores qualificados e supervisores terem uma maior adaptação à era da produção moderna de alta tecnologia. A posição destes trabalhadores era tal que podiam, na verdade, se beneficiar de um livre mercado,

mesmo quando seus irmãos menos favorecidos perdiam terreno, à medida que se desmantelava a proteção do governo e dos sindicatos. Este estrato superior dos trabalhadores qualificados começou a questionar, enquanto contribuintes, sua participação no financiamento da denominada *subclasse* que vivia do sistema assistencial e público. Os qualificados viram-se assim, talvez pela primeira vez, como defensores potenciais da direita política. (Hobsbawm, 1995:302)

Como foi dito acima (Rosanvallon, 1988:22), é a essência profunda do fenômeno sindical que está atualmente colocada em causa. Qualquer que seja o grau de adaptação de centrais sindicais ou sindicatos isolados, todos encontram –se questionados.

Rosanvallon (1988) considera como o seu objeto de análise a forma sindical enquanto modalidade histórica específica de representação e regulamentação do social. A essência do sindicalismo repousa sobre uma tríplice função: primeiro, representar grupos sociais, seja por meio de procedimentos formais de negociação ou simplesmente expressando aspirações ou reivindicações; segundo, contribuir para a regulamentação social unificando interesses tornando, assim, os conflitos gerenciáveis pela negociação coletiva; terceiro, organizar a solidariedade no interior do grupo, lutar por maior igualdade social para reduzir as disparidades sociais, instaurar regras de direito na gestão social, desenvolver a participação política. Cada uma das funções citadas acima está hoje seriamente abalada.

Os problemas que o sindicalismo está atualmente confrontando estão ligados a um fato central: a transformação do mundo salarial, que não pode ser apreendido como um bloco homogêneo. O sindicalismo se desenvolveu e se legitimou historicamente como uma força de reação contra a exclusão social (material e política) de uma classe marginalizada. Assim, como se pode pensar seu futuro à base de uma nova análise da sociedade industrial contemporânea?

Neste sentido, não devemos contentar em falar apenas sobre o declínio do sindicalismo. O autor coloca que é necessário compreender ao mesmo tempo o

processo da institucionalização crescente, as razões do recuo de número de seus aderentes, o enfraquecimento de sua legitimidade e o reforço de seu papel como agente social (conjunto de funções sindicais ligadas a um papel institucional). Analisar a evolução da forma sindical e sua crise é, nesse sentido, indissociável de uma reflexão mais ampla sobre as transformações do social nas sociedades contemporâneas: a evolução das relações do individual e o do coletivo (aderente-sindicato), pela modificação do imaginário político e das visões do progresso social.

Desta maneira, é importante compreender quais as razões do afastamento que está aparentemente cavada entre os três registros das relações entre o indivíduo aos seus sindicatos: o reconhecimento institucional; a utilidade; o sustento prático; a confiança; a identificação e o pertencimento.

Para Rosanvallon (1988), o sindicalismo historicamente foi constituído como um *fato social total*: englobou as diferentes modalidades de relações de sociabilidade da classe operária, tanto em seu meio quanto nas relações com o exterior. Assim, as diferentes dimensões sejam elas de institucionalização, ou de comunidade social ou de instrumento de luta sustentaram um aglomerado compactado.

A vinculação ao sindicato revelava uma pluralidade de relacionamentos de diferentes funções. Ser aderente não significava somente cotizar à uma organização, mas entrar para uma comunidade. A organização sindical representava também como uma célula preparadora e configurante do advento de uma nova ordem econômica e social. Muitos sindicatos, evidentemente, visavam organizar a ação política da classe trabalhadora, mas tinha no horizonte desta ação a construção de uma contra-sociedade.

Assim se explica, no final do século XIX, a fixação de regras e das obrigações dos aderentes. A cotização não consistiu mais que um elemento, quase secundário, entre outros. Verdadeiras prescrições morais e profissionais foram criadas e foram submetidas aos trabalhadores sindicalizados.

Vale a pena reportar algumas delas: enumerar as obrigações e castigos relacionados à obediência aos estatutos do sindicato; assistir as reuniões; pagar a cotização; morar na circunscrição sindical; indicar mudança de endereço; trabalhar pela tarifa sindical dos salários; preencher as funções sindicais; não trabalhar por peças, ou levar trabalho para casa; assinalar as vagas de emprego ao serviço social de alocação; manifestar solidariedade de oficina: não aceitar funções extra sindicais em contradição com o interesse coletivo; não colaborar com jornais hostis a classe operária; fazer propaganda pelo sindicato; comemorar ou não ir trabalhar no dia primeiro de maio; denunciar as infrações as regras sindicais; não comprar senão dentro das casas possuindo o rótulo comercial da CGT; trazer as insígnias ou apresentar livrete sindical; ser cooperador, cotizar a favor dos não sindicalizados; limitar número de horas de trabalho; não aconselhar ou ajudar os não sindicalizados; respeitar a dignidade sindical. (Rosanvallon, 1988: 31-32)

Esta concepção da adesão sindical está agora, segundo Rosanvallon, esvaziada de sentido. Ela pode ser, apesar de seus limites, rica em conteúdo quando ela se enraíza em uma forte identidade ao meio. Mas hoje ela não tem mais um suporte sociológico (a unidade profissional) nem o fundamento cultural (a idéia da autonomia operária contra a sociedade) e nem a legitimidade prática (a finalidade da incorporação). A adesão está, assim, tornando-se progressivamente uma simples contribuição, e caminha-se do aderente para o cliente. Os sindicatos são de fato compostos por agregados estatísticos de pagadores irregulares de cotas mensais.

A desagregação progressiva da noção de aderente vai sendo assim abandonada, e no lugar há uma gama eclética de relações: de sustentação, de proximidade, de pertencimento, de confiança ou de desconfiança.

Muitos elementos foram colocados para a discussão. O jeito de ser da classe operária mudou durante os anos dourados do capitalismo e mudou mais ainda com a recente reestruturação capitalista. Podemos constatar (em seções anteriores presentes neste trabalho) como o poder de metamorfose do capitalismo é forte. A crise instalada no interior do sistema foi capaz de romper com compromissos entre o

capital e a força de trabalho aparentemente consolidados, mas que, no entanto, se esfacelaram ao longo de três décadas, desnudando a fragilidade do compromisso fordista, colocado como projeto histórico pela a social-democracia.

Em relação a movimento operário e, mais especificamente ao movimento sindical, esta reestruturação provocou e acentuou vários processos de ruptura, entre eles o que estamos chamando de cultura política por meio de uma pujança da fragmentação e individualização da vida social, enfim dos trabalhadores, acabando por colocar em questão a validade da solidariedade social, deixando uma sensação de vazio, uma sensação, porém, falsa se pensarmos no fato do dinamismo da realidade social realizado pelo movimento das forças contraditórias inerente ao próprio sistema e de onde saídas de mudança ou de transformação podem ser geradas nos interstícios do próprio capitalismo.

Assim, para analisar as transformações que se processam no contexto da crise capitalista e sua conseqüente reorganização, por meio do que chamamos reestruturação capitalista ou de contra reforma neoliberal e para compreender a totalidade destas faz-se necessário a compreensão de fatores muitas vezes relegados para segundo plano: as mudanças políticas e culturais que se processaram no decorrer destes anos.

Ao falarmos de cultura queremos fazer o esforço de pensar como achar mediações entre o objetivo e o subjetivo, na atividade que distinguiu o homem da natureza, o espaço onde o homem pensa a si mesmo e os outros.

Este traço político-cultural que coloca o sindicato não apenas como um órgão de defesa das melhores condições de compra e venda da força de trabalho, mas como um órgão construtor de identidade da classe trabalhadora, que revela traços comunitários, o sentimento de pertencer a um tipo de cultura política que também está colocado em questão hoje é o fator relevante que deve ser amplamente discutido como um elemento importante na definição do que seria crise sindical.

Ao considerar a questão acima como relevante para o entendimento da 'crise sindical', uma série de novas questões surgem para auxiliar a análise. Não apenas as transformações das condições objetivas são relevantes para explicar a realidade, há que se considerar, neste processo de crise, toda a dimensão subjetiva em que temas tais como identidade, experiências vividas, significados, cultura e referências culturais do sujeito (sujeito como sujeito coletivo) de movimentos sociais, devem ser abordados, para que uma nova dimensão possa ser vislumbrada, e esta possa também contribuir para a compreensão da totalidade.

Se o ponto crucial da crise do sindicalismo, de toda a crise do movimento operário é a percepção de que os laços de pertencimento e de solidariedade no interior da classe trabalhadora, ou mais especificamente, no interior da organização sindical estão sendo destruídos, uma análise em que os elementos acima citados sejam incluídos torna-se extremamente relevante.

05- O conceito de experiência: outra chave de leitura da crise sindical

Para a análise do Sindicato dos Metalúrgicos em São Carlos duas questões de ordem teórica devem ser destacadas. Em primeiro lugar temos que considerar a realidade contraditória em que está inserido o sindicato e como esta realidade influencia sua ação. Isto porque, muitas vezes, ao tentar classificá-lo em um conceito teórico rígido, ou, analisá-lo a partir de respostas consideradas ideais, perder-se de vista a singularidade do processo histórico de formação do próprio sindicato como um sujeito coletivo. Ao longo da trajetória histórica particular podem coexistir momentos progressistas e momentos em que o sindicato adotou uma posição conservadora: conformismo e resistência podem aparecer em uma mesma realidade.

Uma outra questão a ser colocada para a análise do sindicalismo dos metalúrgicos em São Carlos é que não se pode apenas analisar a ação sindical a

parir das chamadas 'condições objetivas dadas'. Dizer que a ação política sindical caminha para uma prática cada vez mais neocorporativa esgarçando a solidariedade no interior da classe trabalhadora e jogar todo o peso desta ação no movimento de reestruturação econômica é quase não dizer nada sobre a vida sindical em São Carlos, na medida que esmaga toda a singular dinâmica da ação social e política dando margem a um *reducionismo econômico* ou a um *determinismo tecnológico* que não acrescenta nada ou quase nada a discussão. Há que se encontrar uma mediação entre as estruturas dadas e as ações políticas e sociais desenvolvidas.

Isto nos remete ao um debate bastante conhecido sobre aos conceitos de base e superestrutura, determinações econômicas, mediações sociais, culturais e políticas e nos leva a dialogar com um autor bastante controverso: E.P. THOMPSON. Em sua obra Thompson sempre procurou regatar a ação e a consciência humana das teorias economicistas e/ou reducionistas por meio do conceito de *experiência*.

Segundo Wood (2003: 51), as objeções a metáfora da base-superestrutura geralmente se referiam ao *reducionismo*, tanto na negação da ação humana quanto na incapacidade de atribuir um lugar adequado a fatores *superestruturais*, à consciência tal como incorporada na ideologia, na cultura ou na política.

As correções a esse reducionismo assumiram geralmente a forma de um chamado humanismo marxista, ou então de uma ênfase na autonomia relativa dos níveis da sociedade, sua interação mútua, e de um adiamento da determinação pelo econômico em última instância.

Para Wood, na oposição entre *economicismo cru* e *humanismo marxista*, está Edward Thompson:

"Na oposição entre economicismo cru e humanismo marxista, ele seria um comunista para quem as leis econômicas dão lugar à vontade e à ação humana arbitrárias. No debate entre althusserianos e culturalistas, ele é um culturalista para quem as determinações

estruturais se dissolvem na 'experiência'. E nos debates atuais ele talvez seja da mesma forma erroneamente apropriado pelos filósofos do 'discurso', relegado ao campo dos 'reducionistas da classe' ou então ignorado como uma anomalia teórica que, apesar de mostrar um desprezo saudável pelo 'economicismo cru' e o gosto pela ideologia e pela cultura, ainda assim retém uma crença irracional na centralidade do conceito de classe".

No entanto,

"(...) nos seus pronunciamentos explícitos sobre assuntos teóricos, e ainda mais em sua prática historiográfica, encontram-se os fios perdidos de uma tradição marxista que essas falsas opções sistematicamente ocultaram".

No ensaio "Miséria da Teoria" (1981) Thompson acusou Althusser de identificar o modo de produção com a formação social (o modo capitalista de produção com o capitalismo) de forma que uma explicação abstrata embora não grosseiramente economicista passasse a representar uma "formação social na totalidade de suas relações", ou seja tratar o capital como idéia hegeliana que desenvolve na história e incorpora em si mesma toda a sociedade capitalista, "capital na totalidade de suas relações". (Wood, 2003:54)

Segundo Wood, Thompson argumenta que a *intuição profunda* do materialismo histórico tal como foi entendido por Marx, não é o fato de serem as sociedades capitalistas apenas *capital na totalidade de suas relações*, mas, ao contrário:

"(...) a lógica do processo capitalista encontrou expressão em todas as atividades de uma sociedade e exerceu uma pressão

determinante sobre seu desenvolvimento e forma: podemos, portanto falar de capitalismo ou de sociedades capitalistas”.

Para autora, existe uma diferença crítica entre estruturalismo, que sugere a idéia de capitalismo que se desdobra, e de materialismo histórico que tem a ver com um processo histórico real. Citando Thompson, sobre a teoria althusseriana a autora diz ainda:

“Com ênfase na ‘autonomia relativa’ e na ‘determinação do caso último’, os problemas do materialismo histórico ou cultural não são resolvidos, mas ocultos ou evitados; uma vez que a hora solitária do último caso nunca soa, podemos em uníssono e ao mesmo tempo cantar loas à teoria para seguida ignora-la na nossa prática”. (Wood, 2003: 59)

Para Wood (2003: 60), a difícil dialética entre especificidade histórica e a sempre presente lógica do processo histórico que o materialismo histórico pede que entendamos exige, como Thompson sempre entendeu:

“(...) uma concepção do econômico, não como uma esfera regionalmente separada, que é de certa forma, uma concepção de lei material constituída de relações e práticas sociais. A base, o processo e as relações de produção, não é apenas econômica mas resulta, e nelas é corporificada, em formas e relações jurídico-políticas e ideológicas que não podem ser relegadas a uma superestrutura espacialmente separada.”

O que interessa a Thompson, diz Wood (2003: 61), são as relações do processo em que as relações de produção, relações de exploração, dominação, e apropriação, dão forma a todos os aspectos da vida social em conjunto o tempo

todo, ou exercem pressão sobre eles. O processo e as relações de produção que constituem um modo de produção são expressos por uma lógica *moral* e por uma lógica *econômica*, por valores e modos característicos de pensar, assim como por padrões característicos de acumulação e troca. Esses valores, normas e formas culturais no pensamento de Thompson não são menos *reais* do que as formas especificamente econômicas pelas quais se exprime o modo de produção.

Para a autora (2003: 61) o argumento de Thompson sobre simultaneidade das expressões *econômicas* e *culturais* de qualquer modo de produção tem dois lados inseparáveis e igualmente importantes: o primeiro insiste que ideologia e cultura têm uma *lógica* própria que constitui um elemento autêntico nos processos sociais e históricos (ideologia não apenas como produto, mas como processo); em segundo lugar, dado que os efeitos determinativos do modo de produção operam simultaneamente na esfera *econômica* e na *não econômica*, eles são também ubíquos, ou seja, estão em toda parte ao mesmo tempo.

Assim, os costumes, rituais e valores das classes subordinadas podem geralmente ser vistos como intrínsecos ao modo de produção, de uma forma que a cultura dominante não poder ser, porque são essenciais aos próprios processos de reprodução da vida e suas condições materiais. Em geral são práticas que constituem a atividade produtiva. Ao mesmo tempo, embora a cultura dos dominados se mantenha em geral “congruente” com o sistema predominante de produção e poder, é pelo fato de as relações de produção serem vividas à sua própria maneira pelas classes subordinadas que elas entram em contradição como o “senso comum do poder”; e são tais contradições que produzem lutas que determinam a reorganização e a transformação dos modos de produção. (2003: 64)

Wood (2003:65), ressalta ainda, dois aspectos da obra histórica de Thompson que se destacam especialmente: um profundo senso de processo, expresso na capacidade de identificar as emaranhadas interações entre continuidades e mudanças; e a habilidade de revelar a lógica das relações de produção não como uma abstração, mas como um princípio histórico operacional

visível nas transações diárias da vida social, nas instituições e nas práticas concretas que existem de fora da esfera da própria produção.

Na análise que Sader (1988:43) realiza sobre as novas configurações sociais assumidas pelos trabalhadores da Grande São Paulo no curso da década de 70, debatendo a questão acima colocada sobre a mediação de estruturas dadas e ações sociais desenvolvidas, diz:

“Quem pretender captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-os de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza” (1988:42)

A afirmação acima leva-nos ao estudo dos processos de atribuição de significado, pelos quais uma ausência é definida como *carência* e como *necessidade*, e pelos quais certas ações sociais são definidas como correspondendo aos *interesses* de uma coletividade (1988: 43).

A respeito do processo de elaboração cultural das necessidades diz Sader que é certo que os movimentos sociais dos quais seu estudo trata encontram-se em uma mesma sociedade, partilham de uma mesma definição daquilo que é necessário. Ainda assim, o modo como fazem, tanto quanto a importância relativa atribuída aos diferentes bens materiais e simbólicos que reivindicam, depende de uma constelação de significados que orientam suas ações:

“Depende do significado daquilo que define um grupo enquanto grupo, quer dizer da identidade derivada da posição que assume(...).

Depende do modo como se articulam objetivos “práticos” a valores que dão sentido à existência do grupo em questão(...).

Depende finalmente e, sobretudo, das experiências vividas e que ficaram plasmadas em certas representações que aí emergiram e

se tornaram formas de o grupo se identificar, reconhecer seus objetivos, seus inimigos, o mundo que o envolve". (Sader, 1988:43-44)

Das observações de Sader podemos indagar: quem são os sujeitos em questão? Membros de um sindicato? De um partido? O que reivindicam? O que definem como necessidades? E o modo como elaboram estas necessidades?

Estas questões nos remetem as formulações de Thompson (1997:9-10) e de como ele concebe a constituição histórica das classes sociais. Para este autor classe social é um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Classe não é uma "estrutura", nem mesmo uma "categoria", mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas, é um fenômeno histórico, uma relação social.

"A classe acontece quando alguns homens como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus."(idem:10)

Para Thompson, as determinações objetivas não se impõem sobre a matéria-prima vazia e passiva, mas sobre homens e mulheres históricos ativos e conscientes. As formações de classe surgem e se desenvolvem:

"à medida que (...) vivem suas relações produtivas e experimentam, suas situações determinadas, no interior do conjunto das relações sociais, como a cultura e esperanças que herdaram, e á medida que trabalham de formas culturais suas experiências". (Wood,, 1995:76)

Para Wood (2003) a grande força da concepção de classe de Thompson é ser capaz de reconhecer e explicar as operações de classe na ausência da consciência de classe. E para seus críticos, os que adotam o tipo de definição estrutural, não tem meios, segundo a autora, de demonstrar a eficácia da classe na ausência de formações conscientes de classes claramente visíveis, nem oferecer uma resposta efetiva à alegação de que classe é nada mais que um construto teórico, ideologicamente motivado e imposto sobre a evidência histórica.

Diz Thompson que é por meio da *experiência*, que homens e mulheres retornam⁵ como sujeitos, não como sujeitos autônomos ou indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras, para depois agirem sobre uma situação determinada. Desta forma, o autor lança luz sobre toda uma dimensão cultural, tantas vezes banida das análises. (Thompson, 1981:182)

Diz Thompson:

“(...) as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores

⁵ A expressão “(...)através da experiência homens e mulheres retornam como sujeitos(...)” é melhor entendida se situarmos o debate teórico no qual Thompson tece várias críticas sobre os formulados de Althusser (*A favor de Marx e Ler o Capital*), diz Thompson: “a epistemologia do autor é derivativa de um tipo limitado de processo acadêmico de aprendizagem, e não tem validade geral; em consequência não tem a categoria da experiência, ou a influencia do ser social sobre a consciência social, por isso, falsifica o diálogo com a evidencia empírica inerente à produção do conhecimento e à prática do próprio Marx, incidindo portanto, continuamente, em modos de pensar que a tradição marxista chama de idealista; em particular, confunde o necessário diálogo empírico com o empirismo, e faz consistentemente uma representação falsa da prática do materialismo histórico; a resultante crítica do historicismo é em certos pontos idêntica à crítica especificamente antimarxista do historicismo, embora seus autores delas derivem conclusões opostas.

ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral.” (idem:189)

Ainda, para Thompson (1997:10) a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente, esta relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais; e a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe; surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. As formações de classe surgem no cruzamento da determinação e da auto-atividade: a classe operária “se fez a si mesma tanto quanto foi feita”.

CAPÍTULO II

A experiência brasileira

No capítulo anterior compusemos o cenário de nossas preocupações acerca do movimento sindical. Vivemos em um amplo contexto de mudanças que denunciam antes de tudo uma crise no interior do sistema capitalista que, por sua vez, acaba por provocar mudanças em todas as esferas da sociedade.

A proposta neste capítulo é analisar, a partir do processo de formação histórico da classe trabalhadora, a experiência sindical brasileira. Pretendemos desta forma, compreender como se delineia a ação do movimento sindical brasileiro, seus limites e seus avanços, questões e impasses, principalmente, neste cenário marcado por intensos debates, questionamentos e mudanças efetivas.

Para a compreensão deste processo duas preocupações deverão nortear a análise. Primeiro, o caráter desigual e contraditório do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Tendo esta perspectiva como referência e o movimento sindical como objeto, ainda que se entrevejam aspectos comuns, é quase possível falar em histórias do sindicalismo no Brasil, quer em seu aspecto de rupturas e continuidades ao longo do tempo, quer em seu em seu aspecto espacial ou regional. Segundo, é necessário tomar um certo cuidado para não incorrer no erro de um economicismo vulgar ou de um determinismo econômico onde condicionantes econômicos automaticamente produzem efeitos nas formas políticas, sociais e culturais. A diversidade dos fatores sociais, culturais que compõem a vida e a tradição, ou seja

experiência dos trabalhadores vista dentro de um processo histórico compõem uma identidade, uma autoconstrução que reage e interage diante da totalidade capitalista.

Desta forma, veremos como diversas realidades sindicais foram sendo forjadas ao longo do tempo, por conjunturas econômicas e políticas, por diferentes setores de atividade, nas diversas regiões segundo as diversas experiências da classe trabalhadora.

Para analisar tal processo devemos nos remeter de imediato a política levada a efeito no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Este período histórico deve ser considerado um verdadeiro ponto de inflexão na história das relações entre capital e trabalho e, particularmente, no que diz respeito a vida associativa dos trabalhadores, traduzida em suas iniciativas de organização em torno de um sindicato.

Durante este período, foi formulado e efetivado o conjunto de leis que regulamentou formal e juridicamente as questões relativas ao trabalho. Arranjadas em um todo orgânico e congruente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tratou da Previdência Social, da Justiça do Trabalho e, o mais relevante a se considerar para o presente trabalho, deu origem à estrutura sindical oficial que influenciou sobremaneira a vida sindical brasileira.

Para além de mera regulamentação jurídica, a CLT traduziu a política trabalhista tutelar do Governo Vargas e implicitamente revelou um projeto de sociedade apresentado em uma ideologia capaz de condicionar relações sociais que permitiram dar sustentação adequada para a concretização do desenvolvimento capitalista no Brasil.

A Consolidação das Leis do Trabalho, como dissemos, foi criada ao longo dos anos de 1931 a 1945 e deu regulamentação jurídica minuciosa aos conflitos existentes entre capital e trabalho. A maioria de seus dispositivos vigora até hoje, percorrendo, portanto, uma trajetória de mais de sessenta anos. Se considerarmos a transformação por que passou a sociedade brasileira ao longo deste tempo notamos

a impressionante capacidade de adaptação da CLT. Ela conviveu com a democracia e com a ditadura política, resistiu a um intenso processo de modernização econômica e de mudanças sociais sem sofrer alterações importantes.

Foi somente a partir dos anos 1990, quando começou soprar os ventos neoliberais permeados pelo discurso falacioso da *flexibilização*, muitas vezes sinônimo de precarização, que este marco contraditório da CLT pareceu dar sinais de falência; o até então *consolidado* pareceu desmanchar no ar. Ainda que mudanças sejam extremamente necessárias e, por certo, desejadas por diversos movimentos dos trabalhadores ao longo do tempo, qualquer reforma séria a ser efetivada não pode deixar de considerar a dimensão de *direito* do trabalho também contida na CLT, não dada como presente, mas reivindicada no decorrer da luta operária desde o começo do século XX.

A CLT criou as instituições trabalhistas, a legislação do trabalho, o sistema de previdência social e justiça do trabalho, como também, criou todos os instrumentos de controle do movimento sindical: o sindicato oficial, a contribuição sindical compulsória, a unicidade sindical e a organização com base geográfica definida pelo município e não por ramo de atividade.

Contraditório, o sistema corporativo de relações de trabalho, ao mesmo tempo em que deu um corpo jurídico as questões trabalhistas questões estas que foram tratadas nas primeiras décadas do século XX como um "*caso de polícia*", também marcou o início do processo que impôs à classe operária sérias barreiras para a construção de sua autonomia política, pois atrelou toda atividade sindical ao Estado. Ao mesmo tempo em que consolidou *direitos*, regulou minuciosamente a vida associativa trazendo todo o qualquer conflito para as esferas de controle estatal.

Para melhor compreender o que ficou conhecido como a questão social, é importante mencionar o contexto anterior das primeiras décadas do século XX.

As primeiras experiências do trabalho livre, no que diz respeito as reivindicações e as tentativas de organização, surgira e estiveram, como não podia

deixar de ser, intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento da atividade industrial no Brasil nos fins do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX.

Nesta época, o processo incipiente de desenvolvimento industrial no Brasil, te e ainda muito vinculado à economia agrário-exportadora do café, foi capaz de produzir relevantes transformações na sociedade brasileira. Este ciclo bastante dinâmico de desenvolvimento produziu seus efeitos *modernizantes* para a sociedade brasileira revelados, principalmente, pelo processo de industrialização e urbanização que engendraram novas relações sociais de onde emergiram para cena novos atores representados pela classe trabalhadora e pelas camadas médias urbanas. Este mundo moderno e urbano em construção trouxe novas aspirações que contrastaram e conflitaram com a política extremamente autoritária empreendida até então pelas oligarquias cafeeiras.

Sobre a dimensão numérica podemos dizer que, nesta época o proletariado brasileiro era minoritário. Em 1907, o número de operários dos 3.258 estabelecimento industriais existentes no Brasil era de 150.841, enquanto a população das duas maiores cidades ultrapassava a um milhão, correspondendo dois terços dessa cifra ao Rio de Janeiro. Em 1920, o pessoal empregado pelos 13.336 estabelecimentos industriais recenseados no país era de 313.200, sendo 275.512 operários; a população da cidade de São Paulo era de 579.033 indivíduos, enquanto no Rio de Janeiro localizavam-se 1.157.873 habitantes.”(Rodrigues, 1979:34)

A emergente classe operária dessa época teve como objetivo principal de suas lutas ser reconhecida como ator social, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos fundamentais do trabalho. Este objetivo se traduzia na luta contra as precárias condições de trabalho e contra a exploração a que eram submetidos os operários.

As condições de trabalho sob o quais o operariado fabril estava submetido remontam as cenas típicas das primeiras fases da industrialização dos países europeus. Poucas são as fábricas estabelecidas em prédios especialmente

construídos para tal atividade, são locais adaptados sem condições higiênicas de trabalho. A remuneração da mão-de-obra era estipulada dentro da conjuntura do mercado de trabalho, segundo cálculos de cada empregador ou empregadores de cada setor econômico. Péssimas condições de moradia com habitações coletivas e cômodos insalubres. Utilização intensa do trabalho feminino e infantil. Jornadas de trabalho de até 14 horas, principalmente, no início do século. Disciplina fabril conseguida por dispensa dos serviços, pagamento de multas e castigos corporais aos aprendizes. Inexistência de contrato de trabalho com garantias legais. Atraso em seus pagamentos sem soluções jurídicas ao alcance dos trabalhadores.(Simão, A. 1981:59-70; Rodrigues, J.A, 1979:44-45)

O número reduzido de operários não significava, porém, a ausência de ação operária. Apesar das limitações existentes, as primeiras três décadas do século XX foram férteis em manifestações operárias (greves, congressos, etc.). O proletariado brasileiro desta época, apesar de numericamente reduzido, se apresentou potencialmente capaz de pressionar a sociedade.

Nos congressos operários e sindicais e nas inúmeras manifestações de que participou as reivindicações sindicais giravam em torno dos seguintes pontos: aumento do salário, redução da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, férias, estabilidade, melhoria das condições físicas de trabalho. A ampliação da experiência social dos trabalhadores no contínuo crescimento da industrialização amplia o horizonte das reivindicações dos direitos do trabalho e das normas relativa a estes. Assim, como observou Rodrigues (1979:45-46) todos os pontos fundamentais da moderna legislação do trabalho já haviam sido levantados pelos trabalhadores brasileiros em suas primeiras fases. Em torno deles se faziam mobilizações, se lutava em condições penosas e de repressões violentas, que custaram à vida de muitos militantes.

O trabalho assalariado permaneceu por longos trinta anos circunscrito a esfera privada. O contrato deveria ser estabelecido entre o patrão e o empregado e a

respeito do qual nenhum poder estranho deveria se opor. Como observa Simão (1981:59) este *privatismo* em grande parte foi herdado do passado de trezentos anos de escravidão:

“Tal privatismo não foi aqui , portanto uma conseqüência da simples adoção de idéias do liberalismo econômico, criadas nas áreas européias em que se originou a sociedade capitalista. Ao contrário, apenas se ajustou, no processo da vida política, formulações jurídicas do Estado liberal às normas já elaboradas na experiência econômico-social do período escravista.”

O cenário político autoritário da época em questão foi marcado pelo não reconhecimento da classe operária como ator social e político, pela intransigência a qualquer reforma social, por parte das classes dominantes, representadas pelas oligarquias do “café com leite”.

O não reconhecimento das demandas operárias pode ser percebido pela inexistência de meios institucionais e de soluções legislativas para a consideração dos problemas colocados pelo conjunto da classe operária. A política de Estado frente as questões operárias era quase limitada a repressão policial. A falta de uma legislação mínima fazia, em última análise, que as questões relativas ao trabalho caíssem na jurisdição do Código Penal. (Rodrigues, 1979:47)

O medo e o desprezo por parte das oligarquias brasileiras fizeram com que a “questão operária” ou a “questão social” , como ficou conhecida no período anterior a 1930, não passasse de um “caso de polícia”.

Os acontecimentos de 1930, ainda que não tenham sido verdadeiramente revolucionários, conseguiram romper com o pacto das oligarquias que garantia a hegemonia da economia cafeeira, e assim, trouxeram para a sociedade brasileira um novo arranjo dentro do bloco do poder provocando significativas transformações. Dentre elas duas de maior relevo: a mudança do eixo da economia brasileira, que

centrada em bases agrário-exportadora passa por um processo de intensificação do processo de industrialização; e uma nova organização do Estado.

No plano econômico e social, os anos de 1930 assinalaram o início de um processo de transição horizontal, que irá progressivamente deslocar o eixo da economia brasileira do setor agrário-exportador para o setor urbano-industrial, provocando uma relativa expansão das classes e camadas médias urbanas vinculadas ao crescimento do mercado interno. Estava-se diante do “deslocamento do centro dinâmico” da economia analisado e definido por Furtado (1970; 197), como “preponderância do setor urbano-industrial ligado ao mercado interno no processo de formação do capital”. Iniciava-se, ainda que timidamente, o processo de “substituição de importações”.

Devemos ter presente que a cultura e a exportação do café concentrado no sudeste brasileiro (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) representaram até 1930 a atividade econômica de maior importância para a economia brasileira. A crise econômica mundial de 1929 agravou ainda mais a situação da economia cafeeira que já apresentava sinais de saturação há muito tempo. Por mais de uma década a fragilidade da economia cafeeira já estava exposta. O preço do café mantinha-se em um patamar adequado para os produtores devido às políticas econômicas artificiais de valorização do café empreendidas pelo governo brasileiro.

A passagem da preponderância do setor agrário-exportadora para a preponderância do setor urbano-industrial não foi liderada ideologicamente por uma classe burguesa econômica, política e socialmente estabelecida, com projeto próprio, capaz e disposta a ser a classe dirigente do processo de industrialização. Pelo contrário, o processo de industrialização brasileiro foi feito a partir de um jogo estabelecido pelos interesses do setor agrário-exportador, de setores industriais, de segmentos sociais urbanos emergentes e do Estado.

Coube ao Estado um papel fundamental tanto nesse início quanto no desenrolar do processo de modernização e de transição para a industrialização. Na

ausência de uma classe potencialmente líder ou de um setor hegemônico no interior do bloco de poder pós-30, emerge um “Estado de Compromisso” (Wefort, 1976) que se posicionou como árbitro das disputas sociais. Mais que isso, porém, o Estado assumiu o papel de agente produtor direto e, de certa maneira, impôs para as frações dominantes um projeto de constituição de um núcleo industrializante fundamental. (Vianna, 1976:119)

O projeto desenvolvimentista que começa a se delinear nestes anos tem como base um Estado forte, centralizador e empreendedor. Cresce a intervenção do Estado na economia assim como expande toda a malha do aparelho estatal.

O Estado “varguista” promoveu um *grande pacto social* de colaboração entre o capital e do trabalho. O Estado, colocado ideologicamente acima dos interesses de classe, reforçou as bases para início de uma política de desenvolvimento de interesse exclusivo da burguesia.

O grande pacto social utilizou o discurso político-ideológico *de aliança e de compromissos* centrados na colaboração entre classes sociais supostamente envolvidas em um projeto nacional comum. O governo pretendeu ser interclassista.

“Não basta, porém, a tranqüilidade e a harmonia entre empregado e empregadores - diz Vargas. É preciso a colaboração de uns e outros no esforço espontâneo e no trabalho comum em bem dessa harmonia, da cooperação e do congraçamento de todas as classes sociais. (...) O governo não deseja, em nenhuma hipótese, o dissídio das classes nem a predominância de uma sobre outras”. (Rodrigues,1979: 75)

É no contexto de intensificação da industrialização aliado a ideologia de pacto social e de cooperação entre as classes que se desenvolve e se compreende toda a política social do governo de Vargas, principalmente, no que diz respeito às

demandas do operariado industrial emergente. Para consolidação do poder político era imprescindível considerar a questão trabalhista.

Esta preocupação foi demonstrada no primeiro ato trabalhista do governo provisório de 1930: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 20/11/1930. (Rodrigues, 1979:68)

A “questão social” deixou de ser um “caso de polícia” e ganhou enquadramento jurídico. Essa medida do Governo Vargas teve um duplo significado: por um lado, reconheceu a legitimidade de algumas reivindicações da classe trabalhadora e assim criou, progressivamente, a legislação trabalhista que regulamentou alguns dos direitos básicos do trabalho, por outro lado, impediu toda ação autônoma dos trabalhadores que poderia comprometer a acumulação industrial necessária. Assim, regulou de forma minuciosa todo o associativismo operário que passou a estar profundamente dependente da burocracia estatal. As demandas operárias, excluídas das pautas políticas durante o reinado das oligarquias rurais tradicionais, começaram a ser contempladas dentro dos marcos estabelecidos pela tutela do Estado.

Paulatinamente, de 1931 a 1943, são criados os instrumentos de controle sobre o movimento operário e sindical: sindicato oficial, instituições trabalhistas, legislação do trabalho e sistema de previdência social.

A Consolidação das Leis do Trabalho, a tão conhecida CLT, surge mais precisamente em 01/05/43, como expressão maior do direito social brasileiro em moldes corporativos. A premissa embutida na CLT é de que a harmonia das relações capital/trabalho resulta da capacidade da lei para proteger os trabalhadores da exploração indevida dos empregadores.

Para Almeida (1975:53),

“(...) o direito social brasileiro, consubstanciado na CLT e na Legislação especial para a Previdência Social refletem o papel

assumido pelo Estado pós-30 regulando e mediando as disputas sociais, por um lado, e, por outro lado, desviando o curso dos conflitos entre classes da esfera da sociedade civil para o interior do aparato do Estado”.

Este sistema corporativo de relações de trabalho recebeu ao longo do tempo várias interpretações quanto a sua inspiração. Alguns trabalhos apontam para o fato desta estrutura sindical reunir elementos fascistas. Mesmo a forma governamental instalada com o Estado Novo foi diversas vezes apontada como a fase “fascista” do Governo de Getúlio Vargas. No que diz respeito ao tema das relações de trabalho a referência mais comum desta influência é a Constituição de 1937 que teria incorporado, *ipsis literis*, dispositivos retirados da *Carta del Lavoro* da Itália fascista, sendo, portanto, o corporativismo aqui configurado de inspiração fascio-corporativa.

Hobsbawm (1998), em sua análise sobre o período de ascensão do fascismo aponta para o fato de que, independente da filiação intelectual dos líderes latino-americanos, não se pode afirmar que o movimento fascista tenha se realizado de forma plena na América do Sul. Em suas palavras:

“(...) O que os líderes latino-americanos tomaram do fascismo europeu foi a sua deificação de líderes populistas com fama de agir. Mas as massas que eles queriam mobilizar, e se viram mobilizando, não eram as que temiam pelo que poderiam perder, mas sim as que nada tinham a perder. (...) Os regimes fascistas europeus destruíram os movimentos trabalhistas, os líderes americanos que eles inspiraram os criaram. Independente da filiação intelectual, historicamente não pode falar do mesmo tipo de movimento.” (Hobsbawm, 1998:137-138)

Para Bosi (1992:294-295), muito do que se afirma sobre a influência dos modelos corporativos na estrutura sindical e na legislação trabalhista do Estado Novo

se esclarece melhor se levar em consideração as raízes positivistas presentes nas medidas tuteladoras que já figuravam no ideário do Apostolado Positivista⁶, e na versão que lhes deu Júlio de Castilhos e nas intervenções pontuais de Borges de Medeiros.

A questão é importante porque a hipótese de Bosi (1992:275) é de que "o desenvolvimento técnico e econômico das nações européias não foi um subproduto automático da Revolução Industrial, pois dependeu de fatores ideológicos e, em senso lato, culturais. Foram modos de pensar diferenciados que se puseram em confronto com situações arcaicas, pré-industriais, peculiares a cada formação. Desse jogo de forças modernizantes e tradicionais, situado no tempo e no espaço, teriam resultado estilos nacionais de desenvolvimento.

A política social seguida por Borges de Medeiros como presidente do Rio Grande do Sul após a morte de Castilhos se pautaria por dois princípios: primeiro consistia em acolher e sancionar com a autoridade do Executivo certas reivindicações típicas dos trabalhadores urbanos (redução de jornada de trabalho, melhores condições de vida na fábrica, salários menos vis); segundo, atribuía ao Estado a função de mediar e arbitrar os conflitos entre os operários e patrões.

Duas faces do governo de Borges: procurava atender aos reclamos dos operários ao mesmo tempo em que mandava coibir as manifestações tidas por violentas. "Um duplo registro, progressista e autoritário, que punge como uma contradição mal resolvida" presente também na CLT, "(...) a lei aberta aos direitos do operário, enquanto trabalhador, fechou-se aos seus direitos, enquanto cidadão". (idem;1992:295-297)

Todos os aspectos da relação entre o capital e trabalho passaram a ser objetos de minuciosa regulamentação na legislação brasileira. A legislação

⁶ No ideário político positivista a sociedade industrial, orientada pela metafísica liberal teria levado a um aumento desordenado, onde a absolutização do desejo egoísta do lucro e o confronto entre os interesses tendiam a produzir um grave estado anômico no organismo social. A eliminação desse estado de anomia e o restabelecimento da necessária solidariedade entre as partes se daria pela incorporação do proletariado e pelo uso social da propriedade. Neste contexto, a formação dos sindicatos corporativos com base na solidariedade social deveria ser incentivada pelo Estado e entendida como uma força auxiliar do poder público.

trabalhista, expressa na CLT foi exaustiva, tentou abranger todas as situações do trabalho, o contrato de trabalho, salário e outros grandes temas. O Estado chamou para sua responsabilidade direitos e regulações, e mistificou as relações de poder e sociais. Da *fala abafada à fala roubada* dos trabalhadores,

“(...) o mito da doação se propagou com mais intensidade principalmente a partir do Estado Novo (1937-1945), e pela sua difusão se tentou fazer crer que a legislação social não passaria de uma dádiva caída dos céus getulistas sobre a cabeça dos trabalhadores.” (Paranhos, 1999:24)

O sistema trabalhista, fundamentado na CLT, sustenta-se de três estruturas básicas: o sindicato, o sistema de previdência social e a justiça do trabalho.

A *Previdência Social* ocupou-se de proporcionar o bem-estar social, apesar de falhar constantemente em seus objetivos. E a *Justiça do Trabalho* foi instrumento fundamental para amortecer os conflitos classistas.

O sindicato, descaracterizado como órgão de defesa e como instrumento de luta da classe operária, passou a ser um órgão oficial de colaboração de classes. Adquiriu personalidade jurídica, foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho e teve uma participação crescente nas esferas de dominação simbólica, formal, mas não real.

Em linhas gerais o sindicato e a vida sindical receberam a seguinte configuração: pela concepção oficial definida pela lei o sindicato deveria ser único, não seria possível formar mais de um sindicato por categoria, mas teria possibilidade de fracionar a categoria em vários setores específicos. A estrutura corporativa reuniu e regulou a vida associativa de empregadores e empregados. Os empregadores deveriam se organizar em sindicatos por setor econômico e os empregados por categoria. A estrutura sindical articulou-se de forma vertical, à maneira de uma

pirâmide: na base os sindicatos, depois as federações e no topo as confederações. Foi instituído o imposto sindical obrigatório garantindo suporte financeiro necessário para que o sindicato existisse independente de sua base sindicalizada.

O controle governamental foi exercido pelo Ministério do Trabalho sobre todas as entidades sindicais de empregados e empregadores. Vínculos legais atavam as entidades sindicais ao Ministério do Trabalho (obediência a um estatuto padrão estabelecido pela CLT; obrigatoriedade de reconhecimento do sindicato pelo Ministério do Trabalho; direito de intervenção do Ministério do Trabalho no processo eleitoral dos sindicatos; obrigatoriedade de relatórios anuais e proteção de contas do sindicato ao Ministério do Trabalho). Foi proibida a organização sindical legal nos locais de trabalho como também a criação de organismos horizontais unindo os sindicatos.

A tutela do Estado sobre a organização e ação sindical representou para os trabalhadores uma profunda ruptura no modelo do sindicalismo empreendido até então, de um caminho que vai da liberdade de organização e ação para o enquadramento desta mesma ação em um modelo oficial que amarrava e atrelava a ação dos trabalhadores às prerrogativas que o Estado legalmente impunha. As mudanças processadas nos anos 1930 nos permitem tratar tais anos, em termos de história do sindicalismo, como um verdadeiro “divisor de águas”, ou seja, marcaram o início do processo que impôs à classe operária sérias barreiras para a construção de sua autonomia política.

Muito desta estrutura regula a vida sindical até hoje e, ao longo do tempo, muitas críticas foram formuladas ao chamado *sindicalismo de estado*. Em linhas gerais as críticas vão no sentido de que esta regulamentação tornou a ação dos organismos de representação sindical heterogênea, fragmentada, descentralizada, ineficiente e muito frágil. Oficialmente reconhecidos e financiados por um imposto compulsório, os sindicatos e as lideranças sindicais formaram-se e mantiveram-se independentes de uma base de trabalhadores sólida, independente da vontade dos trabalhadores se organizarem ou não. Transformou os sindicatos não em órgãos de

defesa e luta dos interesses dos trabalhadores, mas em meras agências de assistência social básica, quando não, em organismos corruptos.

O modelo trabalhista arquitetado durante o Estado Novo e a estrutura sindical erigida a partir dele nos conduz a um questionamento: a configuração e a presença da estrutura corporativa das relações de trabalho, por meio do sindicato oficial, permitiu somente a configuração de sindicatos desvinculados das bases trabalhadoras, com lideranças gerenciando os problemas a partir das normas legais e servindo mais como um amortecedor dos conflitos do que um instrumento de luta da classe trabalhadora, não permitindo que o sindicato se configurasse como um formador de identidade?

Neste sentido é necessário considerar dois aspectos. Primeiro, a realidade sindical brasileira não é homogênea, assim como não foi homogêneo o desenvolvimento capitalista brasileiro que se formou a partir de diferenças regionais acentuadas. Podemos assim encontrar no cenário nacional vários perfis de organizações, práticas e lideranças sindicais que podem ser mais ou menos combativas, portanto, mais ou menos refratárias a esta estrutura corporativa. Para além das desigualdades regionais, a própria estrutura fragmentada do movimento sindical a partir dos anos de 1930, contribuiu para uma história tão desigual entre as diferentes categorias trabalhadoras. Segundo, nestes mais de setenta anos de vigência desta estrutura a história política e social brasileira vivenciou conjunturas muito diferentes, de ditaduras a períodos mais democráticos, e neste cenário a estrutura corporativa foi utilizada e funcionou também de maneira muito diferente, assim como, os sujeitos envolvidos na realização desta estrutura construíram diferentes estratégias e formas de lutas no decorrer dos períodos.

Isto nos leva a refletir sobre a importância das lutas sociais e políticas travadas ao longo da história de cada sindicato e, conseqüentemente, da formação da identidade social realizada a partir da experiência, inerente a trajetória particular dos trabalhadores organizados em sindicato.

Se tivermos presente a dimensão ressaltada pelo trabalho, de ser o sindicato em sua forma original, uma relação política e cultural a partir da qual os trabalhadores viam nesta organização um lugar que lhes proporcionava uma identidade, uma referência comunitária, vamos notar que esta dimensão aparece ao longo da história da formação da classe operária brasileira e seus órgãos de representação nas primeiras décadas do século XX.

Como observou Rodrigues (1979:33-34) ao falar sobre o início da organização dos primeiros sindicatos, nas primeiras décadas do século XX, o sindicato, para classe operária em formação, que buscava uma forma de participação e atuação efetiva na vida social, assumia um papel de especial relevância. Era, em última análise, a única forma de participação significativa na vida social, de vez que, nas outras instituições vigentes, o operário deveria se contentar com uma participação de significado irrelevante. Este era o significado que o sindicato assumia perante a classe operária, o que deixava em segundo plano seu aspecto profissional-representativo. O sindicato funcionava como grupo primário, onde predominavam as relações informais e cujos membros conheciam uns aos outros profundamente. O sindicato era considerado uma extensão do lar, um lugar sério e respeitável.

Isto pode também ser observado nos documentos anarco-sindicalista, orientação hegemônica nas ações do movimento operário e movimento sindical da época em questão.⁷

Ainda que não se possa afirmar da continuidade ou não, o processo de atrelamento da atividade sindical ao Estado, através da legislação corporativa, não se deu de forma imediata e sem resistência por parte dos trabalhadores. Como assinala Troyano (1978:36), a marca do período que vai de 1930 até 1937 (Estado Novo) não é de apatia do movimento operário, greves são comuns, principalmente, nas

⁷ Um exemplo disto é a revista **A Vida** que foi possivelmente a primeira revista teórica brasileira voltada para a formação ideológica e para organização da classe operária. Fundada em 1914 ela não discute somente a paz e a guerra. Abre polêmica de alto nível com os "sacerdotes" do positivismo, aborda de forma pioneira a questão feminina, preocupa-se com a história dos primeiros núcleos de trabalhadores organizados no Brasil, enfim, escrita fundamentalmente por brasileiros, é uma revista de propaganda, educação e organização operária.

categorias que se opuseram às diretrizes traçadas pelo governo. Ao mesmo tempo em que o Ministério incentiva a formação dos sindicatos, desencadeia uma violenta repressão aos sindicatos que se opunham às diretrizes governamentais.

Para além dos condicionantes estruturais, para além da imposição do modelo oficial, existem as diferentes situações, as diferentes histórias, as diferentes experiências.

Muitos são os exemplos. No Rio de Janeiro as primeiras tentativas de organização dos metalúrgicos datam já no ano de 1903. No ano de 1917 os trabalhadores fundam o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e aí compõem um grande repertório de lutas buscando sua organização em um período de intensa agitação social. Isto, por exemplo, contrasta e muito com a história dos metalúrgicos em São Carlos que começariam a se organizar na década de setenta.

Em 1932, na chamada *reorganização sindical* (processo de reconhecimento da União nos moldes do Decreto 19.770 de 19/03/1931), ou seja, da passagem do sindicalismo livre para o sindicalismo *oficializado pelo Estado*, os metalúrgicos cariocas apresentavam uma identidade já constituída, uma auto-imagem definida a partir do *saber fazer em metais* que ligava os diferentes ofícios, e nestes ofícios diferentes trabalhadores capazes de criar pela identificação uma rede de solidariedade já fazia parte da tradição sindical. As lideranças já estavam formadas permitindo apresentar-se como a única interlocutora legítima dos metalúrgicos. (Stotz, 2001:149)

Os trabalhadores protagonistas da *reorganização sindical* foram formados nos anos *guerra social* (1917-1922) em um ambiente de acirrada disputa ideológica, tinham larga experiência de organização nas fábricas e oficinas (onde exerciam os ofícios de funileiros, fundidor, serralheiro ou torneiro mecânico), possuíam educação e cultura e um espírito sindicalista fortemente arraigado. (Stoltz, 2001:154-155). Todos estes fatores, identidade, a rede de solidariedade, a educação e a cultura sindical, a experiência de organização nas fábricas contribuíram para que esta

passagem – da organização autônoma ao enquadramento oficial – não se realizasse com tranqüilidade.

Um dos possíveis fatores que levou a *velha guarda metalúrgica* a rever sua atitude de hostilidade ao estado e a defesa do sindicalismo livre, segundo supõe Stoltz (2001:144), foi a criação de um outro sindicato formado a partir das prescrições do Ministério do Trabalho e por este último reconhecido oficialmente como porta-voz dos trabalhadores metalúrgicos – Sindicato dos Operários em Artefatos de Metal.

O período que vai de 1932, início do processo de reorganização sindical, até a 1935, é marcado por um grande número de assembléias reuniões dos conselhos sindicais, de intensa mobilização operária, que culmina com a greve geral de 18/11/1935 que consegue movimentar 18.000 operários, mostrando a força do movimento. (Stoltz, 2000:156-157).

Tempos negros, no entanto, estavam por chegar para o sindicalismo. A fracassada insurreição da Aliança Nacional Libertadora deflagrada uma semana após o desfecho da greve geral dos metalúrgicos, seria utilizada como justificativa para uma ampla ofensiva do governo contra as esquerdas e a oposição política em geral, com repercussões negativas para o movimento operário-sindical. A partir daí, o movimento sindical se esvazia, a rotina sindical se dá dentro do *oficialismo*, dos serviços de assistência social, da propaganda do Estado Novo, do culto a Getúlio Vargas.

O período posterior ao Estado Novo e que abrange os anos de 1945-1964 foi um período de renascimento da vida sindical e de contestação da estrutura sindical oficial. Sucederam-se diversas tentativas de organização autônoma dos trabalhadores urbanos e rurais. Este período é de intensa organização sindical e só se finalizaria com o golpe militar no ano de 1964.

As primeiras movimentações sindicais e operárias desta época começaram a se manifestar em 1943-44, época de forte deterioração do salário e de intensificação

da exploração da força de trabalho, em função do esforço de guerra, o que estimulou as lutas reivindicatórias.

Tais lutas intensificam-se a partir de 1945 favorecidas pelo novo quadro político de reconstrução democrática. O movimento sindical renasceu tomado pela perspectiva de ação livre e autônoma, ao mesmo tempo em que cresceu a sindicalização e multiplicaram-se as atividades nas organizações de classe, tanto oficiais quanto extra-oficiais.

As organizações independentes que se formam nesta época (União Trabalhista Democrática dos carris urbanos de SP, Comitê Democrático dos Trabalhadores, Movimento de Unificação dos Trabalhadores - MUT, entre outros.) fundamentaram seu programa nos seguintes pontos: liberdade e completa autonomia sindical; direito à greve; eleições livres em suas entidades. (Maranhão, 1979:42-43)

Entre esses, o único que parece ter tido representatividade relativa, no período que vai de 1945 a 1947, foi o MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores) que tinha o Partido Comunista Brasileiro (PCB), como seu agente catalisador e sua base de apoio. A proposta do MUT caminhava no sentido de criar uniões sindicais municipais, estaduais e nacionais de forma horizontais, portanto, contrárias a CLT e dentro de uma relativa independência das direções sindicais oficiais: Isto repercutiu favoravelmente junto aos trabalhadores, aparecendo assim, como alternativa oposta ao modelo oficial.

No entanto, apesar do governo Dutra em 1945 ter sido inaugurado pela onda democratizante do pós-Segunda Guerra, esta não foi suficiente para modificar de maneira decisiva a vida democrática na sociedade brasileira. Num ápice de tempo, já em 1947, diante da crescente movimentação social e agora sob a ameaça no panorama internacional da Guerra Fria sérias restrições seriam colocadas para a organização sindical. Vários sindicatos sofreram intervenção ministerial. As lideranças sindicais opositoras foram perseguidas e seus sindicatos foram fechados. O PCB foi colocado novamente na ilegalidade. Esta situação permaneceu até 1950, quando

uma nova conjuntura favorável ao movimento sindical se apresentava com o retorno de Vargas ao poder.

Um exemplo disto está na trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro que também fazia parte da extensa lista de intervenções do governo de Dutra. Segundo Santana (2001:167), o período compreendido entre os anos de 1947 a 1964 foi especialmente rico em experiências para os metalúrgicos do Rio de Janeiro. Após um momento de luta interna na categoria onde as forças estavam canalizadas para livrarem o sindicato da intervenção ministerial (1947-1950), os metalúrgicos do Rio de Janeiro reformularam suas respectivas práticas de atuação do sindicato, onde o traço marcante foi o intenso trabalho desenvolvido no seio da categoria, para que proliferassem as organizações por local de trabalho, assim como, um forte trabalho de sindicalização.

As comissões sindicais, como eram chamadas, se multiplicaram e se tornaram a base fundamental de sustentação sobre a qual se desenvolveu todo o trabalho proposto pelas sucessivas diretorias do sindicato. Entre outras coisas estas comissões trouxeram à participação a vida sindical de um número considerável de trabalhadores metalúrgicos.

Outro traço característico e importante na época foi o grande esforço empreendido pelas diretorias do sindicato no sentido de integrar a categoria nas lutas nacionais travadas pelos trabalhadores brasileiros.

Assim, os metalúrgicos do Rio de Janeiro conseguiram organizar-se em seu sindicato e dentro das fábricas e também articularam essa organização com as movimentações do sindicalismo em nível nacional. Para Santana (2001:208-210) três pontos merecem destaque neste período: primeiro a atuação comunista em suas fileiras, que foi capaz de potencializar a organização da categoria. A intervenção da militância comunista pautou-se pela tentativa de se tornar à direção política da categoria metalúrgica. Nesta busca os comunistas trabalharam no sentido de criar e consolidar os conselhos de fábrica, que para eles era o espaço privilegiado de

socialização e reprodução da política comunista, assim, garantiram a ampliação de suas bases orgânica e política, aumentando a sua influência entre os trabalhadores e na direção da entidade.

Grande parte desta estratégia do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi formulada a partir do ano de 1947 quando foi colocado na ilegalidade, tendo que operar na clandestinidade. Passou então a adotar uma linha de paralelismo sindical, atuando por fora do sindicato e elegendo o espaço fabril como prioridade. No ano de 1952, a política de paralelismo sindical foi deixada de lado pelo PCB que voltou a disputar o domínio dos sindicatos, dentro da estrutura sindical oficial, mas o trabalho no local da fábrica permaneceu como prioridade.

O segundo ponto destacado pelo autor é relativo as alianças estabelecidas pelo PCB e pelo PTB que resultaram em várias gestões no sindicato e foram pautadas pela democratização da vida sindical e pela decorrente ampliação da participação da categoria nos rumos de sua entidade.

Como destaca Troyano (1978:77), a luta pelos cargos diretivos foi travada por duas correntes no aparelho sindical em toda a década de 50. As alianças políticas, entre diversas tendências que se uniram e se separaram no decorrer da década, podem ser classificadas, grosso modo, em duas orientações. De um lado a corrente amarela e de outro a aliança PCB/PTB.

A aliança PCB/PTB, voltada para a atividade sindical na primeira metade da década de 50, a partir da base operária, conquista os sindicatos mais expressivos. Esta corrente foi responsável pelas movimentações grevistas e pelo aumento do poder de barganha dos trabalhadores entre 1950 a 1964 e pela articulação horizontal dos órgãos de classe, utilizando a unidade multiprofissional como arma de pressão do operariado, representado no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Esta aliança, porém, não obteve um controle político capaz de reformular a organização da classe operária. Em grande parte, isso se deveu a manutenção da

estrutura sindical oficial, que manteve lideranças conservadoras na direção dos sindicatos, das federações e das confederações. (Troyano, 1978:78)

No caso do sindicato dos metalúrgicos no Rio de Janeiro, nesta aliança competitiva, os comunistas, escorados em seu trabalho de base, muito superior em qualidade e quantidade ao dos demais grupos, assumiram o lugar de destaque no interior do bloco diretor, chegando a ser o grupo de maior influência no seio do setor organizado da categoria. Se por um lado estas alianças serviram de possibilidade de ação aos comunistas, diante da ilegalidade do partido, por outro lado impuseram ao partido alguns limites. Em diversos momentos, os comunistas tiveram que abrir mão de suas propostas para que o vínculo com os demais grupos pudesse ser mantido. (Santana, 2001:208-210)

Enfim, como terceiro ponto, a organização dos conselhos sindicais de empresa foi central tanto para o entendimento da atuação dos comunistas como do próprio órgão sindical metalúrgico. Importantes no jogo político da entidade sindical, eles serviram como forma de resistência dos trabalhadores frente aos empregadores e, em outros momentos, como resistência dos trabalhadores frente a sua própria liderança. No rompimento do controle e alteração do padrão de atuação da diretoria do sindicato, os trabalhadores utilizaram os conselhos sindicais como elementos de pressão, ressaltando um outro aspecto fundamental da existência dos conselhos, via de acesso de críticas e pressões dos trabalhadores organizados na base sobre a sua direção.

Na teoria as atividades dos conselhos eram demarcadas e restritas. Tanto nos estatutos de 1933 (Stoltz, 2001), como no relatório de atividades da diretoria do ano de 1958 assinalavam que tarefa dos delegados escolhidos nas empresas era de serem "representantes do sindicato junto às direções das empresas e aos seus companheiros de trabalho defendendo junto àqueles, os direitos adquiridos por estes". Os delegados se constituíram no "ponto de ligação com a massa trabalhadora, levando para ela a orientação sindical e trazendo ao sindicato as informações das ocorrências verificadas nos locais de trabalho" (Santana, 2001:197).

Na prática, porém, os conselhos e suas atividades assumiram uma dimensão que superou sua própria definição. Funcionavam como coletores de taxas e contribuições sindicais cobradas à base, resolviam pequenos problemas entre trabalhadores e, entre empresa e trabalhadores, servindo de mediadores entre a direção das empresas e os trabalhadores, e também como ligação entre o sindicato e a base. Mas eram também locais de discussão política, de organização e mobilização dos trabalhadores dentro das empresas em articulação com as atividades sindicais. Espaço imediato de participação político-sindical, neles os trabalhadores podiam expressar seus interesses e discutir o melhor encaminhamento para as questões levantadas. (idem:198)

Como podemos notar os *conselhos sindicais* preenchem o vazio, ou melhor, a distância deixada pela legislação sindical entre a base trabalhadora e as lideranças sindicais: por eles se amarravam os propósitos, interesses e objetivos tanto dos trabalhadores como da própria liderança sindical e também favoreciam a vivência de experiências que unificariam a categoria.

Para Santana (2001:167) este tipo de ação no sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro serviu para relativizar alguns aspectos das formulações explicativas acerca do sindicalismo brasileiro do período que o caracterizam em termos de práticas 'cupulistas', desvinculadas das bases.

Outro estudo bastante ilustrativo para nosso trabalho é o realizado por Loyola (1980:12-13) sobre os operários da cidade de Juiz de Fora em Minas Gerais, mais particularmente, os operários de uma indústria de fiação e tecelagem. Para a autora, o papel do Estado na industrialização brasileira e o controle exercido por ele sobre os operários por meio da estrutura sindical armada, na década de 1930, se por um lado, impõem certos rumos ao movimento operário do país, por outro não dão conta de explicar a participação sindical e política dos operários de Juiz de Fora. Apesar das limitações impostas, não só o movimento sindical na cidade foi, até por volta de 1968, bastante expressivo, como ocupou, até 1964, através de seus líderes, posição de relevo no plano nacional.

A abertura política de 1950 a 1964 fez com que a vida sindical ressurgisse intensamente. A autora destaca que Getúlio, eleito com o voto popular aliançado com setores da direita, preocupou-se em estar diretamente ligado com a base. Segundo Loyola, isto pode ser notado em um de seus primeiros discursos dirigidos aos trabalhadores. Getúlio fez um verdadeiro apelo à mobilização e organização da classe operária, na ocasião da abolição do *atestado de ideologia* exigido desde 1950, para os candidatos às eleições sindicais:

“Uni-vos todos nos vossos sindicatos, como forças livres e organizadas. As autoridades não poderão cercear a vossa liberdade, nem usar de pressão ou de coação. O sindicato é a vossa arma de luta, a vossa fortaleza defensiva, o vosso instrumento de ação política. Na hora presente, nenhum governo poderá subsistir, ou dispor de força eficiente para suas realizações sociais, se não contar com o apoio das organizações operárias.” (Getúlio Vargas apud Loyola, 1980: 66)

Essas palavras soaram como uma verdadeira convocação de Vargas aos trabalhadores, que segundo a autora, foram marcantes para fazer com que os operários de Juiz de Fora voltassem aos seus sindicatos para enfrentar o *peleguismo* da atual diretoria. Assim, refazer aos olhos da classe, a imagem do sindicato enegrecida pela administração corrupta dos *pelegos* foi uma tarefa que os líderes sindicais enfrentaram não sem dificuldades e que marcou profundamente as relações entre as lideranças e as massas operárias no sindicalismo local. (Loyola, 1980: 66)

No ano de 1953 uma importante greve em âmbito nacional uniu as mais importantes categorias profissionais (metalúrgicos, têxteis, vidreiros, marceneiros e gráficos) sua abrangência evidenciou a potência do movimento operário garantindo o direito de greve, restringido pelo Decreto nº. 9.070, de 1946. A greve coincidiu com o agravamento da crise econômica. Os protestos e críticas em relação a Vargas e seu nacionalismo extremado foram ampliados por parte dos setores empresariais e

das camadas médias urbanas. Pressionado, Vargas decidiu então mudar sua política trabalhista, caracterizada até 1953 pelas concessões feitas no plano da participação sindical mas mantendo inalterada a política de compressão salarial do governo Dutra.

O descontentamento popular, verificado não apenas no movimento grevista de 1953, mas também, pela derrota nas urnas para Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo, levou Vargas a novamente a voltar-se para o eleitorado operário: nomeou Jango Goulart para Ministro do Trabalho, que propôs uma revisão do salário mínimo. Em cada estado foram formadas comissões para estudar o reajuste de acordo com o aumento do custo de vida e em 1954 foi decretado um aumento de 100% sobre o nível de 1951.

Este contexto é imprescindível para entender toda a movimentação sindical da cidade de Juiz de Fora, pois a participação de um líder sindical da cidade na comissão do Estado de Minas Gerais, aliada à conjuntura de crise que se instalou na indústria local provocaram o movimento que garantiu à Juiz de Fora uma importante participação no movimento operário brasileiro, tanto no plano estadual quanto no nacional. (1980:68).

Para a autora (Loyola, 1980:71-72) o sindicalismo de Juiz de Fora se caracterizou pelo encaminhamento institucionalizado das reivindicações e o líder sindical seguia um caminho já traçado, o da legislação ou da ordem legal. Isto colocava para a liderança a necessidade do conhecimento e domínio das leis trabalhistas. O líder só se sentia seguro a partir do momento em que sua representatividade era confirmada mediante o apoio da base reunida em assembléia, o que conferia legitimidade para sua ação. É a aprovação dos companheiros que confere o grau de legítimo representante da classe. Esta ênfase na representatividade pode ser evidenciada na participação do líder na comissão de estudo para questões relativas ao aumento salarial. Os resultados positivos obtidos, como por exemplo nesta mesma campanha salarial, foram referendados ao líder que provou ser um elemento competente capaz de lutar com mérito pelas reivindicações operárias.

Ainda para autora, é de maior importância para compreender o comportamento dos trabalhadores de Juiz de Fora o fato do aumento de salário ser vivenciado por eles como uma vitória dos trabalhadores contra a classe empresarial e não como uma concessão do governo. Após anos e anos de repressão, os trabalhadores sentiram que tinham um papel a desempenhar na sociedade, que o caminho traçado pelo governo – sindicatos oficiais – podia ter sua eficácia como campo de ação para a classe, e começaram, pois, a se preparar para aproveitar os ventos favoráveis que passaram a soprar com a guinada política de Vargas.

Após a morte de Vargas, a política do governo de Juscelino Kubitschek foi caracterizada pela penetração maciça de capital estrangeiro que se dirigiu para o setor moderno - indústria pesada e de bens de produção – concentrada, sobretudo, em São Paulo e acabou por desencadear uma crise na economia de Juiz de Fora. Várias fábricas fecharam suas portas e outras tentaram se modernizar. O ambiente de liberdade política para o movimento sindical e a crise econômica local dos anos que se seguem tiveram um efeito aglutinador sobre os operários da cidade, e aos poucos o campo de ação sindical dos operários de Juiz de Fora foi se estendendo para a arena política, conferindo uma representatividade muito grande no movimento sindical estadual e nacional.

Foi neste momento que surgiu em Juiz de fora a *Casa do Trabalhador*, espécie de organização paralela, por meio do qual os trabalhadores procuraram compensar limitações impostas pela estrutura dos sindicatos oficiais, e em torno da qual se estabeleceu a unidade da classe operária de Juiz de Fora. Eram realizadas assembleias semanais onde se revezavam as presidências pelas diversas categorias e eram discutidos o movimento da classe e as reivindicações comuns. Esta unidade da classe permitiu aos líderes sindicais da cidade galgarem posições de liderança e influírem no movimento sindical em âmbito nacional.⁸ (Loyola, 1980:78)

⁸ “Um líder sindical de Juiz de Fora ocupou a vice-presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) de 1960 a 1962 e a presidência de 1962 a 1964; o mesmo indivíduo presidiu a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) até os acontecimentos de 1964. Outros quatro líderes sindicais (entrevistados por Loyola) tiveram pelo menos uma representação internacional, e todos ocuparam postos de mando em suas respectivas federações ou nos órgãos de Previdência Social”. (LOYOLA, 1980:78)

O grau de organização e união dos trabalhadores de Juiz de Fora só pode ser entendido pela existência de uma forte identidade de classe, já observada na relação do líder sindical com a base sindicalizada. O diferencial na participação sindical entre os trabalhadores, para Loyola (1980:125), só pode ser explicada e entendida na concentração e na antiguidade, ou seja, na presença de uma tradição ou cultura operária.

Os aspectos que a autora ressalta interessam e muito a perspectiva através da qual tentamos compreender a questão sindical atual. Segundo Loyola, os operários de Juiz de Fora valorizavam as relações pessoais no trabalho, a vida familiar e comunitária e se constituíam em verdadeiras famílias operárias, isto é, em famílias cuja maioria dos membros estava empregada na indústria, geralmente numa mesma indústria. As relações e as formas de sociabilidade entre os operários se estendiam igualmente ao sindicato e constituíam uma das formas de mobilização sindical, onde o tema da união era uma constante.

“(...) A gente fazia festas sempre. Procurava nestas festinhas fazer brindes e sorteios entre os filhos dos trabalhadores. (...) fundamos o time de futebol dentro do sindicato. Trouxemos o time do sindicato do Rio de Janeiro. O que ele (operário) podia fazer para o sindicato? Se ele tinha um disco na casa dele, trazia para pôr na vitrola do sindicato. Se alguém tinha vitrola vamos botar no sindicato para funcionar. Vamos consertar o rádio que tem lá no sindicato pra poder as pessoas ficarem ouvindo música. Vamos ouvir futebol no domingo lá no sindicato. Nesse tempo não havia televisão. Então fazia todos os meios de atrair o elemento pro sindicato, mostrando a ele certas coisas. E lá se mantinha um papinho mostrando justamente o quanto valeria se fosse realmente unido. Eu me lembro que (...) tinha mania de perguntar se o sujeito já tinha tentado quebrar uma varinha. Então pegava uma porção delas. Quebrar uma você quebra é fácil. Duas também é fácil. (...) e assim são vocês. Só conseguiram alguma coisa

no dia em que forem realmente unidos. Porque o problema do operário é muito grande, né? A luta do operário é enorme porque luta contra tudo, né? Qual é a condição que tem o operário para a luta? É só união mesmo. Porque enquanto a classe operária luta para sindicalizar a todos, os empregadores lutam para dispensar os sindicalizados e dar lugar a um indivíduo que não é sindicalizado e com recomendação de que se um dia vier na firma dele o talão do sindicato para ser descontado, ele tem aviso prévio. (líder sindical de Juiz de Fora, apud Loyola, 1980: 126)

No depoimento acima colhido por Loyola notamos na fala do líder sindical que de fato o tema da união como pilar básico da organização dos operários e o esforço das lideranças em proporcionarem momentos onde a união possa ser trabalhada é uma preocupação constante. Mas, para além da ação planejada, implicitamente, as palavras do líder sindical revelam também toda a vida comunitária, todas as atividades conjuntas que vão construindo um sentimento de pertença e de identificação da vida e de problemas que podem ser o terreno fértil para a ação organizada.

Por fim, como explica Loyola (1980: 83), muito desta prática sindical é compreendida a partir da ideologia do *nacional-desenvolvimentismo* que acompanhou o desenvolvimento brasileiro no período pós Segunda Guerra. Três idéias básicas norteiam esta ideologia: em primeiro lugar, um desenvolvimento nacional extensivo, capaz de incorporar ao processo dinâmico a sociedade toda quer o excedente demográfico, quer as regiões subdesenvolvidas do país; em segundo, a ênfase na idéia de um desenvolvimento democrático, capaz de assegurar por si próprio uma participação das massas no sistema político; e ainda parte do pressuposto que o desenvolvimento pode ser levado relativamente sem conflitos, graças a ação mediadora do Estado.

Em março do ano de 1964, este ambiente de crescente participação sindical na cena política nacional é bruscamente interrompido pelo o golpe militar. Inicia-se, então, outra fase negra para sociedade civil brasileira. No que se refere a vida sindical, o cenário é devastador, sindicatos foram fechados, diretorias sindicais foram destituídas e as lideranças sindicais tiveram seus direitos políticos cassados. O regime militar em nome da ordem social perseguiu violentamente sindicatos e as lideranças sindicais.

No poder os militares para superar a crise que se abatia sobre economia brasileira já no início dos anos 60, impôs um plano de estabilização econômico de corte ortodoxo que acentuou o caráter concentrador do desenvolvimento, preparando para o início de uma nova fase de crescimento.

A estrutura sindical criada nos 1930 adaptou-se inteiramente aos governos militares. Os sindicatos não foram dissolvidos mas, foram esvaziados de suas funções. Como lembra Eder Sader (1988:179), enquanto organismo de representação das reivindicações operárias, a principal função dos sindicatos, dentro da estrutura da CLT, se revelava nos dissídios coletivos, momento em que cada categoria lutava pelos melhores índices de reajuste salarial. Com a Lei 4725 de 1965, os reajustes passaram a ser determinados com base no *salário real médio* dos 24 meses anteriores, com acréscimo de uma taxa que corresponderia ao *aumento da produtividade nacional* no ano anterior, sendo os cálculos fornecidos pelo governo. Perseguidos e fortemente controlados os sindicatos quase nada podiam fazer, assim, a lei acabou por institucionalizar o esvaziamento do caráter reivindicativo dos sindicatos, e estes últimos se transformaram em organismos burocratizados, aumentando o espaço para políticas de assistencialismo, para práticas de cooptação e policiamento dos trabalhadores.

Se esta situação contribuiu para que uma grande parcela dos dirigentes sindicais se "acomodassem" tornando-se meros agentes de aparelhos burocráticos e prestando serviços assistenciais, segundo Sader (1988:180), a situação foi diferente nas categorias onde os conflitos fabris localizados geraram pressões mais

contundentes sobre os próprios sindicatos. Nestes casos, a mobilização fabril ou foi base de oposições que se lançaram contra as direções sindicais (como entre os metalúrgicos da cidade de São Paulo), ou as direções sindicais absorveram a inquietação das bases e operaram uma transformação de dentro na prática sindical (como São Bernardo). Neste último caso, presenciou-se a emergência de uma corrente sindical renovadora, minoritária durante os anos 1970, que começou a questionar a organização sindical e a ser reconhecida como *sindicalismo autêntico* ou *novo sindicalismo*.

Na origem desta corrente surgiu um grupo de dirigentes sindicais que trabalhou no sentido de superar uma situação de esvaziamento e perda de representatividade de suas entidades e de estimular e assumir as lutas reivindicativas de seus representados (Paulo Vidal e Luis Inácio Lula da Silva Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo; Benedito Marcílio no Sindicato dos Metalúrgicos em Santo André; Henos Amorina no sindicato dos Metalúrgicos em Osasco; Marcelo Gatto e Arnaldo Gonçalves no Sindicato dos Metalúrgicos em Santos; Jacó Bittar no Sindicato dos Petroleiros de Paulínea 180-181). Todas estas lideranças nasceram no espaço das grandes indústrias modernas, principalmente, as empresas do setor dos metalúrgicos.

Faz-se necessário lembrar que no plano econômico os anos de regime militar ficaram conhecidos como *os anos do milagre econômico*, onde a economia brasileira apresentou altas taxas de crescimento econômico aliado a uma conjuntura de arrocho salarial. O dinamismo econômico promoveu uma grande diversificação no parque industrial brasileiro. Observou-se uma ampliação e ao mesmo tempo uma diversificação da classe trabalhadora concentrada nos setores dinâmicos da acumulação capitalista brasileira.

Chegado ao final da década de setenta, os anos de *milagre econômico* haviam mudado o retrato do país. Do ponto de vista social estes anos renovaram a composição da classe trabalhadora que viu multiplicarem seus contingentes. Se no período getulista o grande peso do movimento operário residia nas empresas estatais

(siderúrgicas, petrolíferas, de transporte, de serviços públicos) a partir da segunda metade dos 1950, o eixo foi se deslocando para São Paulo e para o setor privado (Sader, 1996:136).

As empresas multinacionais, assim, assumiram o lugar de vanguarda no setor industrial quer pelo seu desenvolvimento tecnológico, quer pela quantidade de trabalhadores empregados. Entre elas a indústria automobilística foi a que mais se expandiu no período militar, passou a desempenhar papel central na composição do proletariado brasileiro. Foi neste cenário que nasceu o chamado novo sindicalismo.

Estes trabalhadores, protagonistas da emergência do *novo sindicalismo* construíram uma experiência de luta diferente daquele que havia tido no getulismo sua vivência fundamental. Como particularidade mais importante, tinha uma posição de dependência em relação ao Estado: primeiro, porque eram empresas de capitalismo privado e, segundo, porque se desenvolveram a partir de 1964, tendo no Estado um adversário, pela política de arrocho salarial, pela intervenção nos sindicatos, pela repressão em geral (1988:135)

Para Sader (1988:182), a particularidade que marcou a corrente dos *autênticos* foi sua capacidade de absorver as pressões das bases e canaliza-las pelo interior do aparelho estatal. Tratou-se de uma operação das mais delicadas. Era tão estreita a margem legal para seu trabalho, que viviam na ambigüidade entre querer evitar a insatisfação das bases e tentar manter o respeito à legalidade. Por isso estavam continuamente sob fogo da crítica das oposições.

Se o *novo sindicalismo* logrou impor-se em suas respectivas categorias, foi porque seus expoentes conseguiram explorar brechas legais, objetivos e formas de ação consideradas legítimas, para defenderem os interesses dos associados, embora nesse processo tenham tido de se contrapor às autoridades. (idem: 182)

O auge desta corrente se dará no final da década de 70, mais precisamente com a campanha salarial de 1977 e nas greves de 1978, 1979. Mas, a construção deste padrão de ação nasceu no curso de toda a década de 1970. Neste sentido, o

Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo é exemplar. Será o centro efetivo da elaboração de experiências dos operários que serão referência aos operários empregados nas indústrias metalúrgicas de toda uma região. Estas experiências acabaram por moldar uma linha de resistência coletiva que foi capaz de alterar as relações entre capital e trabalho e influenciar toda uma conjuntura nacional.

O estudo de Sader (1988) será ilustrativo para mostrar o caminho que no decurso da década de 1970 levará o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo de entidade vazia a uma agência de organização e mobilização e luta dos trabalhadores.

Ao começar da década a relação entre trabalhadores e sindicato ou entre trabalhadores e dirigentes sindicais permanecia distante. A diretoria eleita em 1969 esforçou-se para que o sindicato fosse visto e assumido pelos trabalhadores como um órgão de luta e não só como um local de prestação de serviços assistenciais. Isto de forma alguma representou o abandono das funções clientelistas do sindicato por parte das suas lideranças. Não perdendo de vista a proposta de ver no sindicato um órgão de defesa e luta dos interesses dos trabalhadores, a diretoria (1969-1972), inclusive como meio de corresponder às expectativas dos operários e aumentar o número de associados, empenhou-se em criar no sindicato uma infra-estrutura eficiente na prestação de serviços.

Como órgão de defesa e luta dos interesses dos trabalhadores, função considerada básica pela direção sindical, o sindicato se expressou nos momentos de dissídios salariais. Recorrendo sempre para a mobilização ativa da categoria, a diretoria procurou abrir um espaço de negociação bloqueado pela legislação salarial vigente. Apesar de toda a descrença na rotina legal nos dissídios trabalhistas, o sindicato apostou na possibilidade de vencer a resistência oposta as reivindicações dos trabalhadores.

Como observa Sader (1988: 283;288), é surpreendente verificar que apesar de não obter nenhum sucesso até meados da década de setenta, o sindicato

conseguiu mobilizar crescentemente os trabalhadores no correr de suas campanhas. Foi só na campanha de 1976 que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo conseguiu fazer valer seus direitos por meio de um encaminhamento direto para o Tribunal Superior do Trabalho, independentemente da Federação, e terminou sendo atendido obtendo reivindicações que haviam sido negadas no acordo firmado pela Federação.

Por estar distante da base, o Sindicato de São Bernardo procurou manter sua presença nas empresas por meio da atividade dos diretores sindicais de base que permaneciam ligados à produção. Estes tinham por tarefa apoiar as lutas surgidas localmente, distribuir o material do sindicato e de realizar o maior número de sindicalizações. A desconfiança dos próprios trabalhadores, o clima repressivo nas empresas e a inexperiência dos diretores tornavam o trabalho bastante difícil. (Sader, 1988: 289)

O sindicato começa a se firmar como referência frente aos trabalhadores na medida em que conseguiu mostrar sua eficácia no campo das causas laborais levadas à Justiça do Trabalho. Neste sentido, a primeira vitória que obteve grande repercussão foi um processo ganho pelo sindicato em 1972 contra a Ford requerendo o pagamento de insalubridade e que se arrastava desde 1967. (Sader, 1988:290)

Uma série de paralisações parciais, entre o segundo semestre de 1973 e o correr de 1974, ocorreram na região. Essas mobilizações certamente favoreceram a formação de pequenos e incipientes grupos operários que no interior das empresas se comunicavam para a defesa de seus interesses coletivos.

Em 1974 realizou-se o I Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Bernardo e Diadema. Este Congresso foi decisivo na constituição de uma ampla liderança sindical que começou a estruturar as relações entre a fábrica e o sindicato.

Na conclusão do Congresso os trabalhadores metalúrgicos lançaram um documento intitulado a Declaração de São Bernardo, que se constituiria em uma

plataforma programática e que distinguiria o *novo sindicalismo* como uma corrente efetiva na ação sindical brasileira. No documento os atores reconhecem o crescimento da economia e do mercado de trabalho, mas ressaltam que foi graças a alta produtividade do trabalho de seus operários que essas empresas alcançaram os mais altos índices de crescimento e elevadas taxa de lucro. Os metalúrgicos concluem o documento, questionando a política salarial vigente e pleiteando uma taxa de produtividade correspondente a produtividade real em sua área; ainda denunciam o abuso das horas extras, a falta de segurança no trabalho e a rotatividade da mão de obra. O I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo foi um momento decisivo na constituição de uma ampla liderança sindical que começou a estruturar as relações entre a fábrica e o sindicato. (Sader, 1988:294-295)

O auge do *novo sindicalismo*, no entanto, se manifestaria nas históricas greves metalúrgicas do ABC paulista nos anos de 1978, 1979, aí a corrente atinge a sua maior expressão que lhe conferiria total legitimidade. A gota d'água para a eclosão do movimento dos trabalhadores foi a revelação pelo DIEESE, e admitida depois pelo governo, de que os índices de inflação de 1973, publicados pelo Ministério da Economia, tinham sido adulterados para menos, resultando em reajustes salariais inferiores ao que a própria política salarial determinava. A perda salarial para o período de 1973-78 foi de 34,1% sobre o custo de vida. A partir de então começa um grande movimento reivindicando a reposição das perdas salariais.

Em maio de 1978, sob regime militar, os metalúrgicos da Saab-Scania de São Bernardo do Campo fazem greve de "braços caídos", batem o ponto e não ligam as máquinas. Iniciam a greve pela reposição das perdas salariais reconhecidas pelo Governo. Inicia-se uma série de greves metalúrgicas, localizadas, principalmente, no ABC paulista.

Este movimento grevista ganhou projeção nacional e fez renascer o debate sobre a redemocratização do país. Apesar de se iniciar sob a bandeira de reivindicações salariais, logo este movimento tornou-se político. Os trabalhadores queriam mudanças na legislação sindical - autonomia sindical; democratização

política; desenvolvimento econômico com melhora de padrão de vida; direito à greve; livre negociação entre capital e trabalho; representação em fábricas; liberdade de associação com organizações internacionais;

Em outras palavras, os objetivos eram dois: aumento de salarial como forma de melhorar o padrão de vida, e, mudança de estrutura sindical corporativista, estabelecendo autonomia política para a classe trabalhadora. A proposta era a de criar um movimento sindical autônomo e democrático, pela base.

Para Antunes (1995:12),

“(...) o ressurgimento do movimento grevista, a partir do ABC paulista, adquiriu, no biênio 1978/79, uma dimensão decisiva. A luta contra a superexploração do trabalho (estampada na ação contra o arrocho salarial) contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical, contra o sindicalismo atrelado ao Estado, conferiu, ao movimento desencadeado no ABC paulista, por uma ação econômica, de clara significação política. Era o reemergir do trabalho na cena social e política. Superava-se então, a fase inicial de resistência operária dos anos setenta e abria-se caminho para ações mais generalizantes.”

Para Almeida (1996:36-62),

“(...) o movimento sindical transformou-se em ator do processo da transição investindo contra a política salarial dos governos autoritários e o controle político administrativo que exerciam sobre a vida associativa, escorados nos dispositivos repressivos da CLT. Negociação coletiva livre e direta, liberdade e autonomia sindicais e direito de greve foram as demandas que possibilitaram a vertebração do novo sindicalismo, na segunda metade dos anos 70.”

A estratégia utilizada neste período foi de confrontação, caracterizada pela oposição sistemática às políticas governamentais e pela ênfase na mobilização de massa e na ação grevista.

Esta estratégia de ação permitiu que o *novo sindicalismo* se tornasse uma força social de importância indiscutível, reforçando os laços de solidariedade e auto-identificação de um movimento social em construção, além de trazer grande embate político, isto porque, afirmou e projetou correntes renovadoras no sindicalismo, cujo aparecimento foi, simultaneamente, sintoma e catalisador da crise do sistema de relações trabalhistas brasileiro. Além disso, inscreveu as demandas sociais na agenda política da transição, questionando a política trabalhista do regime autoritário e as disposições legais que definiam seu perfil (id.ibid:55-56)

Como observamos, a longa permanência da estrutura corporativista não impediu a existência, em vários momentos da história social brasileira de tentativas de mudança como por exemplo, as tentativas de construir um movimento sindical paralelo ou até de implodir a estrutura oficial a partir de seu interior.

Distanciados de sua base, foram muitos os exemplos de sindicatos que utilizaram as mais variadas estratégias para romper esta distância e construírem uma ação sindical que representasse de fato os interesses da classe trabalhadora, ou mais precisamente, de categorias específicas, uma vez que a estrutura sindical oficial caracterizou ação sindical como altamente fragmentada, e até muito pouco tempo atrás não permitia a organização dos trabalhadores de modo horizontal.

Neste sentido, é importante descrever o período imediatamente posterior ao das históricas greves do ABC paulista. Revigorados pelos acontecimentos do final da década de setenta e contrariando a lógica mundial, o movimento sindical brasileiro esteve em alta ao longo de toda a década de oitenta. Os sindicatos se legitimaram como atores importantes no cenário político brasileiro, o que pode ser notado pelas organizações nascidas neste período.

Em 1980, com a reforma partidária, o *novo sindicalismo* ou *sindicalismo autêntico*, saindo da esfera das relações de trabalho, forneceu a base para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), adentrando-se, assim, à cena política, para inaugurar uma nova força política nacional.

No ano de 1981 realizou-se o I CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), com a presença de 1.091 entidades sindicais, 5.036 delegados, representando entidades vinculadas aos assalariados urbanos e rurais, operários fabris, funcionários públicos, assalariados médios, bóia-frias, trabalhadores em serviços e despossuídos da terra (Antunes, 1995:28).

Esta conferência debateu a proposta de criação de uma central sindical, retomando o ciclo de criação de centrais horizontais, interrompido em 1964. Já nesta época delineavam-se duas orientações no movimento sindical.

A primeira, composta pelas lideranças sindicais e sindicatos ligados ao *novo sindicalismo* emergente das greves dos anos 70/80 no ABC paulista, por militantes da chamada ala progressista da Igreja Católica e de outros agrupamentos de esquerda (leninistas, trotskistas).

Para esta corrente a proposta de formação de uma central representava um desafio à estrutura oficial. Críticos da intervenção do Estado nas relações entre o capital e o trabalho, estes dirigentes defendiam a ratificação pelo governo brasileiro da Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que entre outras medidas defende o pluralismo sindical, o fim do imposto sindical obrigatório que, na prática inviabilizaria boa parte de entidades oficiais, federações e confederações, e, a extinção do poder de intervenção da Justiça do Trabalho nas negociações entre patrões e empregados.

A segunda corrente tinha uma composição mais heterogênea. Estavam presentes desde os chamados sindicalistas burocratas, montados nas estruturas do segundo e terceiro escalão, até comunistas (os dois PCs), nacionalistas radicais (MR-8) e sindicalistas afinados com as orientações da AFC-CIO americana.

Esta corrente, concebia a formação de uma central como um organismo de representação, assentado nas direções dos sindicatos oficiais, rejeitando uma ruptura radical com a estrutura sindical-oficial.

A ruptura destes dois blocos deu-se, mais precisamente, em 1983, quando lideranças ligadas ao *novo sindicalismo* fundaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o leito natural das várias correntes que atuavam no interior dos *sindicatos combativos*, chegando aos anos noventa como a maior e mais organizada Central das centrais sindicais.

Em 1986, ano em que a CUT realizou seu II Congresso Nacional (CONCUT) os sindicalistas ligados a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), animados pelo rápido crescimento da CUT, decidiram criar a Central Geral do Trabalhadores (CGT).

Para Comim (1994:367-368), "(...) do ponto de vista da composição interna, a CUT resultou mais homogênea que a Conclat/CGT. Nascida de um tripé básico (*sindicalistas autênticos*, ala progressista da Igreja Católica e militantes de esquerda - trotskistas e leninistas.) sustentava-se num solo comum, identificável em pelo menos três elementos: compartilhavam a rejeição ao capitalismo como modelo de organização social, ao mesmo tempo que recusavam a matriz comunista do socialismo, encarnada pelas experiências do leste europeu. Essa 'homogeneidade' no plano estratégico/ideológico refletia-se nitidamente no plano partidário pela adesão quase unânime dos sindicalistas a um mesmo partido, o PT; partilhavam de uma postura bastante crítica em relação à estrutura sindical corporativa, em particular, ao intervencionismo estatal nas relações capital/trabalho e à burocratização dos organismos sindicais; valorizavam as práticas voltadas para a organização e a mobilização das 'bases' na ação sindical, por oposição a uma estratégia de intervenção nos espaços institucionais e nas negociações de cúpula.

Já no interior da Conclat/CGT, como foi dito, estavam velhos burocratas montados nas estruturas de segundo e terceiro grau com vínculos pretéritos com o

regime militar, comunistas (dois PCs), nacionalistas radicais (Mr8) e sindicalistas afinados com as orientações da AFL-CIO⁹ americana.

Ao longo da década de oitenta, as centrais sindicais tentaram se estabelecer como personagens políticos e representantes legítimos dos trabalhadores frente ao patronato e ao governo. Para se firmarem necessitavam demonstrar sua capacidade de comando sobre as bases que pretendiam representar

A CUT tentou legitimar-se através da adoção de uma estratégia de “confronto”, fortemente combativa.

Para Boito (1996:187), a estratégia ofensiva da CUT, baseava-se no entendimento de que a ação sindical não se esgotava na luta reivindicativa em defesa dos salários, das condições de trabalho dadas pelo bloco de poder. Apontava para a necessidade de uma alteração no bloco do poder para que pudesse contemplar os interesses dos trabalhadores e mesmo que não lograsse reverter a tendência à deterioração dos salários nos 80, que contribuiu-se para unificar política e ideologicamente o campo democrático popular, fator importante para acumulação de forças, revelada no pleito eleitoral de 1989.

A CGT tentou legitimar-se, mais através de um discurso anti-CUT, do que pela constituição de um projeto alternativo de política sindical.

Com a fundação da Força Sindical (1991), dissidência da CGT, comandada pelos autodenominado *sindicalismo de resultados*, pareceu-se esboçar de modo mais consistente um projeto político-sindical alternativo ao da CUT, embora o “anticutismo” permanecesse como um traço constitutivo bastante forte no interior da nova Força Sindical (Comim, 1994:370)

⁹ “AFL (American Federation of Labor), fundada em 1866. O CIO (Congress of Industrial Organizations) foi criada em 1935, numa dissidência com a AFL. Tendo em suas fileiras um número expressivo de dirigente e militantes socialistas, o CIO conferiu um caráter mais político à ação sindical. A AFL sempre teve uma linha pragmática, que veio a ser conhecida como *sindicalismo de resultados*, voltada para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores no interior do sistema capitalista. Em 1955 as duas entidades fundiram-se na atual AFL-CIO”. SGRECCIA, A. “EUA: Reestruturação produtiva, mudança nas relações de trabalho e exclusão social” mimeo

O renascimento da sociedade civil brasileira, o aparecimento de uma proposta alternativa ao sindicalismo oficial, representada pelo *novo sindicalismo*, e junto com ela o nascimento de um partido e de uma central sindical marcaram a década de oitenta com a grande tentativa de construção da autonomia política da classe operária, que define como, estratégia de ação uma política de confronto.

CAPÍTULO III

A ação sindical em São Carlos

Tecido o pano de fundo das nossas preocupações e passado por uma breve análise da história do sindicalismo no Brasil, o desafio dos próximos capítulos finais é discutir a formação e a configuração do sindicato enquanto instituição e a sua ação na cidade de São Carlos.

Neste terceiro capítulo iremos discutir alguns pontos que consideramos relevantes e que no nosso entender compuseram e/ou perfilaram a ação sindical na cidade. Para isto, foi necessário primeiro, realizar uma breve pesquisa a fim de compreender a formação histórica de São Carlos, como parte de processos ligados ao desenvolvimento econômico, social, cultural, político e urbano do Oeste Paulista pautado, na economia cafeeira, e como esta economia gerou o desenvolvimento urbano industrial.

Veremos como se estruturou a indústria no município e como se desenvolveram as situações de conflito que fizeram emergir nos anos de 1960 o movimento dos trabalhadores metalúrgicos que, a despeito do poder e mandonismo local, conseguiram fundar o sindicato.

Como já vimos, para a análise do Sindicato dos Metalúrgicos em São Carlos, cabe destacar duas questões de ordem teórica. A primeira: temos que considerar a realidade contraditória em que está inserido o sindicato e como esta realidade influencia sua ação. Isto porque, muitas vezes, ao tentar classificá-lo em um conceito teórico rígido, ou, analisá-lo a partir de respostas consideradas ideais, perder-se de vista a singularidade do processo histórico de formação do próprio sindicato como um sujeito coletivo. Ao longo da trajetória histórica particular podem coexistir momentos progressistas e momentos em que o sindicato adotou uma posição conservadora: conformismo e resistência podem fazer parte de uma mesma realidade.

A segunda: não se pode analisar a ação sindical em São Carlos somente a partir das chamadas 'condições objetivas dadas'. Dizer que a ação política sindical caminha para uma prática cada vez mais neocorporativa, esgarçando a solidariedade no interior da classe trabalhadora e jogar todo o peso desta ação no movimento de reestruturação econômica é quase não dizer nada sobre a vida sindical em São Carlos, na medida que esmaga a dinâmica singular da ação social no município. Há que se encontrar uma mediação entre as estruturas dadas e as ações sociais desenvolvidas.

Para isto utilizaremos o conceito de experiência como é entendido por Thompson (1981). Diz o autor que é por meio da *experiência* que homens e mulheres retornam como sujeitos, não como sujeitos autônomos ou indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades, interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras, para depois agirem sobre uma situação determinada. Diz Thompson:

"(...) as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral." (idem, 189)

Ainda para Thompson (1997:10):

"A noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. (...). A mais fina rede sociológica não consegue nos

oferecer um exemplar puro de classe(...). A relação precisa estar encarnada em pessoas e contexto reais. (...)Não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca. (...) A classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem , articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.”

Na introdução da “Formação da Classe Operária Inglesa” Thompson volta afirmar:

“A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma”.(1997:10)

As formações de classe surgem no cruzamento da determinação e da auto-atividade da classe operária que “se fez a si mesma tanto quanto foi feita”.

01- Constituição Histórica do Município de São Carlos

A constituição histórica de São Carlos e sua consolidação como núcleo urbano convergem para um mesmo processo de formação e consolidação dos principais municípios da região à oeste do Estado de São Paulo, presentes no chamado eixo Campinas-Ribeirão Preto, onde três elementos são de grande importância e de maior influência para a compreensão das relações econômicas e sociais aí desenvolvidas: o café, a imigração européia, realizada principalmente por italianos, e a ferrovia, ou, a produção do café; a (re)configuração do mercado de trabalho e a construção da estrutura física de transporte. Esta tríade tem o café como vértice principal, mas todas elas deixaram suas marcas e de certo modo estão presentes na memória coletiva destas localidades.

O processo de consolidação como núcleo urbano, no qual São Carlos se insere, está intimamente ligado a ampliação da fronteira agrícola baseada na cultura de café, que caminhou para o oeste do Estado de São Paulo, no último quartel do século XIX e que atingiu seu ápice no início do século XX. Este ciclo da produção cafeeira marca a decadência do cultivo de café na área geográfica do vale do Paraíba e a ascensão deste cultivo nas chamadas "terras roxas" do oeste paulista sinônimas de maior produtividade (Devescovi, 1987:27-30).

É neste período da produção cafeeira que, segundo Truzzi (1985:21-29), se encontra o desenvolvimento do núcleo de São Carlos. Em 1856 começava ser erigida a capela, em torno da qual a vida social acontecia. Em 1856 a Assembléia Provincial elevou São Carlos a categoria de Vila. Já no recenseamento realizado em 1874, São Carlos contava com 6897 habitantes, mais de 2/3 (dois terços) da população de Araraquara de quem fora distrito. E, em 1880, São Carlos chegou ao máximo do que poderia alcançar administrativamente no Império: a elevação da vila à categoria de cidade e, simultaneamente, a instalação da comarca judicial.

Apesar de constar que o primeiro cafezal foi plantado na área por volta de 1840, a transformação do café em lavoura comercial e seu papel de principal atividade econômica da região, segundo aponta Devescovi (1987: 24), começou a acontecer na conjugação de dois outros fatores: a chegada da ferrovia e de um contingente crescente de mão de obra estrangeira para trabalhar na lavoura.

A questão relativa à vinda crescente de contingentes de população estrangeira está vinculada a escassez de mão-de-obra existente na região. A data da fundação de São Carlos em 1856 coincide como o declínio do regime escravista no Brasil. A lei de extinção do tráfico negreiro promulgada em 1850 era o prenúncio de que a mão-de-obra rarearia nas próximas décadas (Truzzi; 1985: 37).

Para além da questão do término do tráfico negreiro, mesmo se tratando de uma época em que a abolição do trabalho escravo não era uma realidade, ainda assim, é importante considerar que a subtilização da força de trabalho negra, sua não incorporação no desenvolvimento econômico pautado na atividade industrial, sua exclusão no processo de constituição do trabalho assalariado em preferência a força de trabalho do imigrante europeu é um fato trágico que deixou marcas na sociedade brasileira que perduram ainda hoje.

No ano de 1876, por iniciativa particular de Antonio Carlos de Arruda Botelho, a primeira turma de imigrantes foi trazida para São Carlos. A absorção de levadas mais significativas de imigrantes ocorreu durante os primeiros anos da década de 80 do século XIX. Mas ao invés da substituição do braço escravo pelo imigrante, houve um incremento numérico simultâneo dos dois contingentes, pela demanda pela mão de obra ocasionada pelo crescimento da lavoura de café.

Em 1886, o afluxo numérico de imigrante para São Carlos somente foi ultrapassado pelo de Campinas. A cifra de 2051 indivíduos europeus representava mais do que qualquer outro município (com exceção da capital). Assim, São Carlos se constituía num dos pólos atrativos de imigração mais importantes do Estado de São Paulo no final do século XIX.

Entre todos os imigrantes predominavam os italianos. Segundo relata Truzzi (1985; 64), a preponderância desta colônia seria reforçada a tal ponto que em 1899, o Clube da Lavoura de São Carlos realizou um levantamento a respeito da situação agrícola do município e obteve os seguintes resultados. São Carlos contava então com um total de 15.688 trabalhadores rurais. Uma década após a abolição, a transição para o trabalho imigrante já fora praticamente completada. Os imigrantes constituíram mais de 85% da força de trabalho rural (13.418 pessoas). Dentre estes, a imensa maioria era composta de italianos (10.396); os brasileiros foram divididos pela cor e os brancos (1028) quase se igualavam numericamente aos negros (1242), provavelmente ex-escravos.

Mais tarde, quando os processos de urbanização e industrialização se potencializaram, o imigrante e o descendente de imigrante vão ter um peso relativamente grande na composição da classe operária em São Carlos, o que traz elementos importantes para a composição do perfil dos trabalhadores.

Retornando ao café, a sua grande importância para a economia nacional e o caráter extremamente dinâmico de seu cultivo, o chamado "complexo cafeeiro", movimentou intensamente a economia regional, engendrando processos que propiciaram o aparecimento de uma estrutura urbana e industrial. Esta estrutura foi criada com o intento de servir de base de sustentação para a própria produção do café (beneficiamento do café, escoamento da produção), ao mesmo tempo em que o setor cafeeiro criou condições necessárias para o fortalecimento da atividade comercial e industrial, mesmo depois de seu declínio como atividade econômica hegemônica.

Para Devescovi (1987:29) a explicação para o efeito urbanizador do café, não se encontra na identificação das atividades urbanas diretamente ligadas à produção física do café e única e simplesmente na organização interna das fazendas. Mas deve ser recolocada à luz de análises que tentem apreender todo o processo de geração e reprodução do complexo cafeeiro, enquanto movimento articulado a uma

modificação nas relações sociais de produção e nas suas repercussões sobre a organização da sociedade e a estruturação do espaço. Diz a autora:

“O processo inicial de constituição e urbanização de cidades no Estado de São Paulo, bem como, o de estruturação e consolidação de sua rede urbana, foi em muito relacionado com uma dinâmica de internacionalização do capitalismo, de generalização de mercadoria, exatamente no momento em que a atividade condutora da economia do país era a produção e comercialização do café. (...) Por outro lado a formação de um contingente de trabalhadores “livres” afluindo particularmente às fazendas de café, mas também e, crescentemente aos núcleos urbanos, acabou por conferir às cidades aquilo que é seu atributo básico: a condição de mercado de trabalho.” (Devescovi, 1987:30)

De um modo geral, esta visão é consensual na produção acadêmica tanto da economia, como da história ou da sociologia. O processo inicial de industrialização criado a partir da acumulação de capitais gerados pela cultura cafeeira desenvolvida no estado de São Paulo em fins do século XIX e início do século XX, o chamado “complexo cafeeiro” continha as relações capitalistas de produção, principalmente, no que diz respeito à presença de mão de obra livre, salários e um mercado consumidor em potencial, e são justamente estas relações que alavancariam o processo de industrialização.

Em São Carlos isto não foi diferente, pois o “complexo cafeeiro” acabou por criar condições econômicas e sociais que permitiram o início da produção urbano-industrial.

O setor industrial – bastante incipiente e altamente instável devido a subordinação à economia cafeeira e a debilidade do mercado de consumo, era organizado em torno de três segmentos: 01- o de fabricação de máquinas para a

agricultura e beneficiamento do café, representado em 1894 por duas unidades, em 1915 por três (Altenfelder & Companhia; Alexandre Massi; Giongo&Fher); 02- o de produção da sacaria para a embalagem do café, representado em 1911 pela Fiação e Tecelagem Madalena;03- de fabricação de bens de consumo corrente, representado por um relativamente grande número de empresas tais como bebidas, camas cadeiras, ladrilhos, louça, sabão, carros, carroças, doces, sapato, cola, café em pó, serraria, alfaiataria, tipografia, etc. (Devescovi, 1987:61-65.)

Truzzi (1985:166) chama a atenção para um aspecto interessante. Para o autor, o agente principal da indústria, tributário do desdobramento das funções urbanas, que se processou organicamente dependente do comércio de café, por volta de 1911, em sua maioria não era mais o fazendeiro do café, mas o imigrante interessado em se estabelecer com algum ofício, atraído para a cidade pelo florescimento de um mercado urbano mais desenvolvido.

São alfaiatarias, oficinas de fabricação e conserto de sapatos, fábricas de móveis, de macarrão, de charuto, fundição, oficinas de carpintaria e marcenaria, olarias e serrarias. (1985: 167)

A íntima relação da indústria com a agricultura é comprovada por meio da existência em São Carlos de duas fábricas produtoras de peneiras, rastelos, pregos, arames, grades e telas: Antonio Narves e Cia, e Indústrias Giometti, fundadas em 1898 e 1914, respectivamente. Ainda nesta linha, caberia ressaltar a fundação, em 1914, da fábrica de adubos orgânicos Facchina, provavelmente, uma das pioneiras do país. (1985:170)

Tabela 1- Estabelecimento Classificado como Indústria em São Carlos

Ano	N. de Estabelecimento
1894	110
1914	129
1924	183

Fonte: Devescovi, 1987:62.

Tabela 2- Evolução urbana em São Carlos. 1881-1926

Anos	População
1881	1.500
1891	5.000
1914	13.000
1920	15.404
1926	17.365

FONTE: Almanques de São Carlos de: 1894, 1915 e 1927 e Censo Demográfico de 1920. Devescovi, (1987:58)

Assim, as serrarias, a fábrica de adubos, a de pregos, a de tecelagem já assinalada e mais uma indústria de lápis fundada em 1926 comporão o quinteto básico da produção industrial local até pelo menos os meados da década de quarenta.

A desestruturação da economia cafeeira colocou em crise algumas atividades vinculadas ao café, o que causou um certo retrocesso da atividade industrial local.

A economia de São Carlos teve um desenvolvimento bastante peculiar em relação a outras cidades. O período de 1935 a 1950 foi marcado por um evidente retrocesso agrícola. A maior parte dos cafezais já se encontrava em decadência há 20 anos, e assim a crise do café apenas confirmou a tendência a queda da produção. No entanto, em São Carlos, a estagnação da lavoura foi mais profunda devido a uma especificidade local: a baixa fertilidade do solo encontrada em São Carlos.

É provável que tais circunstâncias tenham ocasionado problemas maiores em São Carlos na adoção de outras culturas que poderiam substituir os cafezais. Comparando São Carlos com Araraquara, tudo indica que neste último município a introdução de outras culturas acabou se processando com maior facilidade. Já em 1935, num levantamento a respeito da lavoura paulista realizado pelo governo estadual, é notável o atraso, em termos de produção da agricultura do município de São Carlos em relação ao de Araraquara. (Truzzi, 1985:135). A opção tomada pelos agricultores de São Carlos ao final da década de trinta, que rapidamente entenderam o caráter mais ou menos permanente da crise cafeeira, foi a reorganização da produção com vistas à criação de gado leiteiro. (1985:141)

Contudo, para a atividade industrial, o saldo foi bastante positivo. Antes da crise São Carlos já contava com um parque industrial relevante e diversificado. O setor secundário não dependeu de uma reorientação da base agrícola que poderia fornecer matérias primas a serem processadas.

Outro fator que devemos considerar como de extrema importância para o desenvolvimento industrial é a malha ferroviária criada para o escoamento da produção do café e que será relevante para a pequena indústria nascente. Na fala de um diretor da já citada Giometti de São Carlos, uma das indústrias mais antigas, fundada em 1914, ao mencionar a clientela que a fábrica atendia, podemos perceber o quanto a indústria se beneficiou da malha ferroviária:

“A clientela da empresa era uma coisa... Isso desde 1928 até 1950. A empresa era uma pioneira, nós acompanhávamos a estrada de ferro. A estrada de ferro naquela época estava se desenvolvendo e onde a estrada passava era como esses filmes de faroeste, ia criando aquelas suas vilinhas, as transformavam em cidades, as cidades... era tudo a base das estradas de ferro. Tinha a Estrada de Ferro Paulista, tinha a Estrada de Ferro Araraquarense, tinha a Estrada de Ferro Mogiana, a Douradense, a Sorocabana, Alta e Baixa Sorocabana, então distribuíamos praticamente em todo Estado de São Paulo. E os nossos viajantes eram como aqueles caixeiros viajantes mesmo dos filmes de faroeste. Onde aparecia uma vila, eles estavam lá, imediatamente. E o Estado de São Paulo progrediu muito, basta dizer que nos mapas daquela época, vamos dizer, não digo mais de 1928, mais tarde 32, 35, é o mapa do Estado de São Paulo, era São José o Rio Preto – está lá a palavra: ‘sertão desconhecido’ (...) Eles começaram a estender esse sertão do Rio Preto até o Rio Paraná. Até o Rio Paraná e aqui para baixo eles começaram a descer também, atravessaram a divisa e entraram no Paraná, fundando todas essas cidades, Londrina, etc.” (Acervo de História Oral Fundação Pró-Memória – São Carlos – Entrevista realizada por: Marly Vianna (MV) e Júlio Ósio (JO)13-4 São Carlos,, 17/07/2001)

E ainda sobre o que comercializavam:

“(...) Então nós fornecíamos, praticamente para todo o Estado e principalmente para essas cidades novas que iam nascendo. Eu via todo dia (...) apesar de ser menino, tinha 10, 11 anos, era mais ilustrado que os próprios funcionários. Naquele tempo a educação era bem... E eu que lia os manifestos... cidades novas nascendo, Adamantina, Tupã, Pompéia e todas as outras cidades que se aleitavam (*no caminho*) chegando até (...) Londrina... todo dia tinha

uma nova cidade. E nós vendíamos os nossos produtos, era prego que eles usavam muito para construção, principalmente os caboclos, os colonos que estavam abrindo aquelas cidades, na construção de seus casebres ou das suas casas. (...) arame farpado que era para cercar a propriedade e vendíamos grampos de cerca também para cercar a propriedade e o mais importante é a peneira que é a colheita, colheita de arroz, do feijão. (...) nós revendíamos também cabos de machado, vendíamos cabos de machado, revendíamos foices, pás, enxadas, então tudo que eles precisavam praticamente nesta nova vida que eles estavam levando do pioneirismo nós entregávamos a eles. E a facilidade porque, o trem..." (Acervo de História Oral Fundação Pró-Memória – São Carlos – Entrevista realizada por: Marly Vianna (MV) e Júlio Ósio (JO)13-4 São Carlos,, 17/07/2001)

Se a atividade industrial no auge do café se mostrou incipiente, vinculada ao complexo cafeeiro e às necessidades dos pequenos núcleos urbanos que este foi capaz de criar, no período em que o eixo da economia brasileira começava a se deslocar do setor agrário-exportador para o setor urbano-industrial, o município de São Carlos já apresentava uma acentuada diferenciação em relação a outros núcleos paulistas de importância e porte semelhantes. O complexo ferroviário, os estabelecimentos bancários, os equipamentos públicos urbanos, um mercado de força de trabalho e de consumo, uma indústria nascente, permitiram que São Carlos se afirmasse já nos anos 40 e 50 como uma cidade tipicamente industrial. Na década de 50 são os segmentos produtivos de bens de capital e de bens duráveis que adquirem grande relevância.(Devescovi, 1987:83)

Para se avaliar a profusão dos estabelecimentos industriais durante a época da guerra, basta observar que das 224 empresas existentes em São Carlos em 1945 relacionadas pelo Catálogo de Industrias do Estado de São Paulo, 97 delas haviam sido fundadas após 1939. Em 1946, para a correspondente local da Folha da Manhã, a multiplicação dos estabelecimentos industriais não passou despercebida: "é digno

de nota o desenvolvimento por que tem passado o parque industrial são-carlense, nos últimos dez anos". (Truzzi, 1985: 198)

Nesta época, mais precisamente no ano de 1942, se instala na cidade de São Carlos uma pequena empresa produtora de fogões. No final dos anos 40, como efeito da limitação das importações de motores durante a II Grande Guerra esta pequena empresa começou a produzir motores e iniciou um processo de expansão bastante acelerado. Em 1950 iniciou a produção de compressores para refrigeração, e deu continuidade à fabricação de refrigeradores comerciais e domésticos e de fogões elétricos, intensificando seu processo de expansão a medida em que, auxiliada por uma política governamental de crédito, pela ampliação do mercado consumidor e pelo fato de produzir um material estratégico para fabricação de geladeiras, conseguiu vencer a concorrência e se firmar no mercado nacional (Devescovi, 1987:133).

Para Truzzi, a Indústria Pereira Lopes é um bom exemplo de empresa local que usufruiu com enorme sucesso do período de substituição de importações, num setor já relativamente complexo, como o de bens de consumo durável. (Truzzi, 1985, 200)

Até o final da década de 40, inexistia no Brasil a produção em série de refrigeradores, sendo o mercado interno suprido por importações. Cinco anos mais tarde, a importação destes foi apenas de 2000 unidades, enquanto a produção interna chegava a 130.000 unidades. Cinco grandes grupos disputaram o enorme mercado que se abriu em virtude do barateamento do produto: em 1956 o produto nacional custava ao consumidor menos da metade do similar estrangeiro. Eram líderes do mercado as marcas Frigidare (da General Motors) e a Clímax – ambas produzindo em 1955 trinta mil unidades – esta última pertencente às indústrias Pereira Lopes. (Truzzi, 1985:200)

Da década de cinquenta em diante, ficou impossível minimizar a decisiva influência, econômica e política, do grupo Pereira Lopes sobre a cidade. À medida em

que se desenvolveu, o grupo verticalizou a produção da empresa matriz, criando localmente uma série de outras firmas produtoras dos componentes utilizados nas geladeiras. A mais importante delas foi, sem dúvida, a linha de compressores herméticos utilizados nas próprias geladeiras, a maior e a pioneira do país. Lã de vidro, plástico, fundidos, equipamento elétrico, termostatos, trocadores de calor, evaporadores, condicionadores de ar, gráfica e uma frota própria de veículos transportadores são outros exemplos de artigos e serviços que passaram com o tempo a ser explorados por empresas ligadas ao próprio grupo. Enfim, no início da década de sessenta, outra enorme empresa, também pioneira, foi constituída pelo grupo Pereira Lopes: a CBT, Companhia Brasileira de Tratores.

Foi justamente sobre a Indústria Pereira Lopes que incidiu quase que a totalidade das queixas dos trabalhadores metalúrgicos de São Carlos. Organizavam-se, assim, os interesses dos trabalhadores, colocando para estes a necessidade de se unirem em torno de uma associação que mais tarde se tornaria o sindicato dos metalúrgicos.

Tabela 3: Principais Municípios de São Paulo em Relação à Produção Industrial - 1934

Município	Produção Industrial
São Bernardo	395.682:230\$000
Sorocaba	85.434:555\$000
Jundiaí	71.163:946\$000
Campinas	48.119:134\$000
Taubaté	32.058:947\$000
Santos	28.885:440\$000
Tatuí	19.012:106\$000
Limeira	17.104:112\$000
São Carlos	17.074:136\$000
Ribeirão Preto	17.028:032\$000

Fonte: Devescovi, 1986: 137

Compreender o desenvolvimento capitalista é ao mesmo tempo abarcar dois processos extremamente intrincados: o desenvolvimento da atividade industrial e a formação da classe operária.

Como já vimos, o capitalismo, e seu conseqüente processo de industrialização, nasceu sob a égide da economia cafeeira. Desde o final do século XIX e início do XX a incipiente indústria capitalista se desenvolveu em um processo lento mas sempre contínuo até a década de 1930. A característica mais marcante de todo este processo, em escala mundial, ainda que se contemplem as diferentes realidades nacionais e internacionais, é que o mundo, de uma maneira geral, foi se transformando pouco a pouco em um mundo industrial e urbano.

Na cidade, para além da realidade das fábricas, a característica mais marcante esteve justamente na modificação do espaço urbano e em sua conseqüente delimitação dos espaços residenciais, evidenciando também, a formação da classe

operária. Em São Carlos, já no início do século XX temos a formação do que podemos chamar do bairro operário, que nasceu próximo a ferrovia:

“A sudoeste, próximo à estação ferroviária, começava a se instalar o pequeno contingente de força de trabalho, inicialmente com predominância dos empregados da Companhia Paulista e, posteriormente (segunda década do século XX) com a presença crescente de trabalhadores industriais das unidades produtivas que iam se instalando ao longo da ferrovia. Parte dessa região, além da ferrovia - incorporada ao perímetro urbano em 1905, e parcela territorial inicial do futuro subdistrito de Ana Prado – constituiu-se como o primeiro bairro operário da cidade e como primeira zona industrial. Em 1915, a Vila Prado comportava por volta de 20 quarteirões, e a área próxima, limítrofe à ferrovia, algumas indústrias tais como ‘Fiação e tecidos São Carlos’, uma fábrica de dormentes, unidades de beneficiamento de café, serraria Abel Giongo e a fábrica de móveis de Germano Fer”. (Devescovi, 1987:65).

Tanto no estudo de Devescovi, quanto a fala de um antigo morador da Vila Prado, novamente a ferrovia vai ser um núcleo importante, agora não mais pela facilidade do transporte da produção e da comunicação, mas pela formação do núcleo operário urbano que os trabalhadores da ferrovia criam em torno da malha ferroviária:

“(...) o coronel Leopoldo Prado(...) ele loteou a sua fazenda... Estava beirando a ferrovia, então os ferroviários foram os primeiros a comprar lotes e construir casa ali. Então em princípio, a Vila Prado foi... começou com os ferroviário, (...) e logo também a fábrica de lápis, não é? A Lápis John Faber naquela época, se instalou por ali, nas imediações. Ah... a Germano Fher do lado de cima, já na Vila Prado

(...) Tinha duas de tecidos. Duas fábricas de tecido e mesmo prá baixo, ali prá baixo da linha existia uma fábrica de toalha Samir Remaile. Então esse pessoal também começou a comprar lote na Vila Prado. Também é importante colocar o Pereira Lopes. O Pereira Lopes que instalou a sua fábrica na Vila Prado, também começou a atrair muitas pessoas para o bairro(...)"

"(...) então desde 1945 que a gente convive ali com o bairro, sentindo assim algumas peculiaridades do bairro, principalmente a influência dos ferroviários que foram os primeiros a adquirir lotes e construir casa na Vila Prado. Na época os ferroviários da Companhia Paulista já eram pessoas muito assim politizadas, tinham um nível cultural assim já melhor do que a média da época. Então isso deu uma característica interessante prá Vila Prado, que perdura até hoje (...)"

(Acervo História Oral Fundação Pró-Memória- São Carlos- Entrevista (08-4) realizada por Marly Vianna (MV) e Júlio Ósio (JO), na ASSER, no dia 13 de março de 2001, às 9h da manhã)

Os italianos, por volta de 1915, constituíam a maior parcela dos operários da cidade. A vida urbana não lhes devia reservar muito tempo de lazer, pois as longas jornadas de trabalho prevaleciam na época. Mesmo assim, pelo menos em relação ao meio rural, tinham condições de exercer atividades sociais com muito mais intensidade. (Truzzi, 1985:93- 94).

O processo de formação da classe trabalhadora é sempre um processo de espoliação. Em São Carlos esta realidade não foi diferente. Em 1917, por exemplo, a Companhia Fiação e Tecidos São Carlos empregava por volta de 220 operários:

"(...) entre homens, mulheres e crianças... vivendo de trabalho árduo, contentando-se com salários que bastassem apenas para os primeiros e imprescindíveis gastos..." (Serraria Santa Rosa. Correio de São Carlos. São Carlos, 14 de janeiro de 1916, p.1.) esses operários

entraram em greve em 1917 e 1919 e, e, 1920, a associação Operária de São Carlos reivindicava uma jornada de trabalho de 8 horas. (Devescovi,1987)

Assim, inerente ao processo de formação da classe trabalhadora, está presente o esforço da constituição das primeiras organizações tipicamente operárias que nascem primeiro como entidades de ajuda mútua, assistencialistas, recreativas e culturais e que, poderiam ganhar contornos de organizações de cunho trabalhista e de caráter sindical se não tivessem como característica uma grande descontinuidade em sua organização.

No Almanaque de São Carlos em 1905 consta uma "Sociedade Meridionale Uniti Vittorio Emanuele III", fundada em 1900 por italianos e que tinha como objetivo:

"Unir as classes operárias, promover-lhes o sentimento do dever e o desenvolvimento das virtudes cívicas, instruir, educar, e socorrer associados". (Devescovi, 1987:63-64).

Em 1896, os espanhóis já tinham fundado uma associação que se tornou conhecida por "Sociedade Hespanhola". O Almanaque de 1928 assinala que, já no ano de sua fundação esta sociedade funcionava em prédio próprio, e tinha por título "Sociedade Española Beneficente e Istructiva de São Carlos". Anteriormente a esta publicação o Almanaque de 1905 se refere a esta como sociedade "Litteraria e Beneficente", cujos fins seriam "propagar e desenvolver os laços de união entre os seus irmãos de nacionalidade e fomentar entre elles a instruccão". (Truzzi, 1985:94-95).

Sem dúvida que as questões operárias constituíam o campo no qual os mandatários locais nutriam as maiores repulsas pelas atitudes e idéias importadas da

Europa. Em 1920, quando a Associação Operária de São Carlos reivindicou a Câmara Municipal a adoção da jornada de oito horas de trabalho, a resposta foi endereçada diretamente aos elementos estrangeiros: “ não pode ser atendido porque o assumpto não tem cabimento no meio social brasileiro, onde não há propriamente uma classe proletária e onde todos podem enriquecer pelo trabalho.” (“Atas da Câmara”, correio de São Carlos, 09/04/1920). (Truzzi, 1985: 99)

Com relação aos empregados da Companhia Paulista, os ferroviários da cidade, categoria com um histórico expressivo de organização e de lutas, fundaram em 1904, a Sociedade Protetora das Famílias dos Empregados da Companhia Paulista e a Cooperativa dos Empregados da Estrada de Ferro. (Devescovi, 1987:63)

No período de 1930 a 1945 (Zanardi, 2000:20-21) existiam em São Carlos aproximadamente sete associações de classe, das quais merecem destaque: Sindicato dos Operários Ferroviários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro; Sindicato dos Empregados do Comércio, Indústria e Lavoura; Sindicato dos Operários em Fiação Tecelagem São Carlos. No entanto, apesar da presença destas associações não há registro de que elas tenham tido uma atuação política intensa capaz de influenciar a vida política do município no que diz respeito aos interesses da classe trabalhadora.

2- A indústria e a classe operária

Se pensarmos que a presença da atividade industrial esteve presente desde as primeiras décadas do século XX, ainda que no setor de atividade metal-mecânica a indústria tenha incrementado suas atividades a partir de 1940, a organização dos trabalhadores metalúrgicos em torno de um sindicato na cidade de São Carlos apenas em 1961 foi bastante tardia. Foi tardia e não menos difícil. Os trabalhadores metalúrgicos tiveram grandes dificuldades para se organizar, em especial nas suas

primeiras tentativas, em 1958. As proporções das dificuldades aumentam se considerarmos o contexto nacional em questão: este período foi marcado por um momento de “abertura” política em que a atividade sindical no Brasil se encontrava em plena efervescência.

A nítida dificuldade da organização da classe operária na cidade de São Carlos não se restringiu apenas a este momento inicial de organização dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas e nem se limitou a esta categoria, mas pode ser considerada uma constante na história das “lutas” populares desta cidade.

Em termos gerais, devemos considerar a dinâmica do poder no âmbito local como um retrato da política brasileira, e aí, o que devemos ter em mente é uma ação política moldada por práticas elitistas, clientelistas, autoritárias e, assim, extremamente, excludentes. A maior parte da população, principalmente, a mais desprivilegiada e carente, é excluída da efetiva participação política e de processos que conduzam a cidadania, aqui entendida como a garantia dos direitos econômicos, sociais e políticos.

A análise de Chauí (1996:53-58) oferece alguns pontos que ajudam na compreensão do autoritarismo impresso nas relações sociais e políticas brasileiras, e como estas heranças dificultam a construção da cidadania. Segundo a autora, a sociedade brasileira pode ser considerada autoritária porque conserva a cidadania como privilégio de classe: os benefícios sociais não são direitos, mas são como se fossem “concessões” da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser retirada quando os dominantes assim o decidem; as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são transformadas em desigualdades, e estas, em relação de hierarquia, mando e obediência; as relações sociais tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo da violência simbólica a regra de vida social e cultural; é uma sociedade na qual a esfera pública nunca chega a constituir-se como pública, definidas sempre e imediatamente pelas exigências do espaço privado, de sorte que a vontade e o arbítrio são as marcas do governo e das instituições ‘públicas’; é uma sociedade que não pode tolerar a manifestação

explícita das contradições, justamente porque leva as divisões e as desigualdades sociais ao limite; é uma sociedade onde a classe dominante exorciza o horror às contradições produzindo uma ideologia da não divisão e da união nacional.

Mesmo considerando estes contornos mais gerais do cenário nacional, e mesmo enxergando em fatos concretos estas marcas autoritárias, é necessário considerar as particularidades que adquire a política em São Carlos.

O mais intrigante em São Carlos, o que talvez seja a sua característica peculiar é, que tendo como perspectiva uma análise sob o binômio tradicional-moderno, São Carlos, por ser considerada de longa data uma cidade industrial, deveria ser palco de relações sociais mais modernas, uma vez que contém as relações sociais capitalistas mais desenvolvidas, e, portanto, relações sociais menos arraigadas em padrões tradicionais.

O que se observa, no entanto, é um outro padrão de relações sociais. Apesar de toda a “modernidade” expressa no grande contingente operário, na presença de duas grandes universidades públicas reconhecidas, muitas vezes lembrada por ser pólo de alta tecnologia, São Carlos, possui um perfil altamente conservador, autoritário, paternalista expresso na dificuldade de organização e articulação enfrentados por seus movimentos sociais e populares.

Esta constatação nos leva à hipótese de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se engendrou novas formas de produção e relacionamento social, incorporou de maneira bastante acentuada outras tantas formas tradicionais que sobreviveram se re-elaborando e se re-adaptando às novas condições geradas a partir do desenvolvimento capitalista. Moderno e tradicional se confundem em um mesmo cenário, e nos coloca a necessidade de entender como se deu a configuração destas relações que resistem e moldam as práticas sociais presentes ainda nos dias de hoje.

Assim, a política desenvolvida no município por sua classe dominante, quer por representantes políticos dos setores agrário e exportador ou mais tarde, por

representantes políticos de setores ligados a indústria, sempre foi feita nos moldes de uma política autoritária e conservadora, paternalista e clientelista. Esta forma de política, em São Carlos, é expressa nas várias dimensões da vida da cidade, muitas vezes pelo perfil conservador do posicionamento político expresso no comportamento eleitoral da cidade, ou pelo controle das autoridades dos movimentos populares, pela forma em que muitas políticas sociais são realizadas e até por fatos inusitados da política local.

Ainda podemos perceber os efeitos desta compreensão de política observando o atraso, ou melhor, a dificuldade na organização dos movimentos populares que não conseguem unir suas reivindicações em demandas coletivas, em movimentos organizados.¹⁰ Enfim, as pessoas encontram dificuldades de transpor o nível particular e individual dos problemas enfrentados no dia-a-dia, para organizar tais problemas em reivindicações coletivas, que expressam a dificuldade de se identificarem e construir redes de solidariedade e reciprocidade.

Recorremos a alguns exemplos presentes em diversos estudos e mais ainda em alguns fatos que são, recorrentemente, utilizados para ilustrar um pouco o perfil conservador e autoritários que acabamos de mencionar.

No estudo realizado por Leite (2000, 59-60), sobre partidos e organizações políticas em São Carlos de 1964 a 1979, a autora observa que São Carlos, mesmo antes de 1964, sempre teve uma posição, dentro do comportamento eleitoral, de centro-direita, não tendo demonstrado, em nenhuma eleição, um comportamento voltado para os partidos mais progressistas. Isto se torna relevante se observarmos o fato de que, mesmo existindo um grande número de trabalhadores ligados à indústria, um grande número de operários, não existiu ao longo da história do município um partido de esquerda que pudesse agregar esses operários.

¹⁰ Isto pudemos notar, ao longo da pesquisa realizada para esta tese, assim como, pela experiência, ao longo de sete anos de trabalho social com os moradores de um dos bolsões de pobreza mais antigos da periferia de São Carlos.

A autora ainda mostra um fato interessante sobre o comportamento eleitoral predominantemente conservador da cidade:

“Para se ter uma idéia da fraqueza da esquerda e da força da direita na cidade basta lembrar as mencionadas eleições para o executivo federal (eleições presidenciais de 1945). A menor votação do PCB no estado de São Paulo foi em São Carlos, onde a legenda obteve 4,1% dos votos, quando a média obtida no interior foi de 8% e na capital chegou a 25,7%. Já nas eleições à presidência, em 1955, Plínio Salgado, do Partido de Representação Popular (PRP), que agrupava os integralistas, obteve em São Carlos 19,2%, o maior índice de votos no estado de São Paulo, pois em todo o interior o PRP obteve 10,7% e na capital apenas 4,4%.” (Leite, 2000: 59.)

Para além do comportamento eleitoral, o estudo acima mostra que, ao analisar a trajetória política de São Carlos e a política recente¹¹, não se consegue identificar momentos de ruptura com a política passada.

Segundo Leite (2000:62) ainda hoje (1994)¹² há uma política personalista, em que os apelos populistas têm mais força do que os apelos ideológicos. Nem mesmo na época da abertura democrática, cessado o regime militar, São Carlos rompeu com sua tradicional posição política (centro-direita). Os quadros políticos são os mesmos e quando desponta um novo nome, este quase sempre tem ligações com personalidades anteriores.

Esta visão é compartilhada por um estudo mais recente realizado por Oliveira (1998). A autora destacou que em São Carlos, a abertura política pós-ditadura militar e o restabelecimento do pluripartidarismo em 1982, embora tivessem criado uma

¹¹ Ano de referência 1994.

¹²Época em que foi realizada a pesquisa “Partidos e Organizações Políticas no Município de São Carlos”. (1964-1979)

nova dinâmica no município com o surgimento de novos nomes na política são-carlense, não significaram uma ruptura com as antigas lideranças. Segundo Oliveira:

“(...) a partir da história política de São Carlos observamos uma espécie de continuísmo político. Um continuísmo não de indivíduos ou de partidos, mas sim de grupos políticos que estão no poder há muito tempo e que se revezam, fazendo composições entre si para evitar que novas lideranças se formem” (Oliveira, 1998:10, apud Laisner 1999:59)

O mais importante a ressaltar é que por detrás deste continuísmo político de pessoas e grupos, há um continuísmo das práticas políticas marcadas, como já ressaltamos, autoritárias, paternalistas, clientelistas que acabam por dificultar a organização da sociedade civil, enfraquecendo sua atuação.

No entanto, segundo Oliveira (2000:121) a partir do final da década de 1970 começa-se a perceber em São Carlos uma movimentação da sociedade civil em torno da organização de grupo que se articulam sobre as questões de meio-ambiente, identidade negra e da mulher. Nos anos noventa percebe-se a articulação de moradores em torno das associações de bairro que reivindicam infra-estrutura urbana adequada, e também nos anos de 1990 articulam-se os Conselhos Municipais instituídos pela Constituição de 1988 que garantem a participação da sociedade civil organizada na gestão da administração pública. Estes Conselhos, apesar de passarem por um conflituoso processo de implantação, tanto por despreparo da sociedade civil, quanto por resistência das forças políticas locais, encontram seu espaço para elaborar suas demandas, ainda que tenham que se esforçar muito para superar seus problemas de estrutura e funcionamento

Como afirma Laisner (1999:59-60), este esforço em organizar-se, em articular-se, mostra antes de tudo que, mesmo convivendo em meio a conflitos e

práticas clientelistas, a sociedade civil em São Carlos estabelece seu movimento. Além disso, a autora ressalta que, o resultado das duas últimas eleições para prefeito têm mostrado que o perfil notoriamente de direita em pleitos eleitorais, está se alterando por conta de uma votação expressiva na esquerda, nunca vista na cidade.¹³

Este mesmo movimento de articulação da sociedade civil considerado por Laisner nos anos noventa, pode ser constatado na atuação dos trabalhadores metalúrgicos em São Carlos em toda a década de 1960, principalmente, no esforço de se organizarem em torno de um sindicato.

É necessário considerar, evidentemente, o contexto diverso, uma outra conjuntura e mesmo a natureza diferente dos conflitos sobre os quais nesta ocasião a sociedade civil tentou se articular. Mas, o que devemos ressaltar, é que a possibilidade da construção de movimentos e lutas populares reside exatamente nos interstícios criados pelas contradições implícitas nas relações sociais, mesmo sendo estas extremamente autoritárias, e portanto, oferecendo dificuldades para estes movimentos se imporem e se firmarem como atores legítimos na cena política.

Um outro ponto que pode ser considerado para tentar compor o perfil da classe trabalhadora em São Carlos está presente no próprio desenvolvimento da indústria na cidade. No estudo que Truzzi (1985) realiza sobre o café e a indústria no interior paulista, na parte em que discute a questão do imigrante como protagonista principal da atividade industrial estabelecida em São Carlos, ao caracterizar a emergência deste novo grupo social bem sucedido discute o que faziam antes da indústria; origem social; de que formas conseguiam reunir trunfos que os credenciasse a exercer esta nova atividade. O autor oferece importantes aspectos para a análise da constituição da classe trabalhadora em São Carlos.

¹³ Na eleição de 1997 a candidata do PT Silvana Donati obteve votação sem precedentes em um candidato da esquerda na cidade, e em 1999, o PT/PCdoB com Newton Lima como candidato conseguiu a prefeitura. No ano e 2004, Newton Lima conseguiu se reeleger, mas desta vez em aliança com os vários partidos PMDB, PTB, PL que em outras palavras representam velhos herdeiros da política local.

O primeiro ponto diz respeito a que, na ausência quase completa de um quadro de cidadãos paulistas com um estilo de vida urbano, foram os imigrantes os que mais se aproveitaram das oportunidades oferecidas pela dinâmica do café à industrialização. Os migrantes não tinham que rivalizar com nenhum outro grupo social detentor de alguma influência ou habilidade suficiente para deslocá-los das atividades comerciais e industriais. Talvez a mais evidente destas vantagens fosse o conhecimento de alguma habilidade profissional adquirida na pátria de origem. (idem:211-213)

Um segundo fator que Truzzi coloca e que parece ser relevante para a análise aqui proposta é a criação entre os imigrantes de uma rede muito forte de relações sociais estabelecidos por laços de parentesco e/ou pela nacionalidade: (idem:214-215)

“(...) Outra condição que favoreceu alguns imigrantes (...) foi a acolhida por parentes já estabelecidos. (...) Não havendo laço de parentesco, a solidariedade fundada na etnia ou região de origem comum passava a prevalecer. O próprio Giometti, após ter peregrinado por várias cidades de São Paulo, resolve estabelecer-se em São Carlos porque encontrou nesta região uma numerosa colônia de toscanos, compatriotas seus.”(Truzzi, 1985:215)

Como aponta Truzzi, é difícil superestimar a influência destes laços de origem comuns como elementos determinantes de trajetórias entre imigrantes, mas, desta coesão se beneficiaram também aqueles imigrantes bem sucedidos em seus negócios.

“Depois de prósperos, Facchina e Giometti, no tempo em que eram sócios, costumavam ir buscar pessoalmente gente de confiança

(às vezes parentes) em suas regiões natais para emprega-las em suas fábricas. Há quem conte que pretos e mulatos não se empregavam lá, os trabalhadores eram recrutados na comunidade italiana e todas as posições chaves, eram preferencialmente ocupadas por parentes. Muitos imigrantes devem ter se valido da construção de redes de confiança entre compatriotas. (idem; 215-216)

Um terceiro ponto levantado pelo autor diz respeito as formas particulares com que as empresas capitaneadas pelos imigrantes se estruturaram. O controle da propriedade se restringia a grupos familiares, em outras palavras, isto significa dizer que, além das decisões fundamentais quanto a novos investimentos, os membros da família dos proprietários destas empresas, que poderíamos chamar de clônicas, exerceram intensa atividade administrativa, assim temos a incorporação do trabalho familiar no negócio. A esposa, os filhos ou mesmo em alguns casos parentes exteriores ao primeiro círculo familiar representavam a estabilidade inicial a partir do qual o imigrante buscava expandir sua empresa. (idem:232-233).

Ainda, as atividades destas indústrias muitas vezes eram desenvolvidas no mesmo local onde residiam:

“Residir no mesmo local onde se trabalho é sintoma de outro atributo da mentalidade dos empresários imigrantes bem mais importantes. (...) excessos de controle pessoal e direto e à difícil delegação de autoridade normalmente presentes nestas empresas. Cuidar de tudo, desde decisões cruciais para a firma até os mais ínfimos detalhes do cotidiano da empresa, tudo é assunto e motivo para uma cerrada supervisão sob os “olhares do dono” ou de seu representante do interior do círculo familiar. (Truzzi, 1985:236)

A fragilidade inicial, as inseguranças e as precárias condições da configuração da indústria fizeram com que os imigrantes recrutassem preferencialmente pessoas que se destacassem mais por sua confiança, lealdade e dedicação do que por seus méritos técnicos. Assim, o estilo de gestão se definiu por contatos e relações extremamente pessoais e emocionais, o que acabou por inviabilizar a administração entendida como controle e formas de processos que ocorrem na empresa dificultando o entendimento da firma via uma concepção técnico-racional do trabalho e do mercado onde ela insere.(idem:237)

No entanto, para além das opções de organização técnica de dentro da fábrica que definiram o perfil da gestão empresarial adotada, as características salientadas acima influenciaram inclusive no recrutamento da força de trabalho, dos trabalhadores que muitas vezes foram contratados não por competências técnicas mas, a partir de critérios de confiança e lealdade. Esta particularidade pode ter contribuído de um lado, pelo atraso no desenvolvimento das relações entre capital e trabalho, principalmente no que diz respeito à formalidade e efetivação da lei trabalhista (CLT); por outro lado pode ter contribuído para a debilidade e fraqueza da organização dos trabalhadores em sindicatos ou em outras instituições. Isto se evidencia na década de 1960. Apesar de São Carlos possuir um número considerável de operários, seus trabalhadores tinham poucas experiências de luta e também poucas conquistas.

Este trecho colhido por Truzzi, é bastante interessante:

“É ilustrativa desta capacidade de fazer da fábrica uma família, a postura mantida na relação estreita com os operários. Fehr levava o abono de Natal pessoalmente na casa de seus operários, Censoni promovia piqueniques coletivos com seus empregados e os descendentes de Zoppellari ainda hoje se gabam de tais vínculos: ‘São poucos e conheço a vida de cada um deles. Bebemos juntos. Eu me

meto na vida deles, eles na minha e até trocamos alguns palavrões' (idem:238)".

Podemos encontrar também na imprensa outro trecho bastante elucidativo sobre a questão discutida e que nos leva a reforçar a hipótese de como foram gerados mecanismos de controle através da ideologia do "congraçamento entre as classes sociais" e como isto limitou as experiências de lutas da classe trabalhadora de São Carlos. Um ano após a decretação do Estado Novo, em São Carlos, aquelas tantas inquietações com o operariado já eram coisas que pertenciam ao passado. Um cronista local observava entusiasmado:

"Já vão longe aqueles dias em que nossa população não compreendendo o quanto se deve a essa massa produtora, interpretava a palavra sindicato" como um núcleo de terríveis anarquistas. O operariado encontra hoje aqui um ambiente acolhedor e, amparado por uma organização modelar, que constitui um dos melhores frutos da política social do atual governo, será sempre para a nossa terra um fator de ordem e progresso."(Correio de São Carlos, São Carlos, 17/9/1938 – Truzzi, 1985:101; Devescovi, 1987:94)

O problema aqui não é o fato em si, as relações podem ser amarradas por inúmeros laços legítimos de proximidade tendo como resultado uma convivência estreita entre patrões e empregados fora das relações essencialmente de trabalho. O problema está no fato do modo como se dão estas relações que muitas vezes mascaram as assimetrias de poder e acabam por deslegitimar os conflitos, os confrontos, os diferentes interesses implícitos na relação entre empregado/empregador. As questões são revestidas por estes laços pessoais, privados e são despolitizadas, e assim, revelam a sua essência: laços autoritários que engessam a ação, a articulação, a reivindicação.

O que se pode perceber é que a relação entre patrões e empregados foi moldada no velho paternalismo tantas vezes utilizado com fins de manipulação. Por um lado, o favor concedido e de outro lado o favor recebido, acabou por tornar qualquer reivindicação por melhores condições de trabalho como ingratidão. A discordância, o conflito, a crise são vistos como algo perigoso, como subversão da ordem, como ameaça a paz social, são deslegitimados e assim não devem se manifestar, devem ser reprimidos, abafados.

Esta não foi, de maneira alguma, uma característica particular de São Carlos, mas em alguns aspectos, podemos perceber que recebeu um matiz mais forte. E neste sentido, podemos até colocar como hipótese, como estas mesmas nuances autoritárias contribuíram para moldar inclusive as relações entre os trabalhadores metalúrgicos no processo de organização do sindicato.

O interessante a se notar é que a indústria (Indústria Pereira Lopes – IPL) a partir da qual será central na articulação da organização metalúrgica na década de 1960, pertence a uma trajetória empresarial bastante particular, que difere, por exemplo, daquelas indústrias analisadas a partir do desenvolvimento da indústria cafeeira. Ainda que se note uma ruptura a partir da trajetória empresarial, nota-se uma continuidade no que diz respeito ao padrão precário das relações entre o capital e trabalho.

No entanto, para melhor sublinhar a cultura empresarial é imprescindível descrever a trajetória pessoal e a ascensão econômica e política de Ernesto Pereira Lopes, dono das empresas Pereira Lopes. Isto porque ilustra o modo como se balizaram as relações entre capital e trabalho na cidade de São Carlos. A Indústria Pereira Lopes é central também na compreensão da articulação inicial do Sindicato dos Metalúrgicos.

Ernesto Pereira Lopes era filho de um português gerente de uma casa comercial de porte razoável em São Paulo, onde nasceu em 1905. Até 1929, lá residiu e se ocupou de seus estudos: primário na Escola Modelo Caetano de Campos,

secundário no Ginásio do Estado, e o curso universitário de medicina na Escola Paulista de Medicina. Em fins da década de vinte, iniciou sua vida profissional instalando um consultório médico na cidade de São Carlos por intermédio de amigos (filhos de fazendeiros) que com ele haviam estudado na capital. Após ter participado, como primeiro tenente de infantaria na Campanha Constitucionalista de 1932, iniciou suas atividades políticas elegendo-se vereador e presidente da Câmara Municipal de São Carlos, pela legenda do Partido Democrático, em 1935. Com o Estado Novo, retirou-se temporariamente da cena política e em 1940 transferiu seu consultório médico para a cidade de São Paulo, ao mesmo tempo em que assumiu o magistério da cadeira de Clínica Médica na faculdade onde se formou. Em 1942 fundou na capital, em sociedade com os três irmãos e outros sócios, as Indústrias Pereira Lopes (IPL). Três anos depois, a IPL abandonou a linha de motores elétricos e passou a fabricar fogões elétricos e a gás, transferindo suas instalações para São Carlos. Simultaneamente Pereira Lopes retornou a suas atividades políticas. Filiado à sigla udenista, elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte de São Paulo, em janeiro de 1947. Durante este mandato, fez carreira em seu partido, ocupando os postos de líder da bancada, secretário (1948) e presidente (1951) do Diretório estadual. Finalmente, em 1951 obtém o primeiro dos cinco mandatos que exerceria na Câmara dos Deputados. (Truzzi, 1985: 251- 252)

Alguns dados apontam o quanto pôde beneficiar-se sua empresa de seus trunfos políticos. Em 1950, a IPL empregava ao todo 55 funcionários, entre operários e pessoal administrativo. Em 1951, pouco antes de eleger-se deputado federal, sua empresa começou a fabricação de geladeiras e no ano seguinte transformou-se em empresa de capital aberto (sociedade anônima). Em 1955, a IPL podia contar com 650 funcionários e estava apta a produzir quase um quarto das geladeiras fabricadas no país.(idem:254)

A trajetória de Pereira Lopes mostra como interesses políticos e econômicos se misturam, se barganham, confundem e como, ao longo de nossa história social, são abundantes os exemplos em que nossas "elites" dirigentes utilizam-se da tutela e de

cooptação para a reprodução de um padrão de dominação: evidencia-se o abuso do poder econômico no jogo das campanhas políticas eleitorais.

Um fato bastante conhecido na cidade envolveu a figura de Ernesto Pereira Lopes e sua campanha para eleger-se deputado federal, em 1950. Segundo consta, o candidato fazia comícios em uma das praças principais de São Carlos onde se apinhavam multidões para ouvi-lo. Todos levavam o título de eleitor, entregavam-no palanque e, de acordo com o número do título, eram sorteadas ao final do comício geladeiras fabricadas pela IPL. É fácil imaginar o que um refrigerador doméstico significava no início dos anos 50. (idem:253)

No trabalho de Loffredo (2000), a autora cita uma reportagem com o título: "Aprenda a votar", mas que na realidade é um libelo das práticas coronelistas que resistiram e que resistem até hoje mesmo com certa roupagem moderna, na compra do voto. O conteúdo do folheto dizia:

"O grande concurso das indústrias Pereira Lopes Ltda,

Retire seu cartão até 30 de setembro!

Ganhe os seguintes prêmios:

**12 refrigeradores domésticos "Champion" de 7 pés cúbicos
Cr\$168.000,00**

10 super congeladores Cr\$180.000,00

25 fogões "Kitchinettes" Cr\$ 25.000,00

No total Cr\$373.000,00

1- Este concurso será efetuado se o Dr. Enersto Pereira Lopes, candidato a Deputado Federal, obtiver no município de são Carlos, no mínimo 6.000 (seis mil) votos válidos; a votação total será proclamada oficialmente pelo M. Dr. Juiz de Direito da Comarca.

2- O sorteio será realizado na Praça Coronel Salles, às 20 horas do dia 08/10/1950, com a fiscalização do público e de autoridades.

- 3- Só receberão os brindes, as pessoas que premiadas, apresentarem pelo menos o título de eleitor. O prazo para a retirada dos prêmios será de 8 dias. Os resultados serão publicados pela imprensa.**
- 4- Os cupons poderão ser retirados até o dia 30 de setembro, mediante a apresentação do título de eleitor. Não é necessário que o eleitor compareça em pessoa para receber o cupon, basta a apresentação do título por qualquer pessoa.**
- 5- Só poderão concorrer os eleitores que tiverem comparecido às urnas no dia 03/10/1950, cumprindo assim o seu dever cívico.” (Correio de São Carlos de 26/09/1950; apud Loffredo, 2000;20-21)**

Dias antes no jornal o Correio de São Carlos manifestava-se assim diante da iniciativa dos Pereira Lopes:

“Não conhecemos na história da política, do comércio ou educacional, gesto mais digno de aplauso qual seja o das Indústrias Pereira Lopes,, lançado em programa inédito de rádio auditório iniciado anteontem através da Radio São Carlos.

O interessantíssimo programa cívico ‘Aprenda a Votar’, constitui uma inovação no gênero do divertimento público, ao mesmo tempo de alto valor patriótico, tratando-se de uma preparação do eleitor para a votação coincidente dentro de uma verdadeira democracia.

(...) O programa que está sendo levado a efeito na Rádio São Carlos, diariamente (...) atrai uma verdadeira multidão de populares constituída de pessoas adultas, que lotam completamente seu auditório(...)” (Correio de São Carlos 14/09/1950)

E ainda, no encerramento do “grande programa cívico-educativo inédito em todo o país”, o Correio de São Carlos destacava:

“(...) Juntamente com o encerramento desta festa cívica foi encerrada a campanha eleitoral da UDN local, que contou com o comparecimento do deputado dr. Ernesto Pereira Lopes”.

(...) Conforme foi anunciado, essa organização num gesto de gratidão e em homenagem ao eleitorado são-carlense, caso o dr. Ernesto P. Lopes obtiver (sic) no município de São Carlos no mínimo de 6.000 votos válidos, distribuirão (sic): 12 refrigeradores domésticos (...), 10 supercongeladores e 25 fogões (...).”

E,

Trarão ainda um grande show, a ser realizado na Praça Coronel Salles, uma caravana de artistas da rádio carioca e farão exhibir-se (...) as grandes lutadoras que ora extreiam pela primeira vez na América do Sul, em São Paulo, sendo, São Carlos a segunda cidade do Brasil a receber a visita das “Mulheres em Luta Livre”. (Correio de São Carlos 03/10/1950)¹⁴

Em uma sociedade marcada por uma política autoritária de grande controle social e com uma classe trabalhadora sem grande história de luta, a década de 60 se transformaria em um momento de especial articulação entre os operários. Ainda que interrompida pelo golpe militar, pode-se dizer que houve uma intensa movimentação entre os trabalhadores vinculado ao recente Sindicato dos Metalúrgicos.

¹⁴ Não se pode dizer que o programa “Aprenda a votar” , iniciativa tão cívica e democrática, não conseguiu atingir seus objetivos. O candidato a deputado federal da UDN, dr. Ernesto P. Lopes, recebeu 3.907 votos (Jornal Correio de São Carlos, 05/10/1950), ficando um pouco longe da meta estabelecida (6.000 votos), ainda que isto tenha custado para a cidade de São Carlos perder a marca de 2ª. cidade do Brasil a receber a visita das “Mulheres em Luta Livre”.

4- A ação metalúrgica nascida

“nos porões” da Catedral

No início dos anos de 1960 sobre a Indústria Pereira Lopes (IPL) incidiam quase que a totalidade das queixas dos trabalhadores metalúrgicos. Este descontentamento generalizado catalisava os interesses dos trabalhadores colocando os mesmos a necessidade de se organizar em torno de uma associação. Eles reclamavam que possuíam horário de entrada no serviço, mas não o de saída, que chegavam a fazer de 7 a 8 horas extras no dia; que tinham horário para ir ao banheiro e para tomar água, que até mesmo já haviam encontrado cadeados na torneira, que as leis de segurança não eram respeitadas, como é o caso da seção de lã de vidro (ocorriam óbitos) e que o almoço era feito ao lado das máquinas. (Loffredo, 2000:41; Paino, 2002:48-49, Jornal Última Hora: 04/07/1961 05/09/1961).

Por meio destes depoimentos podemos perceber quais eram as reclamações mais freqüentes:

“(...) Não tinha hora, era quanto a senhora agüentasse. A senhora podia trabalhar dez horas por dia, que trabalhar mais cinco? Fica.” (JR, trabalhador das Indústrias Pereira Lopes)¹⁵

“(...) quarta-feira, todo mundo de barba feita, quem não tivesse feito a barba não entrava em serviço”. (GN, trabalhador das Indústrias Pereira Lopes).¹⁶

“(...) pra ir no banheiro tinha hora certa(...)fora desse horário você perdia meia hora. Tinha que ir com o chefe, pegar uma autorização para ir no banheiro”. (idem)¹⁷

¹⁵ Depoimento coletado por LOFREDO:2000.

¹⁶ idem

“(...) Teve uma época que eles colocaram também cadeado na torneira pra não beber água, só no horário certo, normal”. (idem)¹⁸

“(...) lá dentro era vinte minutos. Tinha que jantar, tinha que ir ao banheiro e voltar.” (idem)¹⁹

“(...) Sabia que no começo da firma os operários eram revistados na saída. Todo dia tinha revista... Na hora do almoço e à tarde. Formava aquela fila e daí você sabe... um regime déspota(...)”. (SM, trabalhador metalúrgico Prominas)

“(...) Eu entrei no Pereira Lopes eu tinha 19 anos (1945) quando ele fazia motor. Quando ele começou a indústria dele, fazia motor(...). No Pereira Lopes se você ia beber água tinha que pegar um cartãozinho. Então estava marcado ali o máximo que você podia ficar e voltar, era mais ou menos uns três minutos só.

(...) Naquele tempo ali eles fizeram um poço para a indústria, naquele poço tinha torneira.(...) E ali se o chefe pegava um bebendo água, ah! Mandava lá para cima e pegava três, quatro dias de gancho. Então ali a gente pasava até sede(...)

(...) Depois outra, quando nós saía tinha que passar na portaria, um corredor, para sair na porta era revistado.(PN, trabalhador metalúrgico das Indústrias Pereira Lopes)

¹⁷ idem

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem

“(...) Havia muita coisa errada nas indústrias, não havia refeitório, assistência média, respeito à jornada de trabalho, pagamento das horas extras, e, limite para o trabalho também. O trabalhador que trabalha 14, 15, 16 horas por dia fica doente. Eles não davam macacão especial, não davam luva, na pintura não davam máscara, jato de areia também precisava de uma máscara especial e não tinha (...)”. (BJG, trabalhador metalúrgico da Prominas)

Se tais arbitrariedades estavam presentes em São Carlos nos anos 60, e se a CLT em 1943 já regulava todos estes problemas, podemos ver o tamanho do atraso em que se moldavam as relações entre capital e trabalho. Em um outro depoimento colhido entre os trabalhadores que organizaram a ação sindical na década de 1960, notamos que apesar de quase todas as reclamações centraram-se na IPL, precariedade na hora de enfrentar a negociação salarial era fato comum presente na maioria das indústrias metalúrgicas.

“(...) também não obedeciam quando tinham os aumentos dos metalúrgicos. As indústrias aqui não obedeciam ao índice negociado, pagavam o quanto eles queriam.”

(...) Naquele tempo eles (os patrões) não aceitavam a formação do sindicato, havia pressão, pressão por conta dos interesses dos patrões, porque eles sabiam que a hora que (os trabalhadores) se organizasse em sindicato eles teriam que obedecer a convênios, reajustes salariais, isso aí doía, né?”(BJG, Trabalhador metalúrgico da Prominas)

Assim, a categoria dos metalúrgicos chegara a essa época sem uma ação política organizada de defesa de seus interesses e, também sem um espaço político onde suas reivindicações pudessem ser transformadas em demandas políticas.

O espaço que se abre para que os trabalhadores depositarem suas queixas vai ser o espaço da Igreja, com a ajuda do cônego Antonio Tombolato.

O cônego Antônio Tombolato chegou a São Carlos em outubro de 1960 para liderar a Polícia Mirim (trabalho desenvolvidos com crianças carentes) e, mais tarde, para acompanhar as atividades da Juventude Operária Católica, a conhecida JOC:

Eu vim para cá também com esse intuito de trabalhar com jovens. Naquela época (...) estavam estudando criar a Polícia Mirim em São Carlos. (...) Depois comecei outra série de atividade com os jovens aqui em São Carlos: com a Juventude Operária Católica, com a Juventude estudantil Católica, e mesmo com a Juventude Universitária Católica. Mas quando comecei a trabalhar com essa JOC eu fiquei conhecendo os problemas que haviam nas indústrias aqui de São Carlos. problemas terríveis naquela época, né? (padre Tombolato – Entrevista de 31/08/2001)

“(...) foi aí dentro desse grupo de jovens onde eles podiam colocar os problemas de trabalho é que fiquei conhecendo o grande problema que existia nas indústrias de São Carlos (...) uma espécie de ditadura, então eu achava que o único meio para eles, os operários, se defenderem seria a fundação de uma organização deles, os operários mesmo se defenderem, porque não tinha outro jeito, a gente de fora defender operário não dava”.(padre Tombolato, 09/02/2000, entrevista concedida Lofreto, 2000).

Foi ainda por meio da JOC que o padre tomou conhecimento de que um grupo de operários metalúrgico de São Carlos tentou fundar uma associação profissional na cidade de Ibaté por volta de 1958. Neste grupo de trabalhadores havia operários das Indústrias Pereira Lopes. Quando, porém, os diretores da indústria tomaram conhecimento de tal iniciativa demitiram todos e a idéia de fundar uma associação

acabou morrendo. Foi então que padre Tombolato resolveu apoiar e fomentar a criação da Associação dos Metalúrgicos em São Carlos a partir dos quadros da JOC. (Loffredo 2000:30). Diz pe. Tombolato:

“(...) Eu fiquei sabendo que tinha um grupo já interessado em formar isso, e nem quiseram se reunir aqui pra não ficar conhecido! Foram se reunir em Ibaté! Entre os quais tinha gente lá do Pereira Lopes. Eles descobriram, mandaram todos embora, e a idéia morreu(...)”. (Entrevista com padre. Tombolato 31/08/2001)

Cabe neste momento traçar um pouco como foi a atuação da Igreja Católica junto aos operários, por meio da Juventude Operária Católica – JOC. Para isto é necessário distinguir três níveis institucionais que abarcam o espaço social da igreja: o mundo clerical, as obras eclesiais e o mundo leigo. A JOC faz parte da dimensão leiga da Igreja Católica, de católicos leigos organizados em movimentos ou entidades dependentes da orientação da hierarquia eclesial, que entre as décadas de 50 e 60 tiveram uma grande influência e atuação no espaço católico.

A JOC, e as outras expressões deste movimento (Juventude Agrária Católica, Juventude Universitária Católica, Juventude Estudantil Católica e Juventude Independente Católica) estava ligada à Ação Católica e se organizaram oficialmente entre as décadas 40 e 50, ao lado de outros movimentos católicos de vertente conservadora como os Círculos Operários tendo uma ampla atuação nos meios juvenis, quer na mobilização quer na participação social e política, nos vários setores da sociedade brasileira até 1964.

A proposta da JOC nasceu na Bélgica, em 1925, obra do sacerdote Leon Joseph Cardijn e foi reconhecida pela Igreja de Roma, pela UNESCO e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A estratégia da JOC era a ação em harmonia com os demais movimentos católicos que atuavam no mesmo campo

pastoral. As lideranças jocistas procuravam no seu apostolado aliar-se aos movimentos leigos que militassem no mundo operário. (Manfred, 1996:95)

No Brasil, os jocistas na década de 1960 passaram a se envolver com maior intensidade numa luta em defesa de interesses econômicos, sócio-culturais e políticos dos operários. Segundo Manfredi (1996:97), duas características básicas contribuíram para garantir seu enraizamento e a aceitação do seu ideário: a forma de organização e o método de apostolado empregado.

A JOC era dividida por seções locais, que eram constituídas por um grupo de operários reunidos por um militante no local de trabalho ou no bairro; as seções eram à base do jocismo, onde os jovens recebiam formação e informações. Estas seções estavam ligadas à diocese, o conjunto de seções de uma diocese formava uma federação, e as várias federações formavam o Comitê Nacional da JOC, responsável pela elaboração do Programa Nacional. O objetivo da JOC era organizar a juventude trabalhadora preparando-a para que, unida, encontrasse a solução de seus problemas; pretendia ser apostólica trazendo para igreja jovens cristãos operários afastados. As reuniões eram consideradas como "autênticas" da JOC se fossem educativas, realistas e alegres. (Manfredi, 1996: 97)

No início da década de 1960, quando o debate político em torno dos problemas brasileiros aumentou, a JOC, envolvida neste clima de discussões políticas passou a participar de maneira mais direta e intensa nas organizações dos trabalhadores, como o sindicato. Nesta fase a JOC cresceu numericamente. No pós-golpe militar de 1964 a JOC se desarticulou, mas sua influência vai ser sentida na Ação Operária Católica que atua pós-golpe, como também nas diversas pastorais que nascem na década de 1970, entre elas a Pastoral Operária.

Talvez o aspecto mais conhecido da JOC seja seu método, sintetizado em três palavras: *ver, julgar e agir*. Sistematizado por Cardjin, fundador do movimento, foi colocado como proposta para descobrir as condições enfrentadas pelos operários nos diferentes locais de trabalho e meios de ação que pudessem solucioná-los. O *ver*

convidava os operários a fazer um inventário dos problemas e fatos enfrentados na vida cotidiana pelos trabalhadores, em sete áreas: pessoal, familiar, escolar, cultural, política, sócio-econômica e religiosa. O *julgar* seria um segundo nível de reflexão não mais a luz do conhecimento científico, mas, por meio de um referencial teológico cristão. O *agir* era a discussão de propostas encaminhamentos, formas de intervenção visando solucionar os problemas analisados e avaliados. Na forma de agir privilegiavam o coletivo, com atribuições de tarefas e responsabilidade, de modo a comprometer a todos nos processos subsequentes de ação coletiva.²⁰

Não há muitas informações sobre a atuação da JOC em São Carlos, mas muito provavelmente foi neste espaço da JOC e por meio da metodologia do *ver, julgar e agir* que os trabalhadores refletiam sobre suas condições e, apoiados pelo pe. Tombolato, conseguiram dar os primeiros passos rumo a sua organização. Mais tarde os metalúrgicos também receberiam o apoio e a orientação de jornalistas da cidade e da própria Federação Metalúrgica do Estado de São Paulo.

Os problemas existentes entre os trabalhadores metalúrgicos caracterizados pelo não cumprimento de uma legislação já existente, e a forma como foram impedidos de se manifestar, expressa, principalmente, no impedimento da iniciativa dos trabalhadores em se organizar, nos proporcionam uma visão da situação de extrema precariedade das condições de trabalho e do nível autoritário das relações políticas e sociais em São Carlos e do medo e insegurança dos trabalhadores em perder o trabalho

Neste sentido, o papel do padre Tombolato como sujeito articulador entre os operários e o apoio explícito à sua causa foi decisivo para que esses conseguissem se organizar em uma associação que futuramente se transformaria em sindicato. Em si esta situação é paradoxal. Percebemos que a Igreja Católica no Brasil, independente das críticas e dos diversos limites comumente apontados neste tipo de atuação, se

²⁰ No Brasil o *Método Ver, Julgar e Agir* foi recriado e reelaborado em diferentes movimentos e espaços. Na década de 1970 Jorge Boran e Frei Betto ancoraram o método ver, julgar e agir a uma fundamentação teórica mais crítica e abrangente calcada na Teologia da Libertação.

abre como um espaço na articulação de movimentos sociais. No entanto, a legitimação dos problemas operários em São Carlos efetivados somente a partir da adesão de uma autoridade, mesmo que uma autoridade eclesial, mostra-nos as reais condições que muitas vezes enfrentaram os movimentos sociais para se organizar na cidade.

Mesmo depois da articulação inicial em torno da associação os problemas não deixaram de existir. Em vários depoimentos os trabalhadores envolvidos expressam a dificuldade em arrebanhar associados. A palavra utilizada para descrever a dificuldade é medo.

"(...) Mas aí para pegar sócio era duro, né? Porque a turma tinha medo. Porque se entrava de sócio do sindicato eles mandava embora. Olha foi um sufoco! (...) quando ajustava alguém novo, já falava: 'olha, se você for ficar sócio do sindicato então não há emprego para você.(...) (PN)

Nós sofremos muita repressão das entidades patronais, não todas, principalmente destes aí (mostra com o dedo em direção à firma) a IPL.

Nós tínhamos o apoio da população(...). E, eles apoiavam, mas tinham medo. Você ia falara com eles, e eles recuavam, eles tinham medo de ser dispensado da firma, coitados, eles precisavam do emprego, né? Esta é a história, era duro para arregimentar esta turma, era duro mesmo. Algum ou outro que ia de peito aberto, a maioria não ia porque tinha medo.

Nós fazíamos panfleto, distribuíamos panfletos, conversava com os operários, tentando minorar um pouco o medo deles, mostrando a

eles a importância do sindicato. Muitos aderiam, mas muitos tinham medo. (SM)

Participar da recente associação ou até mesmo do sindicato rendeu aos trabalhadores um peso que poderíamos considerar *desmoralizante*:

“No fundo, no fundo a gente sentia sim. Acontecia que, eu sei lá, não sei se é por medo desta turma, parece que evitavam a gente, principalmente quando era metalúrgico, nos evitava. De medo que a gente fosse convidar ele para se sindicalizar. Ou que a gente era comunista. E você sabe que comunista comia criança, era gente da pior espécie. Gente com idéias esdrúxulas.” (SM- Trabalhador Metalúrgico da Prominas)

“É houve retaliação para gente. A gente era mais pressionado na indústria, era mal visto(...). A turma qualquer coisinha falava, pressionava. Eu fui dispensado na greve em 1964, praticamente eu fiquei no sindicato uns dois anos, eu fui dispensado eu fui desligado, porque eu não era mais metalúrgico, e a firma metalúrgica não contratava mais a gente mesmo, eu fui trabalhar em outro lugar. A gente ficou assim meio marginalizado as firmas não contratavam os ex-metalúrgico e eu precisei trocar de profissão. A maior indústria metalúrgica nossa era o Pereira Lopes, ele não contratava, o Giometti era bastante limitado, não tinha condições de contratar ninguém, a Sicon ainda não existia (...). (BJG – Trabalhador metalúrgico da Prominas)

No ano de 1961 o padre Tombolato foi transferido da igreja matriz da cidade e enviado para um bairro com graves problemas sociais e de violência. A visão que

ficou da história foi a de que o padre foi mandado da Catedral para a paróquia na periferia pobre da cidade por castigo²¹.

As dificuldades impostas à iniciativa dos operários de organizarem como força política para a construção de suas reivindicações colocou a necessidade para o padre e para o grupo de operários de estabelecerem estratégias para driblar as circunstâncias. Ficou resolvido então que nenhum operário das Indústrias Pereira Lopes seria envolvido na organização da Associação. Aproveitando-se da lei da estabilidade os envolvidos diretamente na composição da diretoria seriam de preferência os trabalhadores metalúrgicos com maior tempo em carteira. Duas firmas relativamente pequenas seriam as que “cederiam” o maior número de operários: a Prominas e a Giometti. Estas empresas não conseguiriam arcar com os custos da indenização, caso cogitassem a demissão dos operários por causa de seu envolvimento na organização da Associação. Em uma atitude ousada e corajosa do padre, as reuniões para esta organização ocorreriam nos porões da Catedral, lugar acima de qualquer suspeita. Os operários foram instruídos para não chegarem todos juntos e a não entrarem todos de uma vez.

Paino (2003) fala em quatro participantes das reuniões: Leonardo Pasian, Antonio Cabeça Filho, Aldo Milanetto, Manfredo Formigoni. Mas, segundo informações obtidas por meio das entrevistas com outros trabalhadores metalúrgicos da época, sabemos que das reuniões no porão da Catedral participaram quase todos os que mais tarde comporiam a diretoria da Associação fundada no dia 07/05/1961 e que receberia a carta de reconhecimento no dia 15/06/1961: Leonardo Pasian (presidente); Antonio Cabeça Filho (secretário); Aldo Milanetto (tesoureiro); Manfredo Formigoni, Salvador Manieri, e Benedito José Granja (suplentes da diretoria); Jacintho José de Assis, Aristóteles Dias Pinheiro e Euclides Nespola

²¹ Conforme o sindicato foi se consolidando, padre Tombolato foi se afastando. Há registro no jornal de uma palestra ministrada pelo padre Tombolato com o tema: “A Igreja e o Sindicato” (A Folha, São Carlos, 06/09/1966). Os trabalhadores retribuíram sua presença, principalmente, pelo apoio a creche que o padre funda no bairro de Vila Isabel. Segundo o padre, a diretoria do sindicato ajudou muito no começo, faziam campanha entre os operários para ajudar a creche.

(conselho fiscal); Paulo Coelho Amorin, João Chiva e José Cardoso (suplentes do conselho fiscal).

Os jornais assim receberam a Associação recém criada:

“Fundada em São Carlos a Associação dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico. Unida à classe (...) para levar avante a importante associação por muitas vezes diluída; (...) Apesar de pouca divulgação, a sede do sindicato foi pequena para conter o elevado número de operários da categoria, que há muito vem lutando para que seja concretizada essa velha aspiração legal da sua entidade.”

(...) Usaram da palavra Ver. Padre Tombolato que discorreu sobre o sindicalismo cristão justificando o seu apoio e do Cônego Vírgilio de Pauli ao movimento de organização da Associação dos Metalúrgicos, diz que tem plena confiança nas atividades da entidade e que não acredita que elementos dissociados dos princípios sadios para que foi criada possam desacreditá-la; tem plena convicção que a de que a categoria patronal terá na melhor compreensão o devotamento dos operários na organização da Associação, porque é justa, formada de bons elementos, que visam senão propugnar pelos legítimos interesses da classe, numa perfeita harmonia e respeito mútuo que deverá existir entre empregados e empregadores.”(Diário do Povo, São Carlos, 09/05/1961)

A articulação inicial ficou em torno do operário Leonardo Pasion, operário metalúrgico da Indústria Prominas, membro da Igreja Católica, mas sua liderança frente a recém criada Associação foi bastante breve, e ele se afastou antes mesmo de que esta última conseguisse a carta de reconhecimento que a transformaria em sindicato.

Dois meses após ser criada a associação algumas das queixas operárias já se estampavam nos jornais da época noticiando os esforços da Associação em tornar pública as condições dos trabalhadores na IPL e exigindo medidas que resolvessem a situação:

"A diretoria da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo entregará documento ao sr. Luiz Roberto Resende Puech (Delegado Regional do Trabalho), denunciando várias irregularidades que vem ocorrendo na indústria Pereira Lopes S/A em São Carlos e solicitando providências para que a legislação trabalhista seja ali respeitada. Os operários são forçados a fazer até sete horas por dia de extraordinário, em desrespeito a CLT; os dispositivos legais referentes a descanso semanal remunerado e feriados são violados; os trabalhadores ficam semanas sem descansar um dia;

Sr. Domingos Álvares: "Vamos contar ao delegado do trabalho todas as irregularidades de que temos conhecimento: péssima remuneração e do clima de coação a que os trabalhadores são submetidos. Falar em sindicato lá é proibido e pode significar demissão pura e simples'." (Última Hora, São Paulo, 04/07/1961)

No dia 08 de agosto de 1961 o jornal de São Carlos Diário do Povo noticiava que em uma Assembléia Geral Extraordinária da Associação dos Metalúrgicos realizada no Teatro São José da Radio Progresso, cerca de 500 trabalhadores decidiam pela transformação da Associação em Sindicato da categoria. A reportagem local (Diário do Povo; SC, 08/08/2004) fazia questão em destacar a perfeita organização e a ordem nos quais foram realizados os trabalhos.

A existência do sindicato era por si só uma afronta aos industriais, mesmo que na perspectiva dos trabalhadores a atuação do sindicato fosse de fazer cumprir o que estava na lei. Mas, as críticas e as denúncias de não cumprimento da lei por parte

dos trabalhadores eram entendidas pelos industriais como subversão da ordem, a quebra da harmonia. E na denúncia das irregularidades, os metalúrgicos usavam as armas que tinham: jornais, programas de rádio ao vivo com auditório lotado. Uma política desconhecida para os padrões da cidade. Como disse um dos metalúrgicos entrevistado:

“(...) entramos de sola! Entramos de sola em tudo quanto era irregularidade, mas a maioria das irregularidades que a gente encontrava eram nesta firma aqui, a IPL. Por isso nós arrumamos muitos inimigos aí dentro, mas inimigos da chefia. Ligado às entidades patronais.. (...) Não era bem a ordem que estava ameaçada era a segurança deles.” (SM, Trabalhador metalúrgico da Prominas)

No final do ano de 1961 o presidente do Centro de Ação Social, Dr. Romeu Santini, organizava uma manifestação de apreço à família Pereira Lopes:

“(...) por em relevo a necessidade de se colocar um ponto final nas emoções recentes da Família (Pereira Lopes), que atravessa períodos de magoas, em consequência de imprudentes explorações de natureza trabalhista, levados a efeitos, com segundas intenções, por desassizados elementos contrários à paz social em nossa terra, sempre ordeira e fiel aos princípios de harmonia entre as classes produtivas. (...) Um término festivo cancelaria quaisquer apreensões e ressentimentos, restabelecendo no seio dos Pereira Lopes a tranqüilidade de espírito, com a certeza que teriam de que São Carlos pelos seus melhores elementos está (...) como sempre esteve na atitude compatível com suas tradições de gratidão e reconhecimento: a atitude de solidariedade, (...) da admiração fervorosa a todos os

componentes da estirpe que só festas e aplausos pode merecer dos bons são-carlenses, em cujo corações não se aninham sentimentos subalternos.” (A Cidade - São Carlos, 22/11/1961)

Com o sindicato criado em 1962, os metalúrgicos tomam algumas iniciativas no sentido de unir a luta salarial e outras reivindicações do interior com a capital paulista.

Em 1963, o presidente dos metalúrgicos, liderança que vai se destacando entre os metalúrgicos de São Carlos, participou de vários congressos nacionais e internacionais promovidos pela Federação Internacional de Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas (FITIM); os trabalhadores continuam a reivindicar que determinações trabalhistas legais fossem cumpridas, como a construção de refeitórios na Indústria Pereira Lopes; e neste mesmo ano realizaram o I Seminário Sindical Promovido pelos Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos, o II Seminário se realizaria em 1965 e o III Seminário se realizaria em 1967; fundam a Escola Sindical Volante destinada a promover palestras de esclarecimentos sobre a previdência social e direito trabalhista aos trabalhadores.

Em fevereiro de 1964 o Sindicato construiu sede própria. Nesta época uma longa reportagem foi publicada no jornal, onde foi realizada uma espécie de retrospectiva das realizações do sindicato:

“(...) Durante esse lapso de tempo os reacionários encontraram homens decididos a levar avante seus ideais de implantação do regime de igualdade social. Foi durante esse lapso de tempo que uma sucessão de acontecimentos procurou envolver o líder que surgia espontaneamente da massa operária e que se impôs por sua coragem por sua decidida atuação(...) Surgia e se impunha o líder esperado Antonio Cabeça Filho que contando sempre com Manfredo Formigoni e

Aldo Milaneto haveria de fazer dobrar a crista dos prepotentes mesmo a despeito das ameaças e da concretização de violências(...).”.

(...) Interessante destacar a efetiva assistência que vem sendo prestada pelo Sindicato aos seus associados: assistência judicial efetiva e concreta (mais de 3000 casos foram tratados com cerca de 350 processos judiciais). Possui sede própria com gabinete dentário, salão de barbeiro, escola-corte e costura e bordado, escola de orientação sindical e preparação profissional, biblioteca, além da Escola sindical Volante, que leva a todos os bairros a mais sadia orientação. Nas visitas aos bairros tem passado filmes educativos ao ar livre e proferidas palestras interessantes. Projeta-se agora a construção de um salão de festas com dependências próprias para a instalação definitiva de cinema servindo ainda para assembléias e teatro”. (A Cidade - São Carlos – 15/02/1964)

Por meio destes trechos colhidos da extensa reportagem publicada na ocasião da inauguração da sede do Sindicato dos Metalúrgicos podemos verificar dois traços que expressaram “o modo de ser” da prática sindical que se delinearia no sindicalismo em São Carlos.

Primeiro, um sindicalismo totalmente voltado para ações institucionais, burocráticas e de prestação de serviços e, portanto, longe de movimentos sociais e populares. Muito diferente do que a própria Federação dos Metalúrgicos de São Paulo pensava, anos antes na ocasião da fundação do sindicato em São Carlos:

“(...) Temos procurado mostrar aos trabalhadores que o sindicato não é lugar onde recebemos assistência médica, odontológica, jurídica ou qualquer outra gratuitamente; o sindicato não é um lugar que possa ser um refúgio ao qual o trabalhador procura somente na hora do perigo; sindicato não é a entidade que faz de alguns trabalhadores homens de prestígio, cobiçado pelos políticos e

profissionais da demagogia e do engano. Sindicato, para nós, a entidade de classe que deve fortificar-se cada vez mais, a fim de transformar (...) num invencível dispositivo de pressão da classe obreira. E isso requer participação na vida sindical, orientação sindical, espírito de trabalho, de renúncia, fiscalização dos dirigentes sindicais, coragem na reivindicação de direitos, honestidade de propósitos.” (Jornal O Trabalhador Metalúrgico – Órgão Oficial dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo – Agosto de 1961; artigo “Fiscalização Trabalhista é Igual a Zero: São Carlos” – Arquivo Cabeça Filho).

Segundo, a extrema personificação da liderança que desponta para guiar a massa operária desprovida de competências para determinar o próprio rumo dos acontecimentos, a própria transformação de sua realidade. Aqui percebemos, que as relações autoritárias, paternalistas que tanto chamamos atenção na constituição histórica de São Carlos, penetram também na própria constituição da liderança sindical, e moldam a ação dos líderes de forma que a ação é a do líder descolado da base que o sustenta e legitima, a ação é personificada no líder e, assim, é percebida pelos próprios trabalhadores, que base sobre a qual é legitimada esta atuação.

Nas entrevistas que realizamos com os operários que compuseram a primeira diretoria e contribuíram com os primeiros anos na ação do Sindicato dos Metalúrgicos em São Carlos, indiretamente, nenhum reconheceu a importância que teve na direção dos acontecimentos, transferindo para os líderes destacados toda a sorte de responsabilidade sobre o rumo dos acontecimentos. O reconhecimento do líder pelos trabalhadores se legitima por meio de qualidades como a coragem, o destemor, a bravura, perseverança atribuídas ao líder e que faz com que se destaque perante o grupo dos trabalhadores. O comportamento do líder vai assim, influenciar a percepção da ação personificada dos trabalhadores. Dois depoimentos mostram isto:

“(...) o CF (presidente do sindicato dos metalúrgicos), por isso ele era líder, ele falava mesmo, não tinha medo. Ele criticava violentamente por isso ele era líder, a turma queria ele, ele engrossava com os homens(...)”.

“(...) Ele (CF) Não media esforços. Ele não media esforços para sair daqui de madrugada e ir para São Paulo, era o que mais trabalhava, tanto é que em 1964 ele chegou até a ser preso, como subversivo, mas nada comprovou contra ele, porque por pressão da federação lá que a única coisa que ele era, era presidente do sindicato.” (BJG- Trabalhador metalúrgico da Prominas)

“O MF (secretário-geral) não tinha a cultura do CF (presidente), mas tinha uma coragem inigualável, ele era corajoso, o que tinha que falar falava mesmo. Eu me lembro de uma reunião que nós tivemos no antigo Cine São José, estava lotado, precisava ver quando da vez dele ocupar o microfone, era homem que não tinha medo não. De uma coragem inigualável. Um grande homem eu tenho uma grande admiração por ele.” (SM – Trabalhador Metalúrgico da Prominas)

A questão não está em reconhecer ou não a legitimidade do líder e de sua ação, a questão é a percepção equivocada de que a força vem do líder e não do conjunto dos trabalhadores. O que brota essencialmente da luta coletiva, se descola deste coletivo e se personifica no líder.

A esta percepção se aliam as questões relativas à legislação trabalhista brasileira, principalmente, no que diz respeito, ao imposto sindical compulsório e a inexistência da organização no chão da fábrica. Estes fatores contribuíram para que o sindicato e as lideranças sindicais ganhassem uma autonomia quase que completa, se distanciando cada vez mais da base que os legitimava. Percebemos, no entanto, como já mencionamos no capítulo anterior que, apesar de colocar sérias barreiras para um sindicalismo de fato ligado à base, este não foi um caminho inexorável, mas

que, o rompimento deste modelo dependeu muito, ao longo da história do sindicalismo brasileiro, das opções históricas tomadas pelos trabalhadores e seus representantes ao longo do tempo.

A 02 de março de 1964, em consonância com a resolução dos metalúrgicos de todo Estado de São Paulo, eclodiu a primeira greve sob orientação do sindicato em São Carlos:

“(...) Os metalúrgicos pleiteiam aumento geral de 120% sobre seus últimos rendimentos que foram reajustados na base de Cr\$ 31.070,00 fixando um piso de Cr\$ 34.000,00 para os cálculos de aumento. Suas reivindicações tomaram mais consistência após a decretação de novo salário mínimo em que o trabalhador comum passou a ganhar, em São Carlos Cr\$ 42.000,00(...)”.

“(...) os metalúrgicos de São Carlos resolveram entrar em greve o que fizeram a partir de hoje pela manhã, tendo alcançado pleno êxito com a paralisação quase total das indústrias metalúrgicas em nossa cidade” (A Cidade – São Carlos 02/03/1964)

Nos dias que se seguiram (03,04/03/1964) o jornal elogiou a atitude dos trabalhadores metalúrgicos que se mantiveram pacificamente retidos na sede do seu sindicato ouvindo a orientação sadia de seus líderes, e anunciou a primeira vitória dos operários obtida através da assinatura do acordo realizado entre a Indústria Cardinalli e o sindicato, e, ainda noticia:

A parede grevista permanece em nossa cidade sem alterações. Estão funcionando apenas as Indústrias Pereira Lopes (onde o aparato policial continua ostensivo, impedindo qualquer aproximação dos dirigentes sindicais). (A Cidade – São Carlos 04/03/1964.)

Percebe-se por meio dos jornais veiculados em São Carlos que a greve teve uma dupla interpretação: foi considerada uma vitória pelos metalúrgicos (*A Cidade, São Carlos, 06/03/1964*) e um fracasso pelas autoridades dirigentes (*O Correio de São Carlos, 13/03/1964*). A greve ainda resultou na dispensa de 12 funcionários grevistas dentre os quais um delegado sindical.

Em 1965, outra liderança que vinha se destacando, o senhor Manfredo Formigoni, foi eleita para exercer a função de segundo secretário pela nova diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo. Ao longo deste período foram constantes as vezes que os trabalhadores na figura de suas lideranças que começam a se destacar ganharam espaço em programas de rádio e na imprensa local, levando os conflitos trabalhistas ao público.

A ação do Sindicato e o destaque de suas lideranças se configuram como algo novo em São Carlos. Até 1968, para além do contexto nacional, avesso a qualquer organização popular, os metalúrgicos ainda tiveram fôlego para levar adiante algumas iniciativas visando à educação sindical. Neste período acontecem o II Seminário Sindical Municipal (1965), uma série de conferências no sindicato (1966) e o III Seminário Sindical (1967). Os seminários eram utilizados para preparar futuros dirigentes para o sindicato, mas, em todos estes momentos foram abordados temas como: história do sindicalismo brasileiro, definição de sindicatos, direitos e deveres do sindicato e do associado, Igreja e o sindicato, estrutura e funcionamento do sindicato, acidente no trabalho, contrato coletivo de trabalho, regulamento da previdência social.

Mas foi no ano de 1968 que a ação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos atingiu seu ápice, para em seguida apagar as luzes e sair da cena política municipal, ocupando o papel reservado pelo regime militar ao sindicato: o de ser quase uma repartição pública, marcada por atividades de rotina institucionalizada e burocrática que marcaria a atividade sindical ao longo dos anos setenta.

O ano era 1968, no dia 18 de julho o jornal a Folha em São Carlos divulgava o resultado da reunião do Conselho de Segurança Nacional que, a qualquer tentativa de retorno à atmosfera de agitação o governo não hesitará em adotar, se necessário, as medidas excepcionais prevista na Constituição. A referência era à greve dos trabalhadores em Osasco e no relatório de vários ministros, discutido pelo Conselho na referida reunião, constatava que a Nação estava tumultuada pela agitação de elementos subversivos e contra-revolucionários, para quem o objetivo imediato era promover a inquietação social e a perturbação da ordem pública para alcançar a derrubada do regime e a substituição do governo.

O clima era este. E o fato, em São Carlos, era um frigorífico (Frigorífico São Carlos do Pinhal) que em um longo processo de bancarrota financeira, há quatro meses deixava *600 famílias* sem salário. A situação precária dos trabalhadores começou a vir aos jornais por volta de julho, ocasião em que também os trabalhadores do frigorífico procuraram lideranças vinculadas ao sindicato dos Metalúrgicos.

A situação dos empregados do Frigorífico São Carlos do Pinhal continua calamitosa, com 600 famílias em estado de penúria após quatros meses de salários atrasados, sem que anuncie uma solução rápida para o problema.

(...) o presidente do sindicato dos Metalúrgicos, foi chamado pelos empregados do frigorífico para orientá-los em seus movimentos.

(...) o que ficou resolvido foi que se a solução não for dada até o próximo dia 03 de agosto no dia 06/08 os empregados do Frigorífico com suas esposas e filhos, sairão em passeata de protesto, a qual deverá contar com o apoio de outros sindicatos.”(Folha de São Paulo, 25/07/1968- Arquivo Cabeça Filho)

O Caso Frigorífico ganhou repercussão nacional e foi matéria de debate entre várias autoridades das diferentes instancias. Primeiro, o prefeito (sr. Mário Massei)

levou o caso até o Palácio dos Bandeirantes (governador sr. Abreu Sodré). Em seguida São Carlos recebeu a visita do deputado federal Marcos Kertzmann que encaminhou o problema ao Governo Federal. Em 28/07/1968 o jornal *A Folha* noticiava que Costa e Silva e Jarbas Passarinho queriam rápida solução para o frigorífico. Em 31 de julho foi a vez do general Assumpção Cardoso vir em missão especial para São Carlos verificar o *problema angustioso* criado pelo fechamento do frigorífico. Em várias reuniões e diversas visitas não se encontrou uma solução concreta para os trabalhadores.

A passeata marcada para o dia 06 de agosto foi suspensa tendo em vista a promessa de que o governador de São Paulo procuraria ajeitar a situação em uma reunião, no dia seguinte, com autoridades de São Carlos. Sem uma solução concreta no dia 10 de agosto, *A Folha* noticiava: "Dissolvida a passeata sindical". No dia nove a passeata havia

"Ontem, pouco depois das 16 horas, elementos do Sindicato dos Metalúrgicos pretenderam forçar a realização de uma passeata de protesto contra a posição do desamparo em que se encontram os trabalhadores do Frigorífico São Carlos do Pinhal que há quatro meses estão sem receber vencimentos.

Embora alertados de que as passeatas estão proibidas em todo o país os interessados insistiram no seu propósito e (...) na frente do Sindicato dos Metalúrgicos, formou-se um aglomerado de pessoas ostentando cartazes e bandeiras, organizando-se para passeata pretendida.

(...) A Força Policial, constituída por soldados vindos de Araraquara e dos que constituem o destacamento local fecharam a rua

Major (José Inácio), na altura da (rua) José Bonifácio e não permitiram o avanço dos que pretendiam desfilar.

As 17 horas vendo que a solução pacífica não teria acatamento, foi ordenado o avanço dos soldados, que assim dissolveram os grupos postados à sua frente produzindo-se em corre-corre que resultou alguns feridos ligeiramente. Dissolvida a passeata os soldados postaram-se nas ruas que davam acesso à Sede do Sindicato (dos metalúrgicos) (...)"

Segundo Paino (2002:144-145) momentos antes da passeata sair, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, secretário do mesmo sindicato, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação e um trabalhador do frigorífico foram presos e levados para a Cadeia Pública de Descalvado. Os trabalhadores (cerca de 800 pessoas, segundo Paino) colocados em frente à sede do Sindicato dos Metalúrgicos resolveram, mesmo sem a presença de suas lideranças, sair em passeata, não acatando as ordens de dispersão dadas pelas autoridades de segurança e também não se intimidando pela presença da força policial. A passeata caminhou por cerca de dois quarteirões e encontrou a barreira policial. A discussão entre uma funcionária do frigorífico e o delegado de polícia deu início a uma confusão que foi motivo mais que suficiente para a polícia investir sobre os trabalhadores ponto fim na manifestação.²²

²² Este é outro episódio tragicômico que merece ser mencionado. Segundo relata Paino em seu livro sobre os metalúrgicos em São Carlos, segundo entrevista realizada no dia 27/03/2004 com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos na época, 1968 e depois confirmada em depoimento pela própria funcionária, a passeata saída de frente da Sede do Sindicato dos Metalúrgicos logo encontrou a barreira policial, o delegado deu ordem para a população parar e a polícia avançar sobre a população com baionetas, parando assim a passeata, a funcionária do frigorífico irritada com a ordem dada pelo delegado, sem saber de que se tratava de uma autoridade, agrediu o delegado na cabeça, com a barra de madeira que sustentava seu cartaz. Ao que consta o delegado usava peruca que voou da cabeça do delegado. Gargalhadas e humilhação pública foram desculpas mais que suficientes para colocar fim da passeata de forma mais violenta.

As lideranças metalúrgicas presas foram transferidas São Paulo. Logo outros dirigentes sindicais metalúrgicos de outras cidades pronunciaram-se contra a estas prisões. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação mais o trabalhador do frigorífico foram liberados em seguida.

A repressão a passeata, no entanto, diferentemente do que se esperava, não inibiu outras iniciativas. Grupos de populares se organizaram para arrecadar mantimentos, roupas e remédios para as famílias dos trabalhadores do frigorífico. E no dia 13 de agosto *A Folha* noticiou que um *boletim apócrifo* espalhado pela cidade criticava a ação policial que impediu a manifestação de operários liderados pelos Sindicatos contra a situação do frigorífico, recriminava o líder sindical de ser comprado pelas autoridades e, também, recrimina a polícia por ter invadido a escola de engenharia atuando contra os estudantes. Ainda, o boletim fazia o convite para nova passeata, com a condição de que não se infiltrasse a manifestação elementos desordeiros desta vez, a passeata deveria ser pacífica.

Mais autêntico que apócrifo, havia um grupo tentando organizar a passeata, tudo leva a crer que este grupo contava em grande parte com a presença dos estudantes da Escola de Engenharia.

Cabe notar que, durante a década de 1960, pelo menos em duas ocasiões fora esta, os estudantes, na figura da diretoria do Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira (CAASO), e os trabalhadores metalúrgicos estiveram lado a lado. Em novembro de 1961, no jornal *O Trabalhador Metalúrgico* (Ano I n. 7 – Órgão Oficial dos Trabalhadores do Estado de São Paulo), a diretoria do CAASO lançou um pronunciamento de apoio²³ ao esforço dos trabalhadores metalúrgicos se

²³ Alguns trechos do artigo dos diretores do CAASO: "*No conturbado momento nacional em que diversas diretrizes político-sociais defrontam-se no afã de deixar sua marca em nosso desenvolvimento histórico (...) trazemos nossa palavra de apoio ao sindicalismo, uma das maiores vitórias da democracia. Ainda deixamos explícito que esta nossa carta, longe de ser um esforço solitário em prol da promoção do nosso trabalhador, é mais um passo no extenso movimento empreendido pelas nossas representações de classe UNE (União Nacional dos Estudantes e o Congresso Nacional dos Estudantes de Engenharia. (...) lutamos pelo nosso irmão que é considerado pelo capital como simples fator de produção, e desejamos leva-lo as condições de que a dignidade da pessoa humana exige (...). Mas para que o Homem, o operário, tenha sua palavra ouvida e suas reivindicações discutidas, é necessário que ele se una aos companheiros de trabalho, e assim tenha sua voz*

organizarem em torno de um sindicato. E no ano de 1963 foram os metalúrgicos que apoiaram o movimento organizado pelos estudantes do CAASO²⁴. Esta “aliança” entre trabalhadores e estudantes, de certa forma, reproduz, levadas as devidas proporções, o movimento da sociedade civil brasileira durante toda a década de 1960.

O panfleto correu a cidade e a notícia de que os estudantes da Escola de Engenharia iriam realizar uma passeata de protesto e em solidariedade aos operários do Frigorífico São Carlos do Pinhal se espalhou por toda a cidade por meio dos jornais e do boca-a-boca e colocou as autoridades em prontidão:

“(...) o Capitão Briscio Cyrino Nogueira comandante do 13º. Batalhão Policial, disse ontem a Folha, que obedecendo a ordens superiores impedirão quaisquer manifestações de protesto, como passeatas, discurso em praça pública. Salientaram que tem procurado dissuadir os estudante da inutilidade de quaisquer manifestações, e gestões estavam sendo feitas junto aos diretores do Centro Acadêmico ‘Dr. Armando Salles de Oliveira’, no sentido de demove-los do propósito de realizar a passeata.” (A Folha, São Carlos 14/08/1968)

No dia 14/08/1968 em uma demonstração de força extremamente desproporcional por parte das autoridades locais ao perigo que rerepresentaria qualquer manifestação estudantil em São Carlos, a cidade virou, segundo noticiou um jornal local “praça de guerra”. Para reprimir a passeata anunciada vieram

representativa: o sindicato (...). (O **Trabalhador Metalúrgico** - Ano I, n.7, novembro de 1961 – Órgão oficial dos Trabalhadores do Estado de São Paulo – Arquivo CABEÇA FILHO)

²⁴Em outubro de 1963 os estudantes da Escola de Engenharia lançaram um manifesto a população denunciando manobras golpistas e anti-popular dos governadores Ademar de Barros e Carlos Lacerda e conclamando ao povo de São Carlos e em especial aos estudantes e aos operários que se unissem em torno de seus grupos representativos no sentido de exigir do presidente da república o enquadramento dos governadores golpistas na Lei de Segurança Nacional. O manifesto causou grande polêmica na cidade, chegando à discussão séria entre os estudantes e um vereador da cidade. Os estudantes advertidos pela autoridade policial local resolveram sair em passeata e contaram com a presença das lideranças metalúrgicas. O jornal *O Correio de São Carlos*

pelotões de São Paulo, Campinas, Araraquara, Ibaté, Torrinha e Ribeirão Bonito. Vieram brucutus, tatus e aviões. As aulas das escolas centrais foram suspensas, o comércio parou, repartições públicas foram fechadas. A praça Coronel Salles foi tomada por soldados que impediam tráfego de pessoas. (Jornal *A Folha*, 16/08/1968; Paino 2002, p. 158). O mesmo jornal relata que a passeata, às 19 horas até tentou sair pela Av. Dr. Carlos Botelho, mas ao chegar a Rua Dona Alexandrina se desfez. O centro da cidade parou para ver o trágico espetáculo que não chegou a acontecer. Não foi, no nosso entender, “muito barulho por nada” por parte das autoridades. Em 1968, os militares estavam mais do que dispostos a mostrar porque vieram e como agiriam diante das manifestações populares e públicas. Na força a mensagem estava dada: cale-se.

No final da década de 1960 os metalúrgicos em São Carlos foram de longe a categoria mais organizada da classe operária, tornando-se referência para a luta operária. Ao se solidarizar com a luta dos trabalhadores do frigorífico, os metalúrgicos provaram que tinham fôlego para conquistas para além da sua própria categoria, colocava-se como protagonista entre os trabalhadores e empreendiam uma política atuante e combativa talvez somente vista entre os trabalhadores ferroviários em décadas passadas.

Todas estas atividades podem ser questionadas quanto a seu alcance, sua profundidade e eficiência, porém, o que não se pode negar é que nesta época iniciava-se um processo no qual os trabalhadores metalúrgicos da cidade de São Carlos começam a acumular suas primeiras experiências políticas.

Segundo Chauí (1996), o vocabulário “ambíguo” não goza de boa reputação porque é muitas vezes sinônimo de incerto, indeterminado, duvidoso, dúplice, sugere o que é pouco rigoroso do ponto de vista teórico. No entanto, a autora nos chama a atenção para o fato de que ambigüidade não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco, é antes, forma de existência dos objetos, da percepção e cultura, sendo elas também ambíguas, constituídas de dimensões

simultâneas que somente serão alcançadas por “uma racionalidade alargada, para além do intelectualismo e do empirismo”.

Vemos na prática dos metalúrgicos nesta década de 1960 um misto de resistência e conformismo. Resistência no sentido de superar uma situação adversa a sua própria organização, e conformismo por tantas vezes reproduzir padrões dominantes impresso historicamente nas relações sociais da cidade. No entanto:

“Seres e objetos culturais nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas determinadas, por formas de sociabilidade, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente. Para que algo seja isto e/aquilo é preciso que seja assim posto ou constituído pelas práticas sociais.” (Chauí, 1996:122-123)

A autora ainda afirma que em decorrência dos populismos, do autoritarismo paternalista, freqüentemente encontramos no Brasil uma atitude ambivalente e dicotômica diante do popular que é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico, ora como atraso e ora como emancipação. Quem sabe seja mais interessante considera-lo ambíguo capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação. (Chauí:1996: 124)

Essas reflexões nos ajudam a entender a riqueza e a fraqueza da ação sindical metalúrgica em São Carlos nos anos 1960.

Mais tarde as noites escuras impostas ao sindicalismo em âmbito nacional pelo regime ditatorial que se acirrou em 1968, trataram de colocar fim as nascentes lutas sindicais na cidade.

A partir de então, a prática sindical foi reforçada nos moldes da ação institucional impressa na estrutura corporativista de “sindicalismo” oficial existente no

Brasil. Os sindicatos não foram dissolvidos. A estrutura oficial e a legislação corporativa (CLT) passaram a serem utilizadas como instrumento de controle a serviço dos governos militares. Os sindicatos ampliam suas características de organismos fortemente burocratizados, aumentando desta forma, o espaço para políticas de assistencialismo, para práticas de cooptação e policiamento dos trabalhadores.

Cenas operárias da década de 1960



Fundação do sindicato dos Metalúrgicos em 1962



Fundação do Sindicato dos Metalúrgicos em 1962



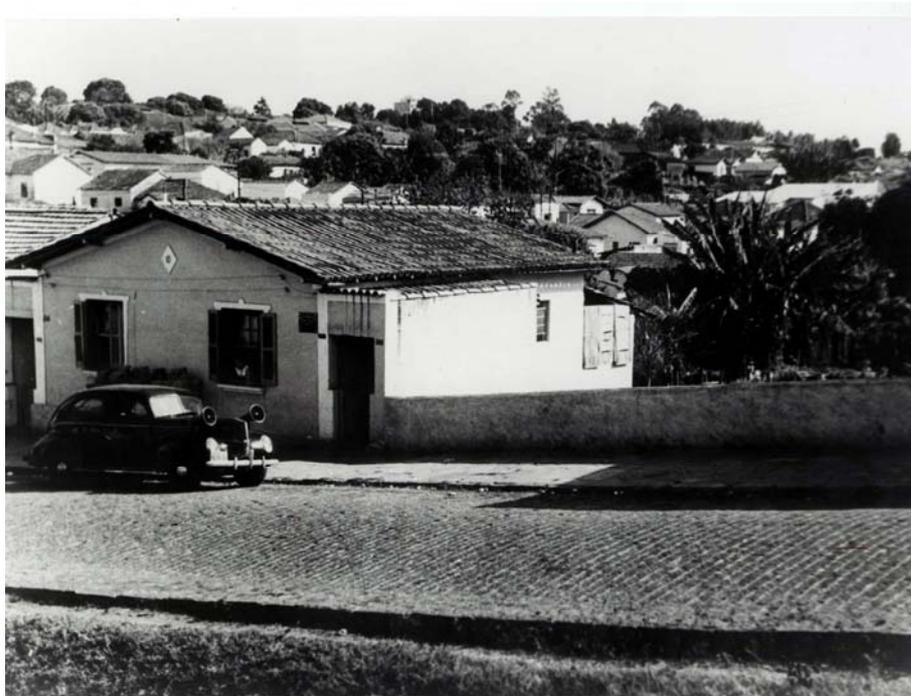
Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos em 1962



Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos em 1962



Primeira Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Carlos em 1963



Primeira Sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos em 1963



Primeira Sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos em 1963



Manfredo Formigoni, Cabeça Filho e Aldo Milaneto em 1964



Assembléia do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos na Sede do Sindicato dos Ferroviários em 1963



Assembléia do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos na Sede do Sindicato dos Ferroviários em 1963



Industria Pereira Lopes S/A em 1970



Fábrika de Geladeiras Clímax em 1960



Frigorífico São Carlos do Pinhal em 1968



Greve dos Trabalhadores do Frigorífico São Carlos do Pinhal em 1968



Greve dos Trabalhadores do Frigorífico São Carlos do Pinhal em 1968



Greve dos Trabalhadores do Frigorífico São Carlos do Pinhal em 1968

CAPÍTULO IV

As lutas sindicais em São Carlos na era neoliberal

A década de 1960 coincidiu em seu ocaso com o fim da série de experiências concretas vivenciadas pelos trabalhadores metalúrgicos na cidade de São Carlos.

Ao longo destes anos, dois momentos específicos desta trajetória, resultado dos esforços empreendidos pelo conjunto dos trabalhadores para se organizarem, já retratados e analisados no capítulo anterior, merecem serem destacados como pontos altos deste ciclo, com a duração de aproximadamente 10 anos, de lutas empreendida pela categoria metalúrgica: a criação do sindicato e a luta realizada ao lado dos trabalhadores do Frigorífico do Pinhal, pelo pagamento dos salários atrasados.

A década de setenta caracterizou-se por um período de recrudescimento do controle imposto a liberdade política pelo regime militar. Toda e qualquer ação organizada por parte da sociedade civil foi reprimida e proibida.

Podemos dizer, no entanto que, apesar deste contexto nacional extremamente hostil no começo da década de 1970 os trabalhadores metalúrgicos estavam organizados em torno do sindicato, que pelo menos em termos de condições de trabalho, deixava algumas marcas dos dias pesados dos operários da IPL para trás.

Os trabalhadores estavam reunidos em torno do sindicato. A partir deste fato fazer algumas observações. Primeiro, os metalúrgicos não eram mais trabalhadores atomizados com demandas individuais; formou-se um grupo organizado e unido em torno de uma mesma identidade a de ser *trabalhador metalúrgico*.

Esta identidade construída ao longo deste período vista aos olhos de hoje pode parecer óbvia, porém, em plena década de 1960, onde um número expressivo de fábricas era verdadeiras oficinas “de fundo de quintal”, com trabalhadores

dispersos, aliados as dificuldades da legislação sindical que pedia um número alto de associados para dar base à fundação do sindicato, o esforço para forjar uma identidade que aglutinasse trabalhadores em uma mesma causa demandou um imenso trabalho por parte dos primeiros líderes.

Segundo, ainda que se questione o grau de envolvimento, de autonomia, de organização que se tem a partir da articulação dos trabalhadores em torno do sindicato segundo a sua configuração a partir da lei sindical brasileira, frente as arbitrariedades que aconteciam em São Carlos, sem dúvida, a regulamentação que o sindicato trouxe para as relações entre capital e trabalho na cidade representou um avanço significativo a nenhuma regulamentação anterior á década de 1960. Os contratos eram agora efetivados segundo a lei, e não mais segundo a vontade do patrão.

Evidentemente, isto não deixa de ter suas contradições. Fazer valer a lei significa de fato um avanço. Mas naquele momento, significa também, uma ruptura de um padrão de organização iniciado no processo de constituição do sindicato dos metalúrgicos em São Carlos.

Isto porque a lei estava comprometida com um governo autoritário que, primeiro, proibia qualquer tipo de liberdade de expressão da sociedade silenciando todas as organizações populares e os partidos políticos, segundo, empreendia uma política econômica que combinava um expressivo crescimento econômico pautado em uma política de arrocho salarial. Era o chamado *milagre econômico* que alcançou seu pico em 1973 para depois declinar mostrando os sinais de falência.

Em São Carlos o sindicato passou a cumprir o papel de órgão oficial. Uma das suas lideranças de maior expressão migrou para a política, filiando-se ao MDB (Movimento Democrata Brasileiro). A política realizada por meio de bipartidarismo, representado pela ARENA e MDB era o único canal existente, se assim pode se chamar, da vida política e de expressão política.

No presente capítulo, nossa análise irá focar, sob as lentes de nossos objetivos e hipóteses já tratados em capítulos anteriores, a atividade sindical realizada hoje na cidade de São Carlos, captada pela visão e pela perspectiva colocadas pelos trabalhadores metalúrgicos nas entrevistas realizadas.

Para isso optamos por realizar um corte nas décadas de 1970 e 1980 para determo-nos com mais intensidade nos anos de 1990 e 2000. Com este salto, não queremos dizer que as décadas de 1970 e 1980 sejam de menor importância ou irrelevantes para o sindicalismo dos metalúrgicos em São Carlos. Os anos de 1980, particularmente, foram palco de várias lutas metalúrgicas. Neles os metalúrgicos mantiveram-se como uma das categorias mais organizadas da cidade, com um aparato sindical forte e tiveram lutas de recuperação do valor do salário da categoria, como também lutas referentes no longo processo de bancarrota financeira e conseqüente falência da Companhia Brasileira de Tratores (CBT) que deixou centenas de trabalhadores desempregados e sem receber os devidos direitos trabalhistas, este problema adentrou a década de 1990.

A opção que fizemos, no entanto, de analisar com mais acuidade a década de 1990 foi fundamentada em dois fatores: primeiro, pela importância destes anos para os objetivos propostos pela presente pesquisa, uma vez que, tal década trás em seu bojo as questões que nos preocupam; segundo, pensamos que, diante dos limites de tempo e condições da realização da pesquisa, seria melhor analisar período inicial da organização dos trabalhadores metalúrgicos e o período atual.

Para o capítulo que se segue, em um primeiro momento, apresentaremos um breve perfil sócio econômico da cidade e uma também breve caracterização da indústria metalúrgica de São Carlos.

Num segundo momento analisaremos as falas dos trabalhadores metalúrgicos para compreender a relação entre os metalúrgicos e o sindicato. Qual a percepção que estes trabalhadores têm sobre a importância de se filiar a uma organização

como o sindicato, como estes avaliam a ação realizada pelo sindicato em São Carlos, o grau de envolvimento dos trabalhadores metalúrgicos na ação sindical.

1- Perfil sócio-econômico da Cidade de São Carlos e a Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico

O município de São Carlos esta distante cerca de 235 Km da capital paulista com uma área de cerca 1.132 km² (52 km² urbana), localizado, segundo a Fundação SEADE no agrupamento Norte do Estado de São Paulo, Brasil.

São Carlos está entre as cidades do interior paulista que foram palco de transformações econômicas, sociais e urbanas que colocaram a região em uma das mais ricas do país.

A população da cidade de São Carlos cresceu ininterruptamente desde a década de 1950. Entre as décadas de 1960/2000 houve em São Carlos um notável crescimento populacional: o número de habitantes saltou de 62.045 em 1960 para 85.425 habitantes em 1970, de 119.542 habitantes em 1980 para 177.295 em 1991, e, atualmente, 2004, sua população total está estimada em 209.009 habitantes (Tabela 1), assim a taxa de crescimento anual da população – 2000/2004 (em a.a%) fica 2,06.

Dos estabelecimentos cadastrados no ministério do trabalho para o ano de 2002 despontam à frente, em números de estabelecimentos, os referentes ao setor de comércio, que contabilizam um total de 1.891 estabelecimentos. No entanto os setores que contam com maior número de trabalhadores formais são o de Serviços com 18.834, seguido do setor Industrial com 18.526 trabalhadores. (Tabela 2).

Percebe-se que o setor Industrial mesmo em número menor de fábrica (558 estabelecimentos) emprega uma quantidade de trabalhadores quase igual ao setor de Serviços que possuem um número muito mais elevado do que o primeiro (1271 estabelecimentos). Assim, podemos notar que a economia de São Carlos é ainda fortemente industrial, diferenciando-se em termos conjunturais do quadro mundial onde se verifica o crescimento do setor de serviços e o enxugamento da mão de

obra empregada na indústria, ainda que, como tendência, se observe ao longo dos anos um crescimento significativo do setor de Serviços.

Tabela 4

Número de estabelecimentos industriais, comerciais, de serviço e outros em São Carlos cadastrados no Ministério do Trabalho

Setor de atividade	Ano	Número de Estabelecimentos	Trabalhadores Formais
Indústria	2002	558	18.526
Comércio	2002	1.891	8.647
Serviços	2002	1.271	18.834
Outros	2002	122	2.721
Total	2002	3.842	48.728

Fonte: Seade – 2005.

No setor industrial os ramos de atividade são bastante diversificados. Entre eles podemos citar : alimentos; eletro-eletrônico, confecções, máquinas e equipamentos, metalúrgico, ótico, plástico, borrachas e têxtil. O ramo metalúrgico merece destaque por representar 34% das indústrias da cidade.

Mais precisamente sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos²⁵ estão reunidos os setores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico. Segundo dados do CAGED para janeiro de 2005 o total de trabalhadores formais nestas indústrias empregados nestas indústrias é de cerca de 11.179 trabalhadores

²⁵ A base territorial do Sindicato dos Metalúrgicos em questão é formada por trabalhadores das cidades de São Carlos e Ibaté, porém, pelo presente estudo focar apenas a formação histórica do sindicato na cidade de São Carlos dados apresentados nesta seção estão relacionados apenas à cidade de São Carlos.

(9.293 na indústria mecânica, 1.674 na indústria metalúrgica e 212 na indústria de material elétrico), distribuídos em torno de 331 indústrias.

Atualmente, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos conta com mais de 6.000 associados, o que significa dizer que um pouco mais de 50% dos trabalhadores do setor estão diretamente filiados ao sindicato.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos já esteve filiado a Força Sindical (FS), a Social Democracia Sindical (SDS) e hoje está filiado a Central Brasileira de Trabalhadores e Empreendedores (CBTE) que reúne assalariados, microempresários e informais de 23 Estados. Esta Central surgiu de uma facção da SDS que, por sua vez, deriva de uma facção da FS. Em torno da CBTE estão organizados 125 sindicatos que representam 5 milhões de trabalhadores, deste total cerca de 1 milhão são trabalhadores informais.

Em uma série histórica entre os anos de 1985 e 2003 apresentaremos alguns dados sobre a indústria metalúrgica, mecânica e de material elétrico na cidade de São Carlos.

Podemos perceber na evolução dos postos de trabalho do setor metalúrgico que de 1985 a 2003 o número de postos teve um pequeno crescimento, ainda que tenha oscilado entres as indústrias que compõem o setor. Se 1985 eram 8.761 em 2003 9.717. (Tabela 5)

Podemos verificar o mesmo movimento, para período acima referido, na evolução da participação da indústria metalúrgica no total de postos de trabalho do setor de atividade industrial. (Tabela 7)

Também podemos observar que a mão-de-obra metalúrgica é predominantemente masculina, mas que ao longo dos anos (1985-2003) a presença da mão-de-obra feminina no setor metalúrgico vem crescendo significativamente (Tabela 6).

No que diz respeito ao nível de escolaridade, em 2003 a maioria dos trabalhadores metalúrgicos tem até o 2º. Grau completo, hoje relativa ao ensino médio 34,85%. (Tabela 8)

Tabela 5:

Evolução dos postos de trabalho na indústria metalúrgica, mecânica e de material elétrico

Anos	Ind. Metalúrgica	Ind. Mecânica	Mat. Elétrico Comunicação
1985	904	7.689	168
1990	1.045	8.488	89
1995	1.586	7.368	54
2000	1.412	7.664	147
2003	1.396	8.151	170

Fonte: RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. DATAMEC, Ministério do Trabalho e Emprego Apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT Núcleo de Pesquisa e Documentação José Albertino Rodrigues. Dep. Ciências Sociais. UFSCar .
Tabulação: Érika Saidel Masselli. Núcleo de Pesquisa

Tabela 6

Distribuição dos postos de trabalho nas indústrias metalúrgica, mecânica e material elétrico em São Carlos no período de 1985 a 2003, segundo sexo.

	Total	Ind. Metalúrgica	Ind. Mecânica	Mat. Elétrico
1985				
	100,00	100,00	100,00	100,00
Masculino	89,37	91,97	90,02	45,78
Feminino	10,63	8,03	9,98	54,22
1990				
	100,00	100,00	100,00	100,00
Masculino	84,35	88,53	84,06	64,77
Feminino	15,65	11,47	15,94	35,23
1995				
	100,00	100,00	100,00	100,00
Masculino	86,61	83,99	87,29	70,37
Feminino	13,39	16,01	12,71	29,63
2000				
	100,00	100,00	100,00	100,00
Masculino	86,40	92,85	85,62	65,31
Feminino	13,60	7,15	14,38	34,69
2003				
	100,00	100,00	100,00	100,00
Masculino	87,15	91,47	86,78	68,24
Feminino	12,85	8,53	13,22	31,76

Fonte: RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. DATAMEC, Ministério do Trabalho e Emprego
Apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Núcleo de Pesquisa e Documentação José Albertino Rodrigues. Dep. Ciências Sociais. UFSCar .
Tabulação: Érika Saidel Masselli. Núcleo de Pesquisa

TABELA 7

Evolução da participação da indústria metalúrgica, mecânica e de material elétrico no total de postos de trabalho do setor de atividade industrial em São Carlos: 1985-2003

Anos	Total de Indústrias	Ind. Metalúrgica	Participação%	Ind. Mecânica	Participação%	Mat. Elétrico Comunicação	e Participação%
1985	16.936	904	5,34	7.689	45,40	168	0,99
1990	17.888	1.045	5,84	8.488	47,45	89	0,50
1995	16.474	1.586	9,63	7.368	44,73	54	0,33
2000	16.220	1.412	8,71	7.664	47,25	147	0,91
2003	17.764	1.396	7,86	8.151	45,88	170	0,96

**Fonte: RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. DATAMEC, Ministério do Trabalho e Emprego Apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT Núcleo de Pesquisa e Documentação José Albertino Rodrigues. Dep. Ciências Sociais. UFSCar .
 Tabulação: Érika Saidel Masselli. Núcleo de Pesquisa**

Tabela 8**Nível de escolaridade dos trabalhadores da indústria metalúrgica, mecânica e de material elétrico de São Carlos. 1985-2003**

Nível de Escolaridade	1985	1990	1995	2000	2003
Analfabeto	1,49	1,25	0,49	0,50	0,18
4ª. série primária Incompleta	21,10	14,58	5,28	3,05	2,53
4ª. série primária completa	34,55	34,53	16,13	7,89	4,35
8ª. série incompleta	12,86	16,44	15,32	8,35	6,01
8ª. série completa	12,64	14,12	26,54	28,91	24,87
2º. grau incompleto	4,71	5,99	16,46	14,58	18,62
2º. grau completo	6,14	6,54	11,75	28,96	34,83
Superior Incompleto	2,15	1,73	1,81	1,52	1,71
Superior Completo	4,36	4,83	6,22	6,25	6,89
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. DATAMEC, Ministério do Trabalho e Emprego Apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT Núcleo de Pesquisa e Documentação José Albertino Rodrigues. Dep. Ciências Sociais. UFSCar .
 Tabulação: Érika Saidel Masselli. Núcleo de Pesquisa

Tabela 9 - Faixa Etária dos trabalhadores das indústrias metalúrgica, mecânica, material elétrico de São Carlos. 1985-2003

	TOTAL	Metalúrgica	Mecânica	Mat. Elétrico e Com.
1985	100,00	100,00	100,00	100,00
Ate 17 anos	3,17	7,47	2,60	6,02
18 a 24 anos	27,18	30,77	26,26	50,00
25 a 29 anos	20,95	15,05	21,72	17,47
30 a 39 anos	28,35	25,64	28,92	16,87
40 a 49 anos	14,18	12,82	14,54	4,82
50 a 64 anos	5,96	7,69	5,79	4,82
65 ou mais	0,21	0,56	0,17	0,00
1990				
Ate 17 anos	3,27	8,80	2,42	20,45
18 a 24 anos	26,10	23,64	26,30	35,23
25 a 29 anos	19,38	17,71	19,67	11,36
30 a 39 anos	27,87	25,42	28,22	22,73
40 a 49 anos	15,57	14,34	15,80	7,95
50 a 64 anos	7,39	9,20	7,23	2,27
65 ou mais	0,41	0,89	0,35	0,00
1995				
Ate 17 anos	1,60	4,51	0,95	5,56
18 a 24 anos	28,29	24,02	29,23	24,07
25 a 29 anos	20,13	17,22	20,80	14,81
30 a 39 anos	28,79	29,86	28,55	29,63
40 a 49 anos	15,76	17,41	15,43	12,96
50 a 64 anos	5,09	6,42	4,75	12,96
65 ou mais	0,33	0,57	0,29	0,00
2000				
Ate 17 anos	1,14	1,56	1,04	2,04
18 a 24 anos	27,56	24,86	27,90	36,05
25 a 29 anos	20,50	16,01	21,36	19,05
30 a 39 anos	29,63	29,04	29,88	22,45
40 a 49 anos	16,18	20,47	15,45	12,93
50 a 64 anos	4,69	7,58	4,11	7,48
65 ou mais	0,29	0,50	0,26	0,00
2003				
Ate 17 anos	0,61	1,05	0,55	0,00
18 a 24 anos	25,78	20,13	26,88	20,59
25 a 29 anos	20,09	14,68	21,00	21,76
30 a 39 anos	29,98	28,51	30,18	32,94
40 a 49 anos	17,67	25,51	16,27	18,82
50 a 64 anos	5,65	9,78	4,93	5,88
65 ou mais	0,22	0,35	0,20	0,00

Fonte: RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. DATAMEC, Ministério do Trabalho e Emprego Apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT Núcleo de Pesquisa e Documentação José Albertino Rodrigues. Dep. Ciências Sociais. UFSCar . Tabulação: Érika Saidel Masselli. Núcleo de Pesquisa

Tabela 10 - Rendimento Médio Mensal em salários mínimos dos trabalhadores das indústrias metalúrgica, mecânicas e de material elétrico em São Carlos. 1995-2003

Rendimento	TOTAL	Ind. Metalúrgica	Ind. Mecânica	Mat. Elétrico Comunicação
1995				
	100,00	100,00	100,00	100,00
De 0,50 a 1,00 salários mínimo	0,31	0,82	0,20	0,00
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	0,76	3,24	0,20	3,70
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	0,41	1,65	0,15	0,00
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	7,56	29,76	2,64	29,63
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	17,02	25,00	15,26	24,07
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	24,33	13,39	26,75	12,96
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	26,52	15,16	29,03	16,67
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	9,02	6,09	9,64	9,26
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	7,29	3,05	8,23	3,70
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	3,40	1,08	3,92	0,00
Mais de 20,00 salários mínimos	3,38	0,76	3,97	0,00
2000				
	100,00	100,00	100,00	100,00
De 0,50 a 1,00 salários mínimo	0,41	0,28	0,44	0,00
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	0,62	0,71	0,59	1,36
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	0,79	2,06	0,52	2,72
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	27,60	51,10	23,10	37,41
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	23,78	20,07	24,47	23,13
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	20,62	10,75	22,61	10,88
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	11,02	8,04	11,53	12,93
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	5,60	4,20	5,84	6,80
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	5,42	1,92	6,10	3,40
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	2,11	0,50	2,43	0,68
Mais de 20,00 salários mínimos	2,04	0,36	2,38	0,68
2003				
	100,00	100,00	100,00	100,00
De 0,50 a 1,00 salários mínimo	0,51	1,07	0,43	0,00
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	0,49	0,86	0,42	1,18
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	7,87	16,62	6,33	10,00
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	24,86	37,97	22,61	25,29
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	33,60	20,27	36,16	20,59
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	11,89	9,46	12,26	14,12
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	7,96	8,09	7,78	15,29
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	6,16	3,44	6,64	5,88
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	4,26	1,22	4,77	4,71
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	1,03	0,72	1,07	1,76
Mais de 20,00 salários mínimos	1,36	0,29	1,55	1,18

Fonte: RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. DATAMEC, Ministério do Trabalho e Emprego Apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FATNúcleo de Pesquisa e Documentação José Albertino Rodrigues. Dep. Ciências Sociais. UFSCar .

Tabulação: Érika Saidel Masselli. Núcleo de Pesquisa

2- Com a palavra os metalúrgicos

Nesta parte da pesquisa procurou-se captar a opinião dos trabalhadores a respeito da visão e do papel do sindicato, da atuação sindical local, do grau de envolvimento dos trabalhadores na vida sindical.

Para levar a termo este trabalho foi realizada uma série de entrevistas. Estas entrevistas realizadas com base em um roteiro semi-estruturado dividido em duas partes: a primeira era formada por uma série de questões que permitiram traçar o perfil e a trajetória profissional dos trabalhadores. A segunda parte continha um roteiro com questões semiestruturadas que abordavam temas relevantes para o trabalho: 01- A percepção do trabalhador sobre o sindicato – o que é o sindicato, a importância ou não do sindicato para os trabalhadores, importância dos trabalhadores se organizarem em torno de um sindicato; 02- A relação do trabalhador com o sindicato - se era sindicalizado ou não, por quê era sindicalizado, se participava ou se já havia participado de alguma atividade do sindicato; 03- E por fim mais especificamente, questões sobre o sindicato em São Carlos – como via a atuação do sindicato em São Carlos, se se sentia representado pelo sindicato, pontos fortes e fracos da atuação sindical na cidade. Para alguns metalúrgicos eram acrescentados alguns temas sobre a comissão de fábrica, existente em uma das empresas de São Carlos.

Ao todo foram realizadas onze entrevistas: 10 entrevistas com trabalhadores ligados às três maiores indústrias do setor metalúrgico da cidade e uma realizada com o atual presidente do sindicato.

Os resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas não foram considerados aqui a expressão da opinião do conjunto dos trabalhadores metalúrgicos de São Carlos. Em termos estatísticos a amostra da pesquisa não é representativa do universo dos trabalhadores da categoria metalúrgica. Ainda que não possamos realizar generalizações, por meio das entrevistas podemos indicar,

porém, algumas tendências e perspectivas em relação à opinião e as práticas sindicais da cidade.

Nossa preocupação maior com as entrevistas foi verificar a consistência de nossa hipótese de trabalho: a crise sindical, como coloca Bihl, é uma expressão de uma crise maior do movimento operário que do ponto de vista político estratégico encontra-se hoje nu. Assim, a ausência de qualquer estratégia eficaz condena-o à impotência e provoca a debandada do "salve-se quem puder" em suas próprias fileiras. Nessas condições as organizações – políticas, sindicais, associativistas – do movimento operário experimentam uma grave crise de representatividade, marcada pela diminuição de interesse por elas: a queda de efetivos, a fraqueza da militância e a incapacidade de mobilizar os trabalhadores não cessaram de agravar no curso desses últimos anos com a instauração da "crise" no início dos anos 1970. Para o autor esta crise teve um papel disciplinador, com seus coletivos de trabalho e de vida dispersos, ao sabor das reestruturações econômicas, com seu fluxo crescente de desempregados, de trabalhadores perdendo a estabilidade, de "novos pobres", sobretudo com suas seqüelas psicopolíticas: o medo do amanhã, o isolamento, a exacerbação da luta concorrencial entre os indivíduos, a intensificação dos processos de exclusão que atingem certas categorias da população, a tentação de soluções autoritárias, tudo para maior benefício do capital.

No entanto, o triunfo desta contra-revolução pode ser explicado pelo papel de integração do proletariado, desempenhado por essas organizações (sindicais e políticas) durante todo o período pós-guerra. Este papel marcou profundamente as formas de organização destas últimas e, é justamente este papel que as torna, hoje, incapazes de enfrentar os novos dados da situação.

E foi esta integração também que alienou uma boa parte das camadas proletárias (as menos favorecidas pelos "benefícios" do compromisso fordista – operários especializados, mulheres, jovens, imigrantes), antes mesmo das "vítimas da crise" (desempregados, instáveis, "novos pobres").

Enfim, essa crise de representatividade das organizações do movimento operário depende de um certo número de transformações mais gerais que afetaram a sociedade em seu conjunto sob a influência crescente das relações sociais capitalistas: dissolução de identidades coletivas, ascensão do individualismo, perda generalizada de direção, etc.

A hipótese que propomos parte do princípio que há uma crise, mas assim como Bihr (1998) ressalta, esta crise não é decorrente somente das mudanças na estrutura de empregos, da relação salarial, dos efeitos da atual reestruturação capitalista ou da chamada contra revolução neoliberal. Podemos pensar a crise também como uma deterioração da relação de cultura política existente nesta forma de organização em que estariam em jogo outros elementos que não apenas aqueles ligados por exemplo, às questões da reestruturação produtiva das fábricas. Assim, a reestruturação capitalista, apenas desnudou um problema existente, mesmo que de certa forma latente, em relação às escolhas que os sindicatos historicamente fizeram ao longo destas últimas décadas.

Pode-se perguntar: o sindicato, quando se formou, representou apenas um órgão de defesa dos trabalhadores no que diz respeito à busca de melhores condições de venda da força de trabalho no mercado, estabelecendo, portanto, uma relação puramente econômica, ou o sindicato representou também – e, em medida relevante - uma relação cultural e moral, a partir da qual os trabalhadores reconheciam uma organização que lhes proporcionava uma identidade e uma referência comunitária, identidade e referência estas que se foram deteriorando ao longo do tempo? Tal consideração é fundamental para se abrir uma nova perspectiva de reflexão sobre o sindicalismo e sua crise atual, pois permite visualizar, não uma recusa dos trabalhadores ao coletivismo, mas uma procura por novas formas de inserção no coletivo.

Ao colocarmos estes pontos em evidência, pensamos que o caminho para pensar a crise do sindicato passa também por pesquisas e estudos que busquem uma perspectiva histórica do processo de formação dos sindicatos e acrescente a

experiência concreta dos trabalhadores e de seus sindicatos com os problemas conjunturais.

Tabela: Perfil dos Trabalhadores Entrevistados

Perfil e trajetória dos entrevistados	Homens	Mulheres
	Faixa etária	
18 a 29	2	
30 a 39	6	1
49 a 59	3	
60 ou mais	0	
Total	11	1
Cor		
Branços	6	
Negros	1	
Pardos	4	1
Total	11	1
Escolaridade		
Ensino Fundamental	0	0
Ensino Médio/Técnico Incompleto	0	0
Ensino Médio/Técnico Completo	9	1
3º Grau incompleto	2	0
3º Grau Completo	0	0
Total	11	1
Número de anos na atividade Metalúrgica		
01 a 10	4	1
11 a 20	6	0
20 a 35	1	0
Total	11	0
Situação em relação ao Sindicato		
Sindicalizado	9	1
Não Sindicalizado	2	
Total	11	1
Função Ocupação		
Operador de Máquina		0
Ajustador Mecânico	3	0
Técnico de manutenção	1	0
Qualidade	2	0
Fundidor	4	1
Total	1	1
	3	

Quando indagados sobre a importância de se organizar em sindicato os trabalhadores foram unânimes em responder afirmativamente. A relevância desta percepção pode ser observada pelo número de trabalhadores associados ao sindicato: 80% dos trabalhadores entrevistados disseram que são sindicalizados. Mesmo entre os trabalhadores que não são sindicalizados e que têm uma visão muito negativa do sindicato a resposta foi afirmativa sobre a importância do sindicato, como na opinião categórica deste trabalhador:

“Eu acho que é ruim com eles, pior seria sem eles!” (GL, trabalhador metalúrgico)

Na visão dos trabalhadores a importância do sindicato advém do entendimento de que este último seria o espaço em que problemas sentidos individualmente poderiam virar demandas do conjunto dos trabalhadores. Assim os trabalhadores expressam a importância do sindicato pelo papel que atribuem a este:

“Eu acho que é importante. Hoje as empresas elas querem pagar cada vez menos. Ter mão de obra qualificada e ter baixo custo na folha de pagamento. Têm muitas empresas que quando o trabalhador atinge um nível salarial ela o manda embora e contrata um mais barato ou até terceiriza. E nesse caso o sindicato bate forte, porque você trabalha, você qualifica (...) com a intenção de ajudar a empresa e também ganhar compatível ao teu desempenho, teu conhecimento. E o que adianta você lutar, se preparar, pagar curso se quando você está qualificado, ela manda vc embora e pega outro sem treinamento, com a metade de seu salário’ Hoje as empresas fazem isto aí. E o sindicato bate em cima disto aí.” (AC, trabalhador metalúrgico)

“É importante quando tudo fica sem rumo. A gente quer uma coisa, não consegue! Quer outra, não consegue! Só vai sendo para

baixo, pra baixo; tirando os direitos da gente. E todo mundo quer algo (...), mas não tem força pra conseguir aquilo... Você não consegue por que é a vontade de cada um, mas se é no coletivo talvez tenha algum fundamento". (SFP – Trabalhador metalúrgico)

"Porque a gente luta por um bem estar melhor! Como a gente é empregado hoje, a gente tem que procurar se adequar à modernidade. A gente procura os estudos. Se a gente não tem condições, tem que se manter dentro da empresa, a gente se apega em quem? Então, acredito eu que tem que se manter isso lá dentro; tem que fazer um grupo, tem que ir no sindicato; (EJR – trabalhador metalúrgico)

"O sindicato deveria ser um lugar pra que as pessoas se organizasse." (MTN – trabalhador metalúrgico)

"(...) pode até ter coisa errada por trás, mas, se não fossem eles, nós não teríamos esses reajustes como são dados para nós. (...) e outros benefícios que vêm atrás, como vale-transporte, tíquete-alimentação (...)" (GAL – trabalhador metalúrgico)

Os trabalhadores apontam para vários problemas que sentem em seu cotidiano desde a qualificação profissional, como a perda de direitos e a fragilidade do trabalhador diante das estratégias empresarias de diminuir salários, encargos e de discursos de meias verdades, ideológicos e falaciosos que permeiam os discursos, por exemplo, sobre a qualificação profissional.

A opinião dos trabalhadores sobre a importância de estarem organizados em um sindicato, no entanto, contrasta com a visão negativa que estes têm em relação ação do sindicato em São Carlos.

As queixas são muitas e de sobre vários temas: a descrença política na ação sindical onde a queixa é que os dirigentes esquecem o coletivo e fazem do sindicato algo privado; as respostas insatisfatórias frente às demissões nas fábricas; a falta de organização no chão da fábrica, a falta de uma educação política e sindical que os dirigentes deveriam promover; os acordos não satisfatórios.

Quando perguntado aos trabalhadores se se sentiam representados pelo sindicato, para todos a resposta foi também bastante negativa:

“(...) o sindicato de São Carlos, é.. foi um sindicato que quando foi fundado, ele talvez até tinha no início um bom relacionamento, ou tinha o interesse político. Mas virou muito político, o interesse voltado a dirigentes e se esqueceu um pouco a parte trabalhadora. Ou seja: usou mais o nome do trabalhador pra conseguir tudo o que tem. Hoje é uma potência o que o sindicato tem – tem bens, tem clube. Mas o que deveria retornar para o trabalhador, não retornou!”. (MTN - Trabalhador metalúrgico)

“Na minha opinião deixa muito a desejar! Nós sofremos muito com isso aí hoje.... a gente vê aí as coisas aumentando, subindo... O sindicato, ele é muito pouco atuante pro nosso lado! Quando é pra ser forte, firme na minha visão é muito pouco operante... se tivesse que dar um voto pra eles, eu não daria! Meu voto hoje seria nulo! (...) Eu to há doze anos lá e eu vi muito pouco.” (EJFR- trabalhador metalúrgico.)

“Eu acho que é ruim. Eu acho que nós temos experiência em São Carlos, que Por exemplo a (a minha fábrica) que tem quase 8.000 funcionários, com uma média salarial de R\$ 430,00 a 480,00 reais dos funcionários mais novos, os mais velhos tem um nível de salário melhor, mais geralmente, ela está trocando os funcionários, manda os

funcionários mais velhos embora e pega gente mais nova (...) funcionários com mão de obra mais barata, se você tem um sindicato mais atuante ele não deixa isso acontecer. A gente suspeita que o sindicato ele está mais do lado do patrão do que dos funcionários.” (AC – trabalhador metalúrgico)

“Por um lado eles se apoiaram numa coisa que é (...) como se diz? Eles se apoiaram em dar curso de qualificação, em qualificar entendeu? Como se fosse assim... uma máscara! Entendeu? Eu acho que é um pouco de uma máscara. Eles tentam mascarar o que eles não estão fazendo. Na minha opinião o sindicato deveria saber o que o funcionário quer. Eles não sabem. O funcionário não quer só curso, entendeu? O funcionário quer saber o por quê que tá acontecendo isso? Por que tá acontecendo aquilo? Que é que eu vejo. Que é o que eu sinto. ‘Pó, mas como o que... eu tinha isso, agora não tenho?’. Entendeu?”. (SFP – trabalhador metalúrgico)

Acho que ela peca no principal que é não ter uma base de trabalhadores lá mesmo no chão da fábrica, de trabalhadores ligados a ele. Ele não promove a organização dos trabalhadores no chão de fábrica através dos meios legais que eles têm, por exemplo a CIPA, é uma comissão eleita pelos trabalhadores internamente. E as próprias pessoas que comandam o sindicato não têm aquela legitimidade, vamos dizer assim. Os diretores que trabalham lá... alguns a gente nem conhece, a gente nem conhece quais são...” (CJF – Trabalhador metalúrgico)

A atuação do sindicato é bem tímida. (...) Tem um pessoal muito descontente com a ação do sindicato, muito descontente mesmo, dos que estão sindicalizados, tem gente que está se desfiliando. Descontente com a política sindical. Por um lado, talvez

pela falta de informação, que o próprio sindicato não coloca. Uma crítica que eu faço ao sindicato é (...) o desinteresse do sindicato em estar conscientizando o trabalhador. O que é e para o que serve o sindicato. O sindicato tem que servir muito mais como uma ferramenta de trabalho, no sentido de proteção ao trabalhador, porque isto não acontece. Eles não se preocupam em conscientizar o trabalhador, e com isso, o trabalhador fica... você não tem consciência do que é a política sindical, ele (o trabalhador) fica sem entender muita coisa, por exemplo, a questão dos descontos, esta questão é um negócio sério, o cara desconta, a forma que eles fazem o desconto é a assim um negócio que os trabalhadores não entendiam, em função da relação capital e trabalho, o que a gente ganha... A remuneração é pouca, então qualquer desconto vai causar todo um, um rombo. Os negos falam, no desespero mesmo, vou tirar meu nome de lá. (A. trabalhador metalúrgico)

“Os acordos acabam não sendo satisfatórios (...) a gente trabalha ali durante – são três turnos na empresa. Então, eu vejo assim que são, é... a gente vive ali dentro a gente sabe (...) a empresa cresce a cada dia; quanto ela tá ficando rica em cada momento. Ela vende muito! ‘Ah mais ela tem gasto!’ Só que ela vende demais, ela fabrica demais! Ela fabrica além da quantia normal dela! Então eles sabem: a gente não é bobo! A gente sabe que ali tem condições de ter um salário digno! A gente ficou anos e anos sem aumento.” (EJFR – Trabalhador metalúrgico)

As críticas realizadas pelos trabalhadores não pouparam nem a Escola de Formação Profissional mantida pelo sindicato há sete anos, segundo o atual presidente do sindicato, apenas com a mensalidade que paga o material que são os livros e os professores. Nesta escola é oferecido para a comunidade em geral cursos

de informática, de idiomas, na área de mecânica e eletrônica. No total são 2100 alunos matriculados.

Quando indagado sobre a existência de uma escola de educação política e sindical para os trabalhadores, o presidente respondeu:

“Bom esta escola que nós temos, ela já é uma escola para politizar. Se você tem 2100 pessoas estudando ligado ao setor metalúrgico ou outra categoria você está dando cultura, elevando a cultura desta gente, então quando você eleva a cultura, você eleva junto o conhecimento político”.(Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos - 2003)

Quando explicitado melhor o caráter de que a escola de referência seria um lugar para desenvolver temas mais políticos, de análise de conjuntura, da questão das leis:

Esta pergunta nós... nós vamos fazer. Cê fez uma pergunta que nós não temos, mas isto está em andamento, está em construção uma parte do nosso clube de campo de uma escola política e sindical, formação política e sindical. Nós temos que construir, nós vamos trabalhar pessoas jovens, trabalhadores de empresa a cada período esta participação nesta escola”

Assim, várias críticas foram realizadas pelos trabalhadores à atuação do sindicato. Podemos perceber que há uma distância inconteste entre trabalhadores e as lideranças sindicais. Esta barreira que parece ser quase intransponível é consequência direta da forma como está estruturado o sindicato e também diz respeito às experiências de lutas no decorrer da história que cada sindicato foi capaz de construir ao longo do tempo.

A ausência da organização dos trabalhadores no chão da fábrica, por um lado afasta os trabalhadores de suas lideranças e, de certa forma, faz com que o trabalhador não encontre um espaço imediato onde possa colocar os problemas que cotidianamente lhe incomoda, quer um taxa descontada na folha de pagamento, quer o transporte que antes saia de vários pontos da cidade e agora um mesmo ônibus percorre todo o trajeto deixando-os, na opinião dos trabalhadores, um tempo demasiado importante dentro da condução.

Os problemas e conflitos fabris presentes no chão da fábrica são expressão das relações conflitantes entre o capital e o trabalho e são também ocasiões potenciais de reconhecimento da própria condição operária. Experiências de lutas, ainda que consideradas pequenas, podem ser espaços de reflexão e ação, um fazer-se classe operária, a construção da percepção e da auto-afirmação de uma identidade trabalhadora. Problemas vistos pela perspectiva do individual tornem-se problemas e demandas de um coletivo. Experiências e significados de luta capazes de formarem sujeitos políticos.

Nas práticas da Oposição Metalúrgica de São Paulo²⁶ nos anos 1970, Sader (1995:242-243) analisa que a partir de pequenas reivindicações como equiparações salariais, pagamentos atrasados, condições para tomar um cafezinho durante o trabalho, melhorias na comida, há uma evidente novidade no significado dessas lutas. Diz o autor que movimentações que antes podiam ocorrer de modo quase silencioso, como fossem a reiteração de um cotidiano onde "nada acontece", passaram a ser valorizadas enquanto sinais de resistência, vinculadas a outras, num conjunto que lhes deu dignidade de um 'acontecimento histórico'. Mesmo aqueles

²⁶ Em 1964 o Regime Militar decretava a intervenção no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material de São Paulo, presidido por Affonso Delléris. A primeira tarefa dos interventores seria a ajudar a polícia a localizar 1.800 delegados sindicais nas empresas, em sua maior parte integrantes ou simpatizantes do Partido Comunista. Com a ajuda da repressão policial e das verbas do ministério começou o longo reinado de Joaquim dos Santos Andrade no Sindicato dos Metalúrgicos em São Paulo. Embora ajudada pelo clima geral de repressão, pelo medo que provocava qualquer atitude contestadora, pela desarticulação dos adversários, desde o início a nova diretoria despertou uma oposição que reunia os simpatizantes da antiga diretoria cassada, uma corrente que vinha se formando em torno da JOC, esta seria a base da formação Oposição Metalúrgica de São Paulo.

fatos que antes poderiam ser vividos como expressão de uma impotência sempre igual, começaram a ser visto como lutas que se inserem em movimento social.

A dinâmica das pequenas lutas pode ser captada em exemplo citado por Sader de uma luta dos operários da Arno contra as condições do refeitório da firma:

“Na Arno tinha havido várias experiências de derrota (...) e a marca que tinha ficado lá era: ‘ Não adianta fazer nada que você só se ferra. Não adianta que os outros te dedam’”.

Surgem as condições de mudança a partir de uma rede primária de relações de confiança:

“Então eu fui procurado por um companheiro que tava trabalhando lá de noite, começou a bater papo comigo e disse: ‘Olha, eu tenho quatro ou cinco companheiros que eu jogo futebol com eles, vamos fazer uma reunião juntos, lá em cima no clube. (...) Eu falei: ‘Eu acho que tenho mais uns dois ou três, vamos conversar juntos’”.

Para enfrentar uma situação na qual os problemas vividos apareciam com o selo da fatalidade, tornava-se necessário a experiência de uma ação coletiva vitoriosa:

“E começamos a ver o que podia se fazer. O pessoal tinha 1001 problemas: luvas insalubridade, horário, etc. Eu falei: ‘O ânimo geral da turma que eu to vendo é de desânimo muito grande. Nós temos que fazer uma pequena luta, pouco importa se vai ser grande ou pequena, seja qual for tem que ser vitoriosa’”.

O uso de recortes da imprensa legal, que na verdade tinham o papel de legitimar a luta ao revelar que havia manifestações públicas de uma movimentação que, entre eles, era quase conspirativa:

“Fazia tempo que eu levava pra dentro da fábrica o jornal Opinião recortava um recorte pra um, recorte pra outro e tinha um relacionamento muito grande, a gente ia à casa de um , de outro, reunia dois, três, batia um papinho, passava um boletimzinho...”

Quando se formou um pequeno grupo mais estável, o grupo define o problema mais sentido, que seria objeto de uma reivindicação coletiva. Esse problema – a comida do refeitório da empresa – tinha a particularidade de expressar a deterioração de uma situação anteriormente sentida como boa. O objetivo aparecia por isso como algo possível de ser alcançado.

O esforço seguinte foi o do envolvimento do maior número possível de operários numa atividade que ampliava a mobilização. Reuniram informações sobre o custo da comida em outras empresas e trouxeram dados de uma centena de fábricas. Enviaram um abaixo-assinado à chefia com prazo de 15 dias para a resposta. Inspirados por um boicote que os alunos da USP tinham feito ao restaurante universitário para baixar o preço, decidiram organizar um boicote ao restaurante da empresa.

No dia fixado fizeram cartazes dizendo: “Hoje ninguém vai comer” para colar nos banheiros. Na hora do almoço os operários não foram comer no restaurante da empresa e encheram os bares das redondezas. Ao sentirem que conseguiram agir coletivamente, enfrentando a chefia, ficaram eufóricos. Os efeitos fizeram sentir: os preços que iriam aumentar ficaram um ano e meio congelados e a qualidade melhorou.

Segundo Sader (1995, 247), estão aí, de forma viva, a referência a fábrica como um lugar de luta de classes; e as condições fabris como premissas para a constituição de movimentos ativos que produzem ações significativas.

Experiências como a descrita, encontramos em São Carlos durante a primeira greve dos trabalhadores da VW em 1999. A Volkswagen foi pensada dentro da reestruturação produtiva e espacial atual em que empresas procuraram se desvincular de grandes centros produtivos em direção a localidades que ofereciam vantagens como isenção fiscal, mão-de-obra barata e muitas vezes desorganizada ou uma fraca organização sindical.

Estas grandes empresas se beneficiaram e se beneficiam das condições precárias causadas, principalmente, pelo grande e perverso problema do desemprego que lançou as autoridades políticas de Estados e Municípios num leilão insano do "quem dá mais". Em São Carlos, por exemplo, a administração da prefeitura na época doou a esta montadora uma área de preservação ambiental que, após ação do ministério público, teve que ser devolvida ao município.

Com ares de modernidade, por meio do aclamado consórcio modular, a VW se instalou em São Carlos em meados da década de 1990, mais precisamente, 1996.

Quando a fábrica completou três anos as notícias sobre a VW eram:

"A Fábrica de Motores da VW do Brasil, em São Carlos (SP) completa três anos terça feira (12/10/1999) comemorando a produção de 720 mil motores. Com investimento de R\$ 270 milhões a fábrica tem duas linhas de montagem: dos motores EA111, para Gol e Parati, e, do EA 113, para novo Golf e Audi A3. Entre as mais modernas do País, as unidades de São Carlos têm várias recordes e diferenciais: construída em prazos recordes (oito meses) foi a primeira fábrica de motores a usar robôs e produzir o motor 1.0 16 válvulas. Também em prazos recordes, recebeu os certificados ISSO 9002 (qualidade de processo) e 14001 (gestão ambiental). Seus empregados têm no mínimo o segundo grau completo e muitos operadores do chão de fábrica cursam a universidade." (Jornal a Folha, 08/10/199)

Um pouco antes, no entanto, em 29/06/1999 as notícias sobre a VW São Carlos eram que os trabalhadores poderiam realizar a primeira greve:

“Os trabalhadores da fábrica de motores da VW paralisaram suas atividades na última quarta-feira reivindicando o aumento do piso de R\$ 400,00 para R\$ 700. Após entendimento com a direção da empresa os funcionários decidiram aguardar esta sexta-feira quando a empresa deve se pronunciar sobre o assunto. (...) O movimento surgiu de forma independente do Sindicato dos Metalúrgicos que não goza de muito prestígio junto aos funcionários com exceção daqueles que teriam sido contratados por indicação da entidade. Uma das apostas dos trabalhadores é que a direção da fábrica terá interesse em contornar uma crise que mostre a cidade que as promessas de bom salário não foi cumprida pela VW já que diversas outras empresas da cidade têm pisos salariais muito mais altos para funcionários com as mesmas qualificações que eles exigem. (...) O outro lado: (...) a assessoria da empresa VW desconheceu qualquer tentativa de paralisação ontem na indústria.” (Primeira Página - São Carlos, 29/06/1999.)

Nas palavras de um- operário da VW:

“Daquele primeiro momento de 1996, a nossa reivindicação da base, nós ficamos até 1999, todo ano reajuste zero. Algo estrangulando. O sindicato (...) deixava a gente todo data base na miséria (...) Em julho de 1999 os trabalhadores estavam com o saco cheio de permanecerem com aquele salário, com aquela miséria tal que estourou a greve! (...)Estourou assim, os companheiros começavam a falar: vamos reunir todo mundo, tal hora, no horário de almoço, em frente a sala tal e vamos exigir. Todo mundo... Foi uma

coisa linda mesmo. Todo mundo parou. A fábrica inteira parou. Aí de repente veio o gerente de RH bravo, bufando: 'o que está acontecendo aqui volta todo mundo trabalhar(...) Quem começou este negócio, (...) eu vou mandar todo mundo embora'. (...) Daí todo mundo pegou os crachás e jogou em cima da mesa do gerente e disse: 'se quiser mandar embora, manda!' O pessoal enfrentou o gerente. Daí chegou o gerente da fábrica ele era um cara tranquilo (...) ele que mandava literalmente disse: 'enquanto eu estiver aqui ninguém vai ser mandado embora. Vamos encontrar uma alternativa para que a gente saia deste impasse'. Naquela atitude ele desbancou e desmoralizou o gerente de RH. O gerente da fábrica então pediu para os trabalhadores formarem uma comissão para colocarem a pauta de reivindicação." (RLO - trabalhador metalúrgico VW)

Segundo os relatos coletados, os trabalhadores, apesar de agirem coletivamente, não tinham experiência de como se organizar, como montar uma pauta, entre outras coisas, o que deu um aspecto particular ao movimento:

"A turma fez uma comissão de 23 trabalhadores, nunca vi tamanha comissão, foi gente pra caramba. Então vamos lá qual é a reivindicação de vocês... 'Não queremos nem saber das possibilidade, nós queremos ganhar R\$ 700, 00'. O nosso salário era de R\$ 378,00, e eles disseram: 'nós queremos ganhar R\$ 700,00'Ninguém tinha feito a conta e a principal reivindicação era essa, era a grana. E aí eu sabia como funcionava mais ou menos isso. Aquilo me bateu assim: Caramba, agora o bicho vai pegar. Eu sabia, por exemplo que pela legislação era o sindicato quer teria que tomar a frente disso." (RLO – trabalhador metalúrgico VW)

Alguns metalúrgicos já estavam se encontrando aos domingos para estudarem uma forma de se organizarem, depois que haviam se decepcionado com o sindicato

no ano de 1996. Parte destes operários sabia que greve não é só parar e pronto. Após a reunião da Comissão dos 23 com a direção da fábrica que não houve acordo, os operários, então foram para a greve.

“Daí terminou a paralisação e fomos para a greve... Nós começamos a greve numa sexta feira, o pior dia para começar uma greve. Fomos ao sindicato e falamos ao presidente: está acontecendo isso, isso e isso na fábrica, nós paralisamos! Ele já sabia de tudo porque a fábrica já havia comunicado o sindicato. A fábrica achava que estava resguardada que aquilo não iria dar em nada. Nós chegamos lá, mostramos a situação para ele e pedimos para ele tomar a frente. Ele falou o seguinte: ‘o sindicato de São Carlos não vai tomar a frente disto, nós podemos fazer a discussão com a fábrica a partir do momento que retornem ao trabalho.’” (RLO – trabalhador metalúrgico VW)

Na ocasião ficou claro para os operários que não havia possibilidade de que o sindicato encabeçasse a greve e decidiram levar eles próprios o movimento. Alguns dos metalúrgicos que trabalhavam em São Carlos tiveram experiências de trabalho como metalúrgico no ABC paulista e contatos com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e foi a esta última que recorreram e foi esta que, por assim dizer, veio em auxílio aos metalúrgicos de São Carlos .

A rede de relacionamentos então se alargou e para São Carlos vieram: o primeiro secretário de política sindical da CUT que tomou a frente do movimento; representantes da comissão de fábrica de São Bernardo; representante da comissão de fábrica da Anchieta; alguns membros da federação paulista dos metalúrgicos ligado à CUT; e três caminhões de som de outras cidades.

Muitos desafios se colocaram aos operários da unidade da VW em São Carlos. Entres estes desafios estavam: primeiro, fazer com que a fábrica discutisse com a comissão de operários uma vez que o sindicato que era interlocutor oficial se recusou a assumir a frente do movimento; segundo montara uma pauta real de

reivindicações respaldadas em argumentos legais e sólidos. Foi neste momento que a organização de uma Comissão de Fábrica na fábrica VW de São Carlos entrou como ponto da pauta.

Outro fato também relatado pelos trabalhadores como uma vitória foi conseguir integrar à comissão dos 23 um representante da CUT e um membro da Comissão de Fábrica da VW da Anchieta, assim a comissão dos trabalhadores ganhou uma tônica mais politizada no embate à mesa de negociações.

Diz um metalúrgico que participou ativamente da comissão:

“A partir do momento que nós fechamos o acordo (...) nós conseguimos fechar um acordo, pegar toda esta perda salarial de 1996 a 1999, conseguimos fixar, quer dizer garantir o valor total do PLE e conseguimos também naquele momento a entrar no processo de negociação do estatuto da comissão de fábrica. Essa greve de 1999 foi o começo de tudo...” (RLO – trabalhador metalúrgico VW)

Percebe-se que quando membros de outros sindicatos ligados a CUT e o representante da CUT vieram em auxílio dos trabalhadores houve uma mudança no caráter das reivindicações realizadas pelos operários de São Carlos:

“Primeiro começou discutir com o gerente da fábrica aqui, aí veio o Marquinhos um rapaz que era de São Bernardo, ele não deu conta de chegar em um acordo, aí veio o ban-ban-ban o H. L. que era mais alto que este, supervisor gerente lá do RH, e aí, nada dava jeito, até que precisou vir o vice-presidente da VW o T. P., daí com a vinda dele, daí o bicho pegou. T. P. chegou... o bicho é no nosso meio ele é admirado porque ele não tinha esse negócio aí, era resolver mesmo, daí todo aquele negócio se cedia ou não cedia, ele pegou e ... nós sabíamos que quando ele vinha era para decidir. E aí nós chegamos em uma proposta que na nossa avaliação era razoável que

dava para aceitar, o principal ponto nosso era garantir a Comissão. De todos os pontos o mais importante era garantir a comissão e realmente os trabalhadores teve essa avaliação, teve essa avaliação logo naquele momento(...)Naquele momento percebeu-se a diferença entre CUT, o sindicalismo da CUT e os demais sindicatos. Porque tem muita gente, porque tinha muita gente ali que não sabia de nada, nunca tinha participado de uma greve daquele jeito..." (RLO – trabalhador metalúrgico VW)

No final com um saldo vitorioso para os trabalhadores, a direção do sindicato saiu desmoralizada:

"Ah! E aí no final quando nós estávamos com o acordo fechado, um rapaz falou assim: e o sindicato ficou desmoralizado, daí começou aquela briga, o sindicato falava uma coisa de lá e nós de cá. Eu tenho recorte de jornal daquele período, e o sindicato pegou e se posicionou que não ia participar. Daí nós falamos, beleza e aí forçamos a fábrica a assinar o acordo. Até que a fábrica e o representante da CUT mesmo falou: 'vamos fazer de novo o convite ao sindicato, agora está praticamente fechado, e vamos tratar de fazer com o sindicato sente na mesa para assinar o acordo', praticamente assinar o que a gente havia discutido. Quando o sindicato viu, no final que ele veio para fazer parte da negociação, o problema que eles vieram, e vieram topetudos, sabe? Chegou lá dando palpite falando algumas coisas, daí o representante da CUT já foi e já deu uma porrada neles falou assim: olha vocês se coloquem em seus lugares, porque quem discute somos nós, vocês estão aqui, praticamente, para assinar o que nós estamos discutindo. Nossa aquilo foi demais! Quando ele chegou foi só vaia também, foi uma vaia só para o sindicato. Na entrada e na saída porque vieram para assinar o acordo e foi muito legal. Eu lembro que

(...) daí eles vieram para fazer parte da mesa, já nos últimos...". (RLO – trabalhador metalúrgico VW)

Um movimento mais desengonçado do que o início da paralisação e daquela greve dos trabalhadores da VW em São Carlos fica difícil de imaginar. O que poderia ter sido demonstração de fraqueza e desorganização mostrou como se pode construir a resistência operária: Como diz Sader (1995, 243; 247):

"(...) dispersa, silenciosa, muitas vezes sufocada, mas real e presente em todas as partes (...) Encontramos aí de forma viva, a referência à fábrica como um lugar de luta de classes; as condições fabris como premissas para a constituição de movimentos ativos que produzem ações significativas".

Como não podia deixar de ser o resultado da greve deu ânimo novo e positivo aos trabalhadores que saíram confiantes:

"Nossa! Eu não tenho dúvida que teve uma repercussão muito positiva. Se fosse só aquela greve ainda... isso passa..., mas nós soubemos tirar proveito muito grande daquele momento. Aquilo foi apenas o princípio com a conquista da comissão. E aí foi um ganho considerável e nós soubemos trabalhar (...), mas o mais importante para os trabalhadores da base, não apenas a greve, mas a continuidade da comissão e a diferença que nós passamos a ter em todas as negociações da data base, então nós tínhamos um salário pior das fábricas metalúrgicas de São Carlos, mas hoje nós estamos em uma situação inversa, devido a organização... todo ano nós recuperamos a inflação, hoje nós estamos em uma situação bem melhor do que as outras empresas, o salário nosso está bem melhor do que as demais, nós já soltamos dois jornais na base (...) falando

sobre a organização do trabalho, sobre a comissão (...)” (RLO - Trabalhador Metalúrgico – VW)

“A primeira foi complicada. A primeira o pessoal tinha esta mesma mentalidade que estou falando para você das outras empresas, tinha medo de envolver, tinha medo de aderir à greve e ser punido, sofrer uma represália. Até porque não confiava no sindicato da região. Aí depois de uma boa conversa, o pessoal que queria formar uma comissão. Aí o pessoal depois que tiveram o contato com esse pessoal da CUT, o pessoal de Campinas e o pessoal de São Bernardo veio também, aí o pessoal foram tomando consciência de que se houvesse união mesmo, ia dar certo, só que corremos atrás do sindicato da região eles não quiseram nem assinar para greve se tornar legal, ia rolar demissão. A greve só se tornou legal depois que o pessoal de Campinas vieram aí e assinaram para... aí o sindicato para não ficar para trás, perder credibilidade acabaram se envolvendo também e assinando.” (AC Trabalhador metalúrgico – VW)

“O que a gente pode notar (...) que depois da nossa primeira paralisação que teve êxito muita gente mudou de opinião. É uma outra história a relação patrão-empregado aqui em São Carlos hoje. (...) Porque muitos achavam que não ia pra lugar nenhum. Então mudou a história! Então os que comandam o sindicato hoje também mudou com relação a gente lá! Se eles notassem que as pessoas que lideravam àquele movimento não tinham respaldo nosso, do chão da fábrica, provavelmente teriam sido eliminados e a Volks seria mais uma empresa hoje como a mesma prática conservadora (de São Carlos). Então, como houve isso aí a gente ganhou, eu diria... a gente ganhou respeito! (CJF – trabalhador metalúrgico – VW)

Essas lutas são construídas historicamente. Isso quer dizer que tensões e conflitos semelhantes podiam ocorrer antes sem, no entanto, assumirem a forma de movimentos coletivos, sem serem valorizados enquanto aspectos da constituição de uma identidade de classe, sem serem elaborados na memória coletiva como capítulos de uma luta comum. Foi preciso que, num certo momento, grupos de indivíduos investissem nessas possibilidades (as tensões fabris), dessem-lhes significado (de processos de constituição de sujeitos políticos), para que elas fossem trabalhadas; para que o que antes era desprezado como 'luta por migalhas' se tornasse experiência decisiva de constituição política da classe. (Sader, 1995, 250)

Diz Sader:

“É neste quadro que as lutas fabris são assumidas como momentos de auto-afirmação de grupos operários, que vêem nelas o processo de sua constituição como sujeitos políticos. Mas essa atribuição de sentido não pode ser vista como se fosse o ato soberano de um sujeito racional. Ela se realiza no confronto entre diversos agentes - que atribuem significados diversos aos acontecimentos - e no fogo de situações concretas, onde tais significados ganham contornos imprevistos. Assim as comissões de fábrica, que aparecem como fruto principal das lutas fabris e, principal bandeira da oposição metalúrgica, ganham conotações diversas segundo o momento em que aparecem. Elas são em primeiro lugar, expressão do antagonismo dos operários ante a organização capitalista do processo de trabalho. Aparecem, assim como agentes de uma ruptura com a ordem dada: ruptura presente em cada luta quando os operários se negam a obedecer a disciplina fabril; ruptura futura, esperada na subversão do sistema. Mas essas comissões são também uma base para a oposição ao sindicato, livre da tutela estatal; outras vezes são bases e premissas para uma transformação radical, mas interna do sindicato existente, através de uma vitória eleitoral contra a diretoria..”

Podemos verificar na primeira greve dos operários da VW em São Carlos um momento com matizes semelhantes ao descritas por Sader (1995:250) sobre movimentos operários da década do começo da década de 1970.

A organização dos trabalhadores da VW de São Carlos talvez tenha sido uma surpresa para a própria fábrica e para o sindicato. Para a fábrica problemas da *rebeldia do trabalho* – conflito dos trabalhadores frente ao capital, mudanças na relação capital/trabalho, para o sindicato, não só a formação de uma base de oposição à política empreendida até então, mas também a abertura de alternativa mais democrática na política sindical local.

No ano seguinte à greve, em janeiro/fevereiro de 2000, os operários rejeitaram por duas vezes a continuação do sistema de jornada flexível, isto é, a renovação do banco de horas proposto pela empresa colocando mais uma reivindicação na pauta de negociação: a equiparação salarial com a fábrica do ABC paulista e a redução da jornada de trabalho para 40 horas.

No mês de março a chamada dos jornais de São Carlos era: “Volkswagen ameaça deixar São Carlos”:

“(...) Direção da empresa anuncia demissões, cancela investimento de 1 milhão e avisa que poderá transferir a fábrica de motores para o ABC. (...) a retaliação da empresa é uma resposta a uma ‘operação tartaruga’ realizada pelos funcionários da empresa entre quarta feira passada e ontem. (...) A direção da VW, em reunião com seus funcionários, deixou claro que a fábrica de São Carlos foi montada para reduzir custos, o que implicava num salário bem menor do que existe na chamada Planta Anchieta em São Bernardo do Campo, que paga um salário médio de R\$ 1200,00. De acordo com ele o salário médio de São Carlos é de R\$ 780,00.(...) Segundo o vice-presidente de recursos humanos da VW Fernando Tadeu Perez”o problema começou quando foi iniciada a negociação sobre o banco de horas. Eles denominou como ‘oportunista’ alguns trabalhadores que

aproveitam o diálogo para reivindicar a equiparação salarial com a fábrica do ABC (...)"'. (Jornal Primeira Página – São Carlos 21/03/2000.)

O endurecimento da VW na negociação com seus funcionários foi acompanhado de atritos entre funcionários da empresa e a representação do sindicato:

"Se não bastasse os desentendimentos entre funcionários e a empresa da VW, os trabalhadores não reconhecem a representação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos considerada por eles como 'pelega'. Porém, eles (o sindicato) não reconhecem a Comissão de Fábrica que não respeitou que (...) em duas assembleias rejeitaram o banco de horas. Acusam que até o momento o Sindicato tem se comportado como porta-voz da Volks: acusando radicais do PT (Partido dos Trabalhadores) e o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) mas também sem defender os interesses dos trabalhadores e concordando com tudo que a direção da VW coloca na mesa de negociação". (Jornal Primeira Página – São Carlos, 23 de março de 2000)

Passados alguns dias foi a vez dos representantes do Sindicato, por meio de seu periódico chamado 'O Metalúrgico', como relatou o Jornal Primeira Página (30/03/2000) partir para o ataque:

"(...) Na última edição do informativo 'O Metalúrgico' os opositores (ao Sindicato) foram denominados como 'vendedores de ilusões' e também sobrou para a Volks. O jornal (...) desafiou a empresa a fechar a fábrica em São Carlos e fez uma piadinha em cima do vice-presidente de recursos humanos VW (...) O periódico chegou a

comparar a VW ao empresário Ernesto Pereira Lopes, antigo dono da Clímax. Segundo o texto do jornal; Lopes também ameaçava fechar a indústria quando era pressionado porque a fábrica não tinha refeitório.” (Jornal Primeira Página – São Carlos, 30 de março de 2000.)

A distância criada entre base trabalhadora e organização sindical é percebida claramente pelos fatos acima demonstrados. Há um fosso criado entre as lideranças sindicais e os trabalhadores metalúrgicos. Lideranças sindicais distantes do trabalhador, talhadas por um continuísmo de quase 30 anos, acomodadas em sua política sindical, sem conhecer os desejos de sua base. Trabalhadores que apontam para a importância de uma organização mas que não se sentem representados e nem identificados com as lutas propostas pelo sindicato, apáticos aos rumos que as decisões, por eles delegadas aos dirigentes sindicais, podem tomar, mudando o rumo de suas vidas. Lados de uma mesma moeda que criam um movimento circular e vicioso que empurra estes trabalhadores cada vez mais para vidas particulares e privadas, sem ter no horizonte uma perspectiva de que possa haver uma saída coletiva e portanto política para os problemas enfrentados pelo dia-a dia no trabalho.

Assim, podemos explicar um dos aspectos marcantes da história do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos, o do continuísmo de uma mesma liderança há mais de 30 na direção do Sindicato dos Metalúrgicos em São Carlos.

As últimas eleições foram realizadas no ano de 2000. Desde que o sindicato foi fundado em abril de 1962 uma mesma pessoa dirigiu o sindicato, ou seja um presidente por 30 anos. A única vez que foi derrotado foi nas eleições pleito eleitoral que elegeu a diretoria para a gestão de 1986 a 1990. Na época as notícias foram estas:

“O presidente Cabeça (na época presidente do sindicato dos metalúrgicos) revelou que está torcendo para que várias chapas confirmem seus interesses em concorrer à presidência após anunciar que - depois de 30 anos no comando da entidade – está decidido a

deixar o cargo e lançar o nome do atual vice-presidente Rosalino de Jesus Barros (...) Cabeça porém, permanecerá como membro da diretoria, caso a chapa encabeçada por Rosalino vença as eleições.” (Jornal Primeira Página. São Carlos 25/08/2000)

“Uma eleição (em novembro) que promete muito barulho é a do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos e Ibaté. A atual diretoria – comandada por Antônio Cabeça Filho e Rosalino de Jesus Barros vivem as turras com o PT e os membros da Comissão de Fábrica da VW, onde pode surgir uma chapa oposicionista. Os adversários de Cabeça e Rosalino os acusam de terem patrocinado um estatuto complexo demais, numa arquitetura jurídica que impede a formação de chapas contrárias. A resposta da situação: (...) ‘Nós não temos nenhum medo de chapas adversárias. Agora dizer que é impossível montar uma chapa de oposição é um absurdo. Quem tem liderança e representatividade entre os trabalhadores consegue montar uma chapa. O estatuto não atrapalha em nada (...) Se estas pessoas nos criticam é porque tem dificuldade para mostrar uma chapa é porque (...) não tem liderança.” (Jornal Primeira Página – São Carlos 12/04/2000)

No final de setembro a notícia era esta:

“Posse – Está marcada para o dia 15 de dezembro a posse da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, que até o ano de 2005 será comandada por Rosalino (...) Para as eleições marcadas para os dias 18 e 19 de setembro, apenas sua chapa foi registrada, o que acabou dispensando a realização do pleito.” (Jornal Primeira Página. São Carlos, 30 de setembro de 2000)

Por parte dos trabalhadores a queixa foi que do as exigências por parte do edital da eleição, no que diz respeito à inscrição das chapas foi impossível a

articulação de uma chapa para fazer uma oposição sindical, principalmente pelo número de pessoas envolvidas na formação da chapa:

“Somente poderão concorrer ao pleito trabalhadores com idade mínima de 18 anos, que estejam em operação há pelo menos 4 anos consecutivos em empresas metalúrgicas de São Carlos ou Ibaté e associados ao Sindicato da categoria há mais de três anos. (...) A substituição de pelo menos 25 pessoas da atual diretoria do sindicato por outras foi apresentada como novidade para as eleições deste ano sendo que em cada chapa poderão ser registrados 46 candidatos entre efetivos e suplentes” (Jornal Primeira Página – São Carlos 25/08/00)

Controvérsias à parte entre situação e oposição, o fato é que o grupo de trabalhadores insatisfeitos com o rumo da política sindical não conseguiu se organizar a tempo em uma chapa para concorrerem às eleições do ano de 2000. Menos talvez, por não terem legitimidade frente aos trabalhadores, como a direção do sindicato apontou mas, ao nosso ver, mais pelo fato de encontrarem trabalhadores insatisfeitos mas desorganizados.

Por meio de alguns depoimentos e de relatos dos trabalhadores entrevistados, pudemos perceber que eles realizam uma auto-crítica em relação a categoria da qual fazem parte. Uma avaliação atitude crítica que os trabalhadores demonstraram em relação a ações do sindicato. Problemas reais que impendem uma organização maior entre os trabalhadores.

“O trabalhador hoje é muito cativo (...) Se você pega um chapa, você pode fazer uma entrevista, ele vai dizer para você que a melhor empresa que tem em São Carlos é a **Eletrolux**, porque, por causa da questão dos benefícios, tem bastantes benefícios, têm uma série de coisa. E numa destas aí, o trabalhador lá dentro pode estar ganhando uma merreca. Isto ficou claro já para mim, uma coisa que

eu percebi lá dentro, ele pode estar ganhando lá... e claro vai reclamar, vai mostrar o holerite, vai reclamar pra caramba, chia, no outro dia ele está mais legal, mais tranquilo, no outro dia ele nem lembra mais. Daí você vai falar com ele, ele diz: mais tá bom tem cesta básica, tem vale alimentação, convênio médico, tem dentista grátis, tem não sei o que... Mas pó, e o dinheiro... Tem comida lá dentro tal. Mas em casa como é que fica em casa. Fica parecendo que você só vai viver em função daquilo ali, que você não vai avançar nunca, que você não vai progredir nunca. Em casa, por exemplo, você não pode ter outras coisas, que é benefício para família lá dentro. Isso deixa o trabalhador muito plantado. Se a gente for ver isso já é uma política para deixar o trabalhador assim mesmo, como um visor meio de cautela". (A. Trabalhador Metalúrgico)

"A posição do sindicato é meio defensiva. Você percebe que de alguma forma não é promovido isso que eu acabei de falar (...) é um espaço pro trabalhador poder participar, poder falar. Tem que estimular isso! É lógico que tem muita gente que não quer, não quer nem ter esse espaço, não quer admitir que ele é importante: e às vezes torce pra dar errado pra justificar seu comodismo". (CJF – Trabalhador metalúrgico)

"Acho que há um desinteresse do trabalhador em participar da vida sindical, assim como falta interesse por participar por saber o que faz qualquer outro representante seu – seja no legislativo, no executivo, no municipal, no estadual, no federal, qualquer outra esfera de poder: e eu atribuo isso a uma educação desde pequeno na escola, na família. Eu acho que primeiro vem de casa. Eu não me esqueço (...) meu pai é uma pessoa muito simples, mas nem sempre a simplicidade significa coisa boa. Ele dizia; 'ah não posso fazer isto, porque é caro', 'não sei fazer isso'. Mas você percebia que era o medo que operava nele. Desde pequeno você é educado para ter medo. É uma paranóia,

“você tem um medo muito grande em questionar, em pergunta o por quê. A gente fica alheio. A gente não fica estimulado a saber o que aconteceu, do por quê. (...) Desde a época de escola você não tem este aprendizado. Lá na firma eu falo assim: ‘Olha, quanto mais a gente participar, nossas decisões vão ser mais legítimas, se a gente acertar a gente comemora, e se a gente errar não vai sair todo mundo preocupado, a gente vai fazer uma reflexão e vai ver o erro. Por Mas tem muito medo. Muito! Ter medo é bom porque você conhece os limites, a diferença é que você não pode se tornar refém do medo.” (CJF – trabalhador metalúrgico)

“O sindicato tem que promover sim cursos sim uma educação política, além de cursos técnicos, todas as centrais sindicais têm uma verba repassada pelo governo federal que é o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) que promovem reciclagem, pra se atualizar. Eu acho que o sindicato deveria sim promover alguma forma pra que o trabalhador tivesse conhecimento da parte política, da história (...) Por exemplo: se as pessoas que estão no comando do sindicato não fazem um trabalho de fato que eu gosto, eu não posso misturar as pessoas com a entidade. Não é por aí! A entidade está acima de qualquer coisa. Se você acha que os representantes não estão fazendo um trabalho legal, você tem que tirar eles, mas manter o sindicato, a comissão de fábrica de pé. O Conselho de fábrica é nosso, não das pessoas que estão lá!” (CJF – trabalhador metalúrgico)

Um pouco confuso o trabalhador tenta explicar o que falta para o sindicato em sua perspectiva :

“O sindicato virou coisa particular. Ele utiliza a máquina do sindicato para continuar seu reinado. Uma cooperativa ou uma organização de bairro (...) todos trabalham para um bem comum e não se chama sindicato. Então quer dizer o sindicato, esse sindicato, na verdade hoje virou nada mais do que um meio político de sobrevivência.” (MTN – trabalhador metalúrgico)

“Todo mundo fala: ‘Pô tá ruim’. Mas se a gente fazer greve... E aí? Manda embora... tem mais 10, 20 nego lá fora. Eu acho que eles são acomodados! Não são unidos. Porque a situação de quem trabalha lá na fábrica não é tão mal, entendeu? Não é ideal, mas é boa. Mas tem uma situação acomodada. Por isso que o sindicato é assim... não é cobrado.” (SFP – trabalhador metalúrgico)

“Se você tem um sindicato de esquerda, automaticamente ele vai ser mais exigente, ele vai querer mudar certas condições de trabalho. O patrão, ele deseja trabalhar mais solto(...) É lógico que o ideal para ele é pagar menos. (...) E como o sindicato trabalha na política ‘do dando que se recebe’, do ‘não perder a paciência que o mercado está ruim’(...) fica difícil fazer um trabalho de organização dos trabalhadores. É preciso começar a fazer escolinhas sindicais, de formação sindical mesmo. Eu me lembro, por exemplo, que a secretaria rural da CUT quando eu estava na Bahia, a gente tinha escolinha sindical e era muito boa (...) Eu acho que isso seria uma coisa interessante para começar montar uma oposição. Teria que ter trabalhador formado e com consciência de entender o porquê das coisas(...), por exemplo, lá na empresa terceirizo. Eles não conseguem acompanhar, detectar o porquê da terceirização. Se você for conversar com eles, eles sabem que é para melhoria do patrão, para reduzir custos, mas e o processo...” (A. – Trabalhador metalúrgico)

Não são motivados, o pessoal não tem motivação para fazer as coisas, não sei como é esse negócio. Eu tentei colocar a questão da pastoral operária, até tive uns contatos com o Waldemar Rossi, mas depois não foi avante, daí ficou por aí mesmo. Não mostraram interesse. Na reunião que fizemos para discutir o pessoal não compareceu. É uma coisa assim... é muito pacato o pessoal, parado. Falam muito na teoria, mas você sente dificuldade em organizar, em chamar. Acho que ficam dentro de casa. Você se sente muito prejudicado. O que vai acontecer lá dentro (fábrica), vai passar por você, por todos os funcionários. Se vai passar para todos logicamente passa por ti e aí... aí você tem que dançar conforme a música que os caras tocam". (A. – Trabalhador Metalúrgico)

Percebemos assim que há um papel "pedagógico", politizador, aglutinador enfim formador de uma consciência capaz de organizar a classe e transforma-la em sujeito político que não está sendo cumprido pelo sindicato. A organização sindical não pode ser uma mera instituição prestadora de serviços gerais, deveria ser muito mais que isso uma organização formadora da consciência. Se assim se porta, assim é percebida pelos trabalhadores, como uma mera mediadora ou prestadora de troca de serviços. Caminhamos como observa Rosanvallon do aderente ao cliente. Está criado o fosso entre a base e a liderança que amplia as dificuldades que emergiram a partir da reestruturação capitalista dos anos de 1990.

Vários são os fatores conspiram contra a organização efetiva dos trabalhadores em torno do sindicato. Primeiro, peso de uma história feita de descontinuidades, avanços e retrocessos nas lutas efetivadas, mas a despeito de tudo de um forte controle, uma política altamente conservadora e repressora por parte dos patrões em relação aos trabalhadores. Os trabalhadores sentem medo.

Segundo, um contexto adverso de um tempo em que altos níveis de desemprego, criam uma multidão de homens descartáveis ao sistema capitalista.

Isso coloca o trabalho empregado em uma posição defensiva negociando apenas para perder menos.

Terceiro, uma apatia geral, onde a fatalidade é a marca maior, como se os fatos estivessem dados, como se os caminhos tomados fossem inexoráveis, como se a realidade fosse incapaz de ser transformada.

No entanto, apesar da conjuntura adversa à organização dos trabalhadores, novas e renovadas lutas ocorreram nestes dez últimos anos no interior da classe trabalhadora, principalmente àquela identificada como metalúrgica. Não dá para avaliar ou medir o grau de sua intensidade ou do efeito transformador que terá na ação do sindicato dos metalúrgicos em São Carlos. Mas foram suficientes para estremecer a paz e o consenso que havia entre e em torno das antigas lideranças sindicais.

Considerações Finais

Neste trabalho partimos do entendimento do sindicato como uma forma histórica específica de representação e regulação social que tradicionalmente organizou e representou homens e mulheres pertencentes a uma classe social que foi constituída historicamente no processo de desenvolvimento do capitalismo. Esta classe social para existir socialmente, não teve alternativa senão organizar-se sindicalmente para vender sua força de trabalho nas melhores condições possível.

Consideramos que esta organização, o sindicato, encontra-se em crise, caracterizada como um momento de ruptura de um determinado padrão de ação associada a uma dificuldade de repetição desta ação. Esta crise, porém, é uma das expressões de uma crise maior: a do movimento operário que não dispõe hoje de nenhuma estratégia política eficaz para assegurar muito dos direitos conquistados condenando-o à impotência diante da reestruturação capitalista, não conseguindo conter a *debandada do salve-se quem puder* de suas fileiras.

Nessas condições as organizações políticas, sindicais e associativistas do movimento operário experimentam uma grave crise de representatividade, que é marcada pela diminuição do interesse por elas: queda dos efetivos, fraqueza da militância e a incapacidade de mobilizar os trabalhadores.

Essa crise de representatividade das organizações do movimento operário depende também de um certo número de transformações mais gerais que afetaram a sociedade em seu conjunto sob influência crescente das relações sociais capitalistas: dissolução de identidades coletivas, ascensão do individualismo, perda generalizadas de direção.

Vemos então dois momentos considerados, pela literatura especializada, quase que consenso para explicar a crise do sindicato.

Primeiro, o esgotamento do fordismo enquanto modo de regulação econômica do capitalismo no pós-guerra II Guerra Mundial. Este modelo entrou em crise em

meados dos anos de 1970 provocando uma verdadeira reestruturação na reprodução social do capital no plano econômico, político e social.

Segundo, o triunfo das idéias neoliberais, principalmente, na década de 1990 desta contra-revolução também pode ser explicado pelo papel de integração do proletariado, desempenhado por essas organizações (sindicais e políticas) durante o período pós-guerra. A papel político, historicamente definido por estas formas de organizações, nos anos dourados do capitalismo, mais precisamente no pós-Segunda Guerra Mundial foi justamente o motivo que os tornou incapazes de enfrentar os novos dados da situação que se inaugura nos anos de 1990 com a ascensão das políticas neoliberais.

Concordamos que as transformações econômicas podem dar conta das evoluções da geografia da presença sindical, mas não permitem explicar a importância do declínio quantitativo que se operou.

O sindicalismo não está em situação difícil apenas momentaneamente em decorrência de mudanças tecnológicas ou da evolução das mentalidades. É a essência profunda do fenômeno sindical que está colocada em causa atualmente. Qualquer que seja o grau de adaptação do sindicato ou das centrais sindicais, mesmo assim, estas se encontram questionadas.

O sindicato entendido enquanto uma forma histórica específica de representação e de regulação do social repousa sobre uma tríplice função: primeiro, representar grupos sociais, por meio de procedimentos formais de negociação ou simplesmente expressando aspirações ou reivindicações; segundo, contribuir para a regulação social, unificando interesses e, assim, tornando os conflitos gerenciáveis pela negociação coletiva; terceiro, organizar a solidariedade no interior do grupo representado e lutar por maior justiça social, ou seja, reduzir as disparidades, instaurar regras de direito na gestão social, desenvolver formas de participação. Como tentamos demonstrar nesta tese cada uma destas funções está hoje seriamente abalada.

O sindicalismo desenvolveu-se e legitimou-se historicamente como uma força contra a exclusão, material e políticas, de uma classe marginalizada. Como pensar seu futuro à base de uma nova análise da sociedade industrial e contemporânea? Falar em declínio do sindicalismo é ao mesmo tempo compreender seu processo de institucionalização crescente, do recuo de seus aderentes, do enfraquecimento de sua legitimidade e do reforço de seu papel de agente social (funções sindicais ligadas a um papel institucional).

Analisar a evolução da forma sindical é, neste sentido, indissociável de uma reflexão mais ampla sobre as transformações das sociedades contemporâneas: a evolução do individual e do coletivo, as modificações no imaginário político e as visões de progresso social.

Para a análise que propusemos fazer elegemos o conceito de *experiência* formulado por Thompson que, "compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento" (Thompson,1981:15). A experiência se torna, então, um processo de re-elaboração de novas respostas construídas frente a situações em contínua mudança. Pela experiência os homens e mulheres tornam-se sujeitos, não sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura das maneiras mais complexas e agem sobre uma situação determinada.

Este conceito de experiência foi escolhido porque enriquece uma discussão que às vezes fica centrada apenas nos processos inerentes a reestruturação capitalista que, não discordamos, cria sim um ambiente hostil a toda e qualquer organização coletiva. Coloca os sindicatos em uma posição totalmente acuada, defensiva fazendo-os negociar em condições precárias e forçando-os a abrir mão de prerrogativas básicas.

Como o conceito de *experiência* enriqueceu o a discussão? Trazendo para cena os personagens concretos que no dia a dia em formas cunhadas por suas próprias mãos pelas estratégias que escolhem para resistir, persistir ou simplesmente acomodar ao longo de caminhos traçado por suas vitórias, derrotas, avanços e retrocessos, moldados muitas vezes pelo peso da tradição, mas nunca numa certeza óbvia e inexorável.

As mudanças relativas à reestruturação do capital, da contra-reforma neoliberal não caem no nada, caem sobre as vidas de homens concretos que sofrem e responde segundo suas possibilidades, suas tradições, sua cultura.

Se as questões exemplificadas pelo caso dos metalúrgicos em São Carlos podem trazer possibilidades de generalizações é que nada foi no decorrer do tempo muito claro e preciso. Do peso de uma tradição autoritária dos donos da cidade em relação às camadas populares, as classes trabalhadoras disciplinada pela harmonia e paz sem voz e sem vontade, o movimento dos trabalhadores no final da década de 1960 conseguiu dar provas de que a classe trabalhadora podia se organizar.

A configuração do movimento mesclou reivindicações trabalhistas legítimas com um certo ranço paternalista e conservador de lideranças que acabam por comandar suas bases do alto, abrindo desta forma caminhos para personificação do poder na figura do líder que tudo sabe, tudo comanda desviando da cena principal o verdadeiro sujeito, os trabalhadores capazes de criar e transformar os problemas cotidianos e individuais em demandas coletivas. Neste sentido, combinou traços conservadores com organizações modernas.

Este momento durou um instante, pois em 1968 a conjuntura nacional, com o regime militar, não tinha condições favoráveis para a continuidade da organização dos metalúrgicos iniciada durante a década de 1960. E assim se constituiu o modelo sindical na cidade de São Carlos. De uma organização com tradição mais de assistencialismo, prestador de serviços do que aglutinador de lutas efetivas com a base dos trabalhadores a partir do chão da fábrica.

Entender a questão sindical hoje é compreender todas as intrincadas relações entre o poder político, poder econômico, transformações culturais e mudanças tecnológicas num sistema capitalista concentrador, disseminador de diversas desigualdades. Todas estas questões colocam-se direta ou indiretamente à frente das negociações entre patrões e trabalhadores condicionando-as em grande parte.

No entanto há que se considerar em cada lugar o que lhe é peculiar. A classe trabalhadora em São Carlos é marcada pelo medo. Os velhos trabalhadores hesitam em colocar suas memórias em comum, gerações mais novas hesitam para dar entrevistas para pesquisas que correm o risco de não saírem das prateleiras das universidades. A lista negra corre por entre as empresas. Sendo assim, colocar-se criticamente sobre as questões relacionadas ao trabalho é ir contra a lógica natural dos acontecimentos, é ser agitador. E a pecha de *agitador* ou *comunista* segrega silenciosamente cidadãos considerados não confiáveis dos confiáveis.

Podemos fazer um paralelo ao mito da não-violência como elaborado por Chauí: admiti-se que a violência existe, mas assegurando que não possui um laço essencial com a sociedade brasileira porque é praticada por "eles" em momentos passageiros de "surto". A nação fica preservada em sua integridade ("nós" não somos "eles") e em sua estrutura de organização (a violência é um acidente na superfície social).

Deste modo, diz Chauí, sob a imagem da desordem ou do perigo, o mito da não-violência trata homogeneamente todas as manifestações visíveis da violência: o medo dos operários de serem mortos na rua parece ter o mesmo sentido do ato que leva o executivo da multinacional a cercar sua casa com muros, cães e guardas; a passeata dissolvida a cacetadas e gás lacrimogêneo parece ter o mesmo sentido que o uso da rua para jovens motoristas fazendo "rachas"; as levadas de flagelados buscando refúgio e alimento nas cidades parece ter o mesmo sentido que os bandos de "justiceiros", pagos para eliminar "bandidos"; em resumo, a violência, por um grande paradoxo, torna-se máscara para encobrir a própria violência porque qualquer um, a qualquer momento, em qualquer ação, em qualquer lugar, pode ser tido como violento, deslocando-se do "nós" para o "eles".

Em São Carlos temos o mito do não-conflito: não há conflito entre interesses, entre classes sociais, e se um dia vier a existir será apenas uma situação de anomia social. A não admissão desta realidade as vezes impede que se construa uma sociedade civil forte, com movimentos sociais fortes. Admitir a diferença econômica, política, social, cultural é um primeiro passo para relações para conquistas sociais relevantes.

Hoje, para os trabalhadores de São Carlos colocam-se questões atuais adversas para suas futuras negociações, mas colocam-se também questões históricas relevantes que devem ser assumidas, refletidas e transformadas.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, J. M. de, **Política, Economia e Desenvolvimento Urbano na Cidade de São Carlos (1880-1960)**. Dissertação de Mestrado, São Carlos, UFSCar, 2000.
- ALMEIDA, M.H.T. **Crise Econômica e Interesses Organizados**. 1ª. ed. SP: Edusp; FAPESP, 1996.
- _____. "O sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas". In **Debate e Crítica**. SP: nº. 6 julho de 1975.
- ALTVATER, E., **O Preço da Riqueza**. SP: Ed. UNESP, 1995.
- ALVES, G. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho**. Reestruturação Produtiva e Crise do sindicalismo. SP: Editorial Boitempo, 2000.
- ALVES, G. "Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – O Brasil nos anos noventa". In 1996 OLIVEIRA, M. A. de, TEIXEIRA, F.J.S.(orgs.) **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 1ª. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996.
- ANDERSON, P., "Balço do Neoliberalismo" in GENTILI, P./ SADER, E. **Pós neoliberalismo**. Políticas Sociais e Estado Democrático". 4ª Ed. RJ: Paz e Terra, 1998.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 1ª. ed. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora UNICAMP, 1996.

_____ **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora.** São Paulo: Ed. Cortez/Ensaio, 1990.

_____ **A Rebeldia do Trabalho (O confronto operário no ABC paulista: greves de 1978/1980).** SP/Campinas: Ed. Ensaio, UNICamp, 1988.

_____ **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** SP: Editorial Boitempo, 1999.

_____ **O Novo Sindicalismo no Brasil.** Campinas, SP: Ed. Pontes, 1995.

ARRIGHI, G., **O Longo Século XX.** "Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo". RJ: Contraponto Editora/ SP: Editora Unesp, 1996.

ASSUNÇÃO, M. DE O., **Fetichismos do Capital, Escola e Sindicato.** Dissertação de Mestrado(mimeo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

BERNARDO, J., **Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores: Ainda há lugar para os sindicatos?** SP: Editorial Boitempo, 2000.

BIHR, A. **Da Grande Noite à Alternativa.** "O movimento operário europeu em crise. SP: Editorial Boitempo, 1999.

BOITO Jr, A. "A crise do sindicalismo". In RAMALHO, J. R./SANTANA, M.A.(orgs.)

Além da Fábrica. "Trabalhadores e a nova questão social. SP: Boitempo, 2003.

_____ "Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil" in **_Crítica Marxista.**

Sp: Ed. Brasiliense, 1996.

_____ (org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.** SP: Paz e Terra, 1991.

BORON, A., **Estado Capitalismo e Democracia na América Latina.** SP: Paz e Terra, 1994.

_____ **A Coruja de Minerva.** Mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BOSI, A., **Dialética da Colonização.** SP: Companhia das Letras, 2000.

BOYER, R., **A Teoria da Regulação: Uma análise Crítica.** SP: Nobel, 1990.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista.** RJ: Ed. Guanabara, 1987.

BRÉMOND, J., GÉLÉDAN, A., **Dicionário da Teorias e Mecanismos Económicos .** Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1988.

BURAWOY, M. **The Politics of Production.** Londres: Verso, 1985.

_____ "A transformação dos Regimes Fabris no Capitalismo Avançado". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Nº. 13, junho de 1990.

CARDOSO, A.P./RODRIGUES, L.M., **Força Sindical**. SP: Paz e Terra, 1993.

CARDOSO, A.P., **Sindicatos Trabalhadores e a coqueluche Neoliberal: A Era Vargas Acabou?** Ed. Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

CASTEL, R., **As Metamorfoses da Questão Social**. "Uma crônica do salário". 3ª. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. "A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume I . 2ª Ed. SP: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, R.P. "Tecnologia, Trabalho e Educação (Interdeterminações)", in **Cadernos ANPED**, nº. 6, p.29-53, Belo Horizonte, MG, outubro de 1994.

_____ "Novamente sobre a questão do Trabalho" .Mimeo

_____ "Nova realidade do trabalho e novo marco teórico para explicá-la". (Reflexões sobre os conceitos de crise do emprego, crise do trabalho, crise da sociedade salarial ou crise estrutural). Mimeo

CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. SP: ed. Brasiliense, 1996.

_____ **Cultura e Democracia**. SP: Cortez Editora, 1993.

CHENAIS, F. "A Globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século". In **Economia e Sociedade**, Campinas, dezembro 1995.

COMIM, A. A, "A Experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil" in *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. SP: MTb PNUD/CESIT/Scritta, 1994.

DAGNINO, E. (ORG.), **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. SP: Ed. Brasiliense, 1994.

DEL ROIO, M. "Rosa Luxemburgo e as origens da refundação comunista". In **Novos Rumos**. Número 32, 2000.

DESCOVI, R.C.B. **Urbanização e Acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos**. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea. UFSCar, 1987.

FORRESTER, V., **O Horror Econômico**. SP: UNESP, 1997.

FORTER, J.B.\WOOD, E.M. (org.) **Em Defesa da História. Marxismo e Pós modernismo**. RJ: Zahar Ed., 1999.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. SP: Cia. Editora Nacional, 1970.

GENTILI, P. e SADER, E. (orgs.), **Pós-Neoliberalismo: As Políticas sociais e o Estado Democrático**. RJ: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Madrid. Alianza Editora, 1994.

GRAMSCI, A., **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 6ª ed., 1988.

GRANJA, R. H., **A crise do Sindicato na atual Reestruturação Capitalista**. Dissertação de Mestrado – UFSCar, São Carlos: 1998.

HOBBSAWM, E. **Mundos do Trabalho**. 2ª. Ed. RJ: Paz e Terra, 1988.

_____ **A Era dos Extremos**. "O breve século XX 1914-1991". 2ª. Ed. SP. Companhia das Letras, 1995.

HAYKE .A.V **O Caminho da Servidão**, Ed. Abril, 1984.

HYMAN, R., "La théorie des relations industrielles: une analyse materialiste", **Sociologie du Travail**. Nº.4/1979.

JELLE VISSER, in **OCDE. PERSPECTIVES de l'emploi**, Paris, juillet, 1994.

Jornal Correio de São Carlos, ano: 1961, 1962, 1963

Jornal a Cidade – São Carlos, ano: 1961, 1963, 1964

Diário do Povo – São Carlos, ano: 1961

Jornal **A Folha** – São Carlos, ano: 1963, 1965, 1966, 1967, 1968

Jornal **A Tribuna** – São Carlos, ano: 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003.

Jornal **Primeira Página** – São Carlos, ano: 1999, 2000.

KLUGE A., NEGTE, O. **O que há de político na política**. SP: Editora Unesp, 1992.

KURZ, R., **Colapso da Modernização**. RJ: Paz e Terra, 1993.

LAISNER, R.C. **A democracia em construção: entre velhas práticas e as constituição de novas possibilidades.** Dissertação de Mestrado – UNICAMP, 1999.

LEITE, K. C. **A “Contra-Reforma” Neoliberal do Capitalismo e a Reestruturação das Relações de Trabalho.** Dissertação de Mestrado – UFSCar – São Carlos, 1998.

_____ “Partidos e organizações políticas no município de São Carlos (1945-1964), in **Teoria e Pesquisa – O Poder Local.** Revista do Programa de Pós graduação da UFSCar, nº.32-35, Janeiro-Dezembro de 2000, pp. 49-63.

LEITE, M., **O Futuro do Trabalho: Novas Tecnologias e Subjetividade Operária.** SP: Scritta, 1994.

LOFFREDO, V.M.D., **A Ação Sindical Metalúrgica em São Carlos – 1955-1962.** Universidade de Franca (2000), Pós Graduação Latu Senso.

LOYOLA, M. A., **Os Sindicatos e o PTB.** Petrópolis: Ed. Vozes/CEBRAP, 1980.

LUXEMBURGO, R. “Riforma sociale o rivoluzione?”, em **Scritti politici**, org. por Lelio Basso, Roma: Editori Riniti, 1976.

MAAR, W. L. “O Prisma Materialista da Dialética: Ética e Trabalho na Reprodução Social Efetiva”. Mimeo

MACPHERSON, C., **Ascensão e Queda da Justiça Econômica e Outros Ensaios**. SP: Paz e Terra, 1991.

MANFREDI, S. M. **Formação Sindical no Brasil**. "História de uma prática cultural". SP: Escrituras Editora, 1996.

MANGABEIRA, W., **Os Dilemas do Novo Sindicalismo: Democracia e Política em Volta Redonda**. RJ: Relume-Dumará/ANPOCS, 1993.

MARANHÃO, R. **Sindicatos e Democratização**. SP: Ed. Brasiliense, 1979.

MARX, K. *Salário, preço e lucro*, in **MARX**. Coleção Os Economistas. SP: Nova Cultural, 1996.

MATTOSO, J., **A Desordem do Trabalho**. SP: Scritta, 1995.

MATTOSO, J. E. L. /OLIVEIRA, C. A. B. de (orgs.) **Crise e Trabalho no Brasil** Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

McILROY, J., "O inverno do sindicalismo". In Antunes R. (org.) **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**. SP: Boitempo Editorial, 1997.

MELLO, J.M.C. de, **O Capitalismo Tardio**. SP: Brasiliense, 1994.

NUNES, A. S., **História dos Factos e das Doutrinas Sociais**. Lisboa: Ed. Presença, 1992.

OFFE, C. **Capitalismo Desorganizado**. SP: Ed. Brasiliense, 1989.

“Los nuevos movimientos sociales cuestionan los límites de la política institucional”. In **Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales**. Madrid: Sistema, 1992.

OLIVEIRA, A. C. de J. “Participação Popular e Clientelismo em São Carlos”. In **Teoria e Pesquisa**. Revista do Programa de Pós-graduação da UFSCar, nº.32-35, Janeiro-Dezembro de 2000.

OLIVEIRA, C. A. de (org.) et all **O Mundo do trabalho** - Crise e Mudança no Final do Século. São Paulo: MTb PNUD/ Cesis-UNICAMP/ Scritta; 1994.

OLIVEIRA, M. A. de, TEIXEIRA, F.J.S.(orgs.) **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. 1ª. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996.

POLANYI, K., **A Grande Transformação. As origens da nossa época**. RJ: Editora Campus, 2000.

PAINO, J. R. A., **Matizes de uma Luta**. Documento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos 2002.

PARAMIO, L. **Trás el Dilúvio: La Izquierda Ante el Fin de Siglo**. México: Siglo XXI, 1988.

PARANHOS, A., **o Roubo da Fala: Origens da Ideologia do Trabalhismo no Brasil**. SP:Boitempo Editorial, 1999.

PINHEIRO, P. S., **Política e Trabalho no Brasil**. RJ: Paz e Terra, 1977.

Revista **A Vida** – Periódico Anarquista. Organização Centro de Memória
Sindical/Movimento Operário Brasileiro (Milão).SP: Ícone Editora LTDA, 1988.

RAMALHO, J. R./SANTANA, M.A.(orgs.) **Além da Fábrica**. "Trabalhadores e a
nova questão social. SP: Boitempo, 2003.

RAMALHO, J. R./SANTANA, M.A.(orgs.) **Trabalho e Tradição Sindical no Rio
de Janeiro** – A trajetória dos Metalúrgicos. RJ: DP&A, 2000.

RODRIGUES, J. A. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. SP: Ed.
Símbolo, 1979.

_____ " A questão urbana nas cidades médias paulistas",. mimeo

RODRIGUÊS, L. M. "As transformações da sociedade contemporânea e o
futuro do sindicalismo" in: VELLOSO, J.P. (org.) **O Futuro do Sindicalismo**,
Fórum Nacional, SP: Nobel.

ROSANVALLON, P. **La Question Syndicale**. Paris: Calmann-Lévy, 1988.

_____ **A Nova Questão Social**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SADER, E., **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. Experiência e lutas
dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Ed: Paz E Terra, 1988.

SADER, E. **_O Anjo Torto** - Esquerda e Direita no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense,
1996.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela Mão de Alice**. "O social e o político na pós
modernidade." 5ª. Ed. SP: Cortez, 1999.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização**. 4ª Ed. RJ/SP: Editora Record, 2000.

SERÔNIO ROSA, M.T. **Relações Sociais de Trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal**. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SIMÃO, A., **Sindicato e Estado**. SP: Editora Ática, 1981.

STOLTZ, E. N. "Sindicato dos Metalúrgicos e a construção da identidade coletiva do grupo operário (1917-1945). In RAMALHO, J. R./SANTANA, M.A.(orgs.) **Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro** – A trajetória dos Metalúrgicos. RJ: DP&A, 2000.

TOLEDO, E. de la G., "Reestruturação productiva y respuesta sindical en América Latina (1982-1992)" in **Sociologia Del Trabajo**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, otoño/1993, p. 41-67.

THOMPSON, E.P., **A Formação da Classe Operária Inglesa**. "A árvore da Liberdade". Volume 1. RJ: Ed. Paz e Terra, 1997.

_____ **A Miséria da Teoria**, "Ou um planetário de erros". RJ: Zahar Editores, 1981.

_____ **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

TROYANO, A. A., **Estado E Sindicalismo**. São Paulo, 1978.

TRUZZI, O. M. S, **Café e Indústria no Interior de São Paulo, (o caso de São Carlos)**. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, março de 1985.

VIANNA, L. W., **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

WEFORT, F., **O Populismo na Política Brasileira**. RJ: Ed. Paz e Terra, 1976.

WOMACK, J., **A Máquina que Mudou o Mundo**. RJ: Ed. Campus, 1992.

WOOD, E. M. **Democracia contra Capitalismo**. a renovação do materialismo Histórico. SP: Boitempo Editorial. 2003.

ZANARDI, E., "Partidos e Organizações Políticas no Município de São Carlos 1931-1945", in **Teoria e Pesquisa**. Revista do Programa de Pós-graduação da UFSCar, nº.32-35, Janeiro-Dezembro de 2000, pp.11-29.